

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

GENIANE DIAMANTE FERREIRA FERREIRA

RESISTÊNCIA, SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE DO SUJEITO NEGRO EM
CROSSING THE RIVER (1993), DE CARYL PHILLIPS

MARINGÁ - PR

2009

GENIANE DIAMANTE FERREIRA FERREIRA

RESISTÊNCIA, SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE DO SUJEITO NEGRO EM
CROSSING THE RIVER (1993), DE CARYL PHILLIPS

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, area de Concentração: Estudos Literários.

Orientador: Prof. Dr. Thomas Bonnici

MARINGÁ

2009

Ao Rafael.

“Quando te vi amei-te já muito antes. Tornei a encontrar-te quando te achei”.

Fernando Pessoa

AGRADECIMENTOS

A minha família, por tudo, sempre.

Ao meu professor orientador, Dr. Thomas Bonnici, por sua total dedicação e por seus brilhantes apontamentos.

“Porque Narciso acha feio o que não é espelho”.

Caetano Veloso

RESUMO

Analisa-se no romance *Crossing the River* (1993), de Caryl Phillips, a resistência e a conseqüente subjetificação e construção da identidade das personagens negras Nash, Martha e Travis, no contexto da literatura negra britânica. O objetivo principal é analisar a situação do ser escravo não somente nas condições coloniais, mas também o fato de ser negro na contemporaneidade, observando a resistência e as circunstâncias. Investiga-se a resistência nas suas modalidades violenta e não-violenta, esta última com ênfase na resistência discursiva da mímica, paródia e cortesia dissimulada. Os autores empregados para discussão da subjetividade abrangem Fanon, Arendt e Bhabha. Os resultados mostram que as repercussões da objetificação sofrida pelo escravo negro durante os tempos coloniais, sua resistência e a conquista da subjetividade têm conseqüências na contemporaneidade no mundo globalizado, do qual o negro ainda é excluído. Verifica-se ainda que os elementos de resistência e subjetividade ainda são muito presentes nos descendentes negros que poderão formar uma sociedade mais igualitária dentro da comunidade hegemônica.

Palavras-chave: Colonialismo, resistência, subjetividade, identidade, *Crossing the River*, Caryl Phillips.

ABSTRACT

We analyze on the romance *Crossing the River* (1993), by Caryl Phillips, the resistance and consequent subjection and identity construction of the black characters Nash, Martha and Travis on the British Black Literature context. The principal aim is to analyze the situation of the slave being in contemporaneity, observing the resistance and circumstances. We investigate resistance on its modalities violent and non-violent, the last with emphasis on discursive resistance of mimicry, parody and sly civility. The authors used for the discussion comprehend Fanon, Arendt and Bhabha. The results show that objectification repercussions undergone by the black slave during colonial time, his resistance and the conquest of subjectivity have consequences on contemporaneity of the globalized world, from which the black is still excluded. We also verify that the elements of resistance and subjectivity are still present at black descendants who will be able to build a more equalitarian society in an hegemonic community.

Keywords: Colonialism, resistance, subjectivity, identity, *Crossing the River*, Caryl Phillips.

ÍNDICE

1. Introdução	10
1.1 Preâmbulo	10
1.2 Objetivos	15
1.3 Justificativa	15
1.4 Metodologia	18
1.5 O Estatuto da Literatura Negra Britânica	19
1.6 Vida e Obra de Caryl Phillips	25
1.7 Fábula de <i>Crossing the River</i>	29
1.8 A Fortuna Literária de <i>Crossing the River</i> no Mundo, no Brasil e suas Traduções	36
2. Resistência, Subjetividade e Identidade	41
2.1 Resistência	41
2.1.1 Resistência Violenta	41
2.1.1.1 Frantz Fanon	41
2.1.1.2 Hannah Arendt	44
2.1.2 Resistência Discursiva	46
2.1.2.1 Mímica e Paródia	47
2.1.2.2 Cortesia Dissimulada	50
2.2 Reescrita e Releitura	51
2.3 Subjetividade	53
2.4 Identidade	56
2.4.1 Raça	59
2.4.2 Classe	62
2.4.3 Gênero	62
3. Análise de <i>Crossing the River</i>	66
3.1 Introdução	66
3.2 Nash	66
3.2.1 Introdução	66
3.2.2 Objetificação de Nash	67
3.2.3 Resistência, Subjetividade e Identidade de Nash	73
3.2.4 Conclusão	78
3.3 Martha	79
3.3.1 Introdução	79
3.3.2 Objetificação de Martha	80
3.3.3 Resistência, Subjetividade e Identidade de Martha	87
3.3.4 Conclusão	95
3.4 Hamilton	96
3.4.1 Introdução	96
3.4.2 Hamilton – sujeito fragmentado	98
3.4.3 Hamilton demonizado – Diários de Bordo	99
3.4.4 Hamilton humanizado – Cartas à Esposa	103
3.4.5 Conclusão	106

3.5 Joyce e Travis	106
3.5.1 Introdução	106
3.5.2 Joyce e a sociedade britânica	106
3.5.3 Travis e Greer – objetificação e resistência	114
3.5.4 Conclusão	117
3.6 Epílogo	118
4. Conclusões	122
Bibliografia	126

CAPÍTULO I

Introdução

1.1 Preâmbulo – Problematização da Literatura Negra Britânica, da Literatura Caribenha e da Obra de Caryl Phillips

Ao longo da história, a formação de colônias foi a forma como a espécie humana se espalhou pelo mundo. Na pré-história, a colonização de territórios não era geralmente acompanhada pelo uso da força – a não ser para lutar contra eventuais animais que os ocupassem. Em tempos mais recentes, no entanto, o crescimento populacional e econômico em vários países da Europa e da Ásia (os mongóis e os japoneses) levou a um novo tipo de colonização, que passou a ter o carácter de dominação (e, por vezes, de extermínio) de povos que ocupavam territórios longínquos e dos seus recursos naturais, criando grandes impérios coloniais. Um dos aspectos mais importantes desta colonização foi a escravatura, com o deslocamento de uma grande parte da população africana para as Américas, com consequências nefastas, tanto para o Continente Negro, como para os descendentes dos escravos, que perduram até hoje.

Sabe-se que a extensão do processo colonial é imensurável, já que não atingiu somente os territórios, mas também seus povos os quais, apesar de sua resistência, sofreram a desculturação como efeito da invasão de suas terras. Tal desculturação se deu em todos os aspectos daquelas sociedades, desde político e religioso até a própria língua e culturas.

O colonialismo europeu foi o que abrangeu a maior parte do mundo e foi também o mais devastador, tendo sido ocupadas completamente as Américas e a Austrália até ao século XVII e a maior parte da África até ao início do século XIX. Em 1885, as diferentes regiões da África foram partilhadas pelas potências coloniais europeias, na Conferência de Berlim.

Além de tantos outros aspectos oriundos desta miscigenação de povos e suas culturas, a experiência da colonização deu margem a uma nova produção literária. Esta estabeleceu a prática da literatura pós-colonial, com resistência, em diversas culturas

como, no caso da língua inglesa, por exemplo, a Índia, o Caribe, a Austrália, a África e o Canadá. Com isso, o cânone e as idéias dominantes européias foram desafiadas.

A literatura pós-colonial iniciou-se com textos produzidos por representantes do poder colonial que, portanto, não tinham conscientização nacional. Em seguida, os textos literários eram escritos por sujeitos coloniais ou por europeus sob supervisão e/ou censura colonial e imperial. Nestes, já se pode ver certos indícios da autonomia e independência do sujeito colonial. Por fim, há os textos de autoria de sujeitos coloniais, com grau variado de diferenciação, até a total ruptura dos padrões eurocêtricos. Estes deram um distanciamento gradual até a ruptura total com a literatura metropolitana (ASHCROFT, 1989).

Vemos hoje, então, a teoria que estuda estas obras de cunho pós-colonial. Além do estudo literário destes textos, a teoria pós-colonial compreende a análise das invasões territoriais e das instituições (principalmente a língua e a literatura) que os europeus usaram para o sucesso de seus empreendimentos; a investigação do discurso imperial e a objetificação do sujeito colonial; a construção do sujeito no discurso colonial e a sua resistência; reações contra a colonização européia desde o século XVI até o neocolonialismo contemporâneo caracterizados pela diáspora e a transnacionalização.

Para tanto, a teoria pós-colonial lança mão da releitura e re-interpretação das obras literárias canônicas européias e analisa os silêncios e lacunas nas narrativas. Além disso, analisa a reescrita das obras literárias canônicas (que acabam sendo relativizadas) e problematiza os pressupostos filosóficos sobre os quais a (des)ordem colonial estava baseada.

Vê-se, assim, que o pós-modernismo, produto ocidental, está envolvido nesta tarefa, já que ele permeia a sociedade e a cultura contemporânea e põe em dúvida suas distinções. Sua estética está ligada à dúvida ontológica em que os limites entre as culturas são tênues e a solidez de pressupostos tomados como verdade são questionados. Então, as metanarrativas são criticadas e acabam por perder validade e legitimidade. A verdade absoluta não existe para o pós-modernismo.

Desta forma, ele tem importante papel nesta análise, pois dá relevo à pluralidade de vozes (considerando, inclusive, os silêncios eloqüentes), à indeterminabilidade, à fragmentação textual, à abertura para personagens, para a não linearidade do texto e para o final aberto (como em *Crossing the River*, em que não há uma única personagem central e a narrativa é fragmentada). Além disso, rechaça limites

definidos para os diversos campos do saber, ou seja, diz não ao dogmatismo, que numa metáfora, pode ser aqui entendido como os valores europeus (BONNICI, 1999, p.25).

Uma das literaturas pós-coloniais mais profícuas se manifesta na literatura negra britânica. Tal literatura tem raízes na África, no Caribe, no sudeste asiático e em diversas outras regiões outrora colonizadas pelo Reino-Unido. Apesar de ter origens distintas, foi, muito provavelmente a idéia de ‘raça’, neste caso a negra, tomada como a maior característica econômica e política de uma nação, que fez com que a literatura negra fosse separada como categoria, independentemente da nacionalidade do autor. Escritores negros americanos, caribenhos e mesmo africanos figuram como ‘autores de literatura negra’. Há estudiosos que chegam a incluir nesta lista autores brancos, mas que escrevem sobre os negros. A literatura negra britânica fica, assim, distinta das outras várias literaturas por tratar, principalmente, do tema da exclusão, mas também dos demais que dele advém, como o preconceito, a diáspora, entre outros, além dos efeitos deles provenientes até os dias de hoje.

Apesar desta generalização, há que se considerar muitas diferenças entre as ‘literaturas negras’. Mesmo a exclusão de que falamos é diferente em cada país e para cada cidadão (contra o homem e contra a mulher, por exemplo). Outro ponto a ser considerado, é a contraposição entre a literatura produzida por uma minoria negra em um país branco, rico e poderoso (por exemplo Estados Unidos, Reino Unido), e aquela produzida pela maioria negra em uma nação independente (África do Sul, Nigéria, Quênia, entre outros), com o movimento pós-colonial (tanto no seu aspecto econômico e político quanto cultural). “Isto se dá porque as nações independentes têm ainda sofrido efeitos da dominação estrangeira nas esferas política e econômica” [This is especially so since the latter nations (independents) are often still experiencing the residual effects of foreign domination in the political and economic spheres (ASHCROFT et al., 1989, p. 20)].

Entretanto, ambas mostram também semelhanças, como o olhar sobre as relações humanas (especialmente a do colonizador branco vs. o colonizado negro), sobre a ética e sobre outros valores que não se identificam com os defendidos pela Europa, ‘vendidos’ como universalmente corretos. Além disso, o fato de os colonizados, apesar de não serem das mesmas sociedades/nações, terem o mesmo esquema epidérmico, nas palavras de Bhabha (ASHCROFT et al., 1995, p. 29), e experimentarem, por esta razão, a exclusão é o que torna tal semelhança mais flagrante.

Apesar de sabermos que o mundo colonial é compartimentado, já que o colonizado foi transformado em quintessência do mal (por obra da outremização, estereotipagem e zoomorfização) e que a colonização tenha trazido o binarismo, a literatura negra não pode ser vista como uma reação contra a ação européia, ou como uma antítese de sua cultura, ou seja, maniqueísta. Ao contrário, ela possui conceitos e características únicas do pensamento e emoção negra que, portanto, a distinguem de qualquer outra. Percebe-se, assim, uma cultura própria em diversas análises e teorias sobre a literatura negra.

Entre elas, a teoria sobre a literatura caribenha é a que tem rendido mais estudos e desafios. Além de importantes questões como a da relevância social e da língua utilizada, entre outras, a discussão sobre as relações entre os europeus e o ‘nativos’ toma posição central. Isto provavelmente se deve ao fato de o Caribe ter sofrido um dos piores tipos de colonização, com a aniquilação de seus povos nativos e atrocidades como escravidão, ‘educação’ e evangelização, roubando-lhes não só suas vidas e sua terra, como também destruindo por completo sua cultura. Isto ocorreu porque a miscigenação, o isolamento de escravos de suas respectivas tribos (e, portanto, línguas e culturas), seu comércio em lotes de grupos ‘misturados’ tornaram-se praticamente impossível qualquer rebelião. Nas palavras de Bonnici (1998, p. 8),

a população atual das Índias Ocidentais veio da África, Índia, Ásia, Oriente Médio e da Europa através do deslocamento, do exílio ou da escravidão. De todas as sociedades colonizadas, talvez a sociedade caribenha seja a que mais sofreu os efeitos devastadores do processo colonizador, onde o idioma e a cultura dominantes foram impostos e as culturas de povos tão diversos aniquiladas.

Como resultado, hoje o Caribe consiste de um amontoado de grupos ‘raciais’ ainda sujeitos à pressão da hegemonia européia ou norte-americana. Dentro de três ou quatro gerações após o início da colonização suas línguas e costumes particulares tinham sido perdidos, isto é, sua ‘voz’ calada, restando a eles a língua do amo.

Por outro lado, eles foram forçados a desenvolver a habilidade de fazer-se entender entre si, o que causou uma subversão radical na língua do colonizador. Atualmente, vemos isso claramente na reescritura de obras canônicas, já que elas, além de subverterem a linguagem, usam a oralidade na escrita.

Tendo em vista a história do Caribe, vemos que a ancestralidade (de língua, cultura etc.) é de suma importância não só filosoficamente (como raiz e assunto para a literatura negra britânica), mas para a própria sobrevivência cotidiana. Isto ocorre dados os costumes e tradições presentes na rotina de um povo que ficam, por fim, perdidos.

Desta forma, dispondo desta inesgotável fonte – não como educação formal, mas como História – a literatura negra britânica caminha a passos largos. Ela ganhou mais notoriedade quando, em 1999, Derek Walcott, poeta caribenho, e depois V. S. Naipaul, de Trinidad e Tobago, em 2001, ganharam o prêmio Nobel de Literatura, pois esta é uma ilustração vívida de como as colônias, cuja língua mãe não era a inglesa, penetraram no cânone elitista da Literatura Inglesa e a transformaram.

Assim, as grandes cidades, principalmente Londres, Toronto e Nova Iorque foram assistindo à transformação do cânone da Literatura Inglesa e os leitores começaram a se familiarizar com diferentes culturas.

Toda uma constelação de autores (quatro dos ‘norte-americanos’ que recentemente receberam o prêmio Nobel nasceram em outros países) é produto de ex-colônias e de uma cultura internacional. Ocorre que hoje a audiência também é mista e eles são criadores e criatura de uma nova ordem pós-imperial, têm como tema sua identidade provinda de duas pátrias com duas línguas. São cidadãos universais, com almas sem raiz e identidades plurais.

Entre eles, destacamos Caryl Phillips, cuja obra está ora sob estudo. Phillips tornou-se um dos maiores escritores da literatura inglesa contemporânea negra e tem contribuído com a renovação temática da tradição literária. Seu sucesso se deve ao fato de suas obras serem a representação de problemas humanos reais dos excluídos. Ele usa histórias fragmentadas (como aqui, no caso de *Crossing the River*), ao invés da narrativa linear e, da mesma forma, personagens fragmentadas de modo a evidenciar seu deslocamento e ausência de raiz.

Assim, as vozes são separadas por gênero, raça, classe e tempo, mas dividem a experiência da dor. Mais que isso, o trabalho de Phillips questiona a ordem existente, ao colocar personagens fora de papéis tradicionais e ao lançar questões sobre, por exemplo, como a ida dos colonizados à metrópole afeta a sociedade inglesa, bem como os imigrantes.

Phillips explora as disjunções espaço-temporais e discontinuidades da narrativa pós-moderna para tratar o tema da política envolvendo negros e da identidade pós-colonial. As múltiplas vozes dos romances criam formas complexas de

subjetividade, fazendo o leitor considerar a identidade como uma conexão entre muitos egos em diferentes tempos e espaços.

Entretanto, seus romances sempre deixam espaço para o leitor: ele não dá respostas para a herança do imperialismo e da escravidão, mas seus personagens dão as pistas da atual condição humana da exclusão, do sentimento de pertencer à nação, mas, ainda assim, ser rechaçado. Em seu trabalho de não-ficção *The Atlantic Sound*, por exemplo, ele questiona: “Você é um de nós? Você é um dos nossos? De onde você é? De onde você *realmente* é?” [Are you one of us? Are you one of ours? Where are you from? Where are you *really* from? (PHILLIPS, 2000)].

Por toda essa originalidade, o trabalho de Caryl Phillips figura como uma teia de temas complexos como a História e o preconceito estampados em seus romances que, apesar da diversidade, se mostram, em toda sua obra, como uma produção homogênea e consistente.

1.2 Objetivos

Este trabalho pretende averiguar a resistência do negro contra a escravidão e a colonização, clássica e moderna, engendrada pelo europeu, e a construção da identidade do colonizado a partir de tal enfrentamento, bem como a busca por sua subjetividade e as consequências da condição negra depois da abolição.

Para tanto, analisam-se as estratégias do homem branco a fim de controlar o colonizado e frustrar seus diversos modos de resistência e investiga-se, por outro lado, a persistência do negro na busca da subjetividade apesar da colonização experienciada.

No âmbito específico da análise da obra, as estratégias usadas pelas personagens negras colonizadas para criar e construir sua identidade são descritas e um estudo da abordagem histórico-literária da Literatura Pós-Colonial é realizado, bem como os reflexos que esta orientação possa produzir na interpretação e discussão do destino dos descendentes de negros.

1.3 Justificativa

Inúmeros motivos despertam o interesse pelo presente trabalho. O fato de ter realizado uma pesquisa como trabalho de conclusão de curso (monografia) a respeito de apenas um capítulo de *Crossing the River*, despertou o desejo de investigar mais a fundo

este assunto e, por meio deste estudo, pude perceber o quanto ainda pode ser dito a seu respeito. Apesar da abundância de pesquisas sobre a escravidão no que tange seu aspecto histórico, não é comum sua pesquisa no âmbito da literatura. O autor do livro selecionado como objeto de estudo é caribenho, fato que remete também à colonização do Brasil, visto que, assim como o Caribe, nosso país recebeu escravos negros da África.

Tanto a escravidão quanto o problema racial vem sendo alvo de pesquisa acadêmica. Os estudos, de cunho científico, de vários autores podem ser destacados. Quanto à escravidão, podemos citar, entre outras, as publicações mais recentes: *Em Costas Negras*, e *Tráfico, Cativo e Liberdade*, de Manolo Florentino; *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro*, de Mary Karsch; *O Trato dos Videntes*, de Luiz Felipe de Alencastro; *Dicionário do Brasil Colonial*, de Ronaldo Vainfas e *América Afro-latina*, de G. R. Andrews.

No que diz respeito ao problema racial no Brasil, as obras de maior relevância são: *O Espetáculo das Raças*, de Lília M. Schwarcz; *Dois Atlânticos*, de Sérgio Costa; *Razão, Cor e Desejo*, de Laura Moutinho; *Não Somos Racistas*, de Ali Kamel; *Racismo à Brasileira*, de Edward Teles; *Uma História de Branqueamento e o Negro em Questão*, de Andreas Hofbauer; *Negritude sem Etnicidade*, de Lívio Sansone e *Racismo e Discurso na América*, de Teun A. Von Dijk.

Caryl Phillips, por ser um autor também negro e de literatura pós-colonial, pode ser estudado ainda no que tange aspectos do período escravocrata e suas conseqüências. Tal ligação traz em si questões que podem ser melhor respondidas através de uma visão holística do processo de escravização e objetificação dos negros, ou seja, a compreensão deste como um sistema de pessoas cujos destinos são ditados não só por sua condição de escravo, mas também pela imposição de toda uma cultura.

O período pós-colonial e o esforço destas nações para sobreviver, não se paira somente sobre a tentativa de livrar-se do colonizador, mas também de toda forma de poder e controle proveniente da metrópole. Assim, os colonizados tentam reavaliar sua cultura, incluindo a língua, a religião, enfim, a busca por sua identidade. Evidentemente, este é um processo difícil e lento, já que o controle é realizado de maneira sutil e sobre diversas gerações.

No campo da literatura, o pós-colonialismo é um dos temas mais profícuos, iniciando-se nos anos 50. Desta forma, demonstram-se diferentes perspectivas para ver a sociedade, diversos ângulos a serem analisados, o que mostra que perspectivas da

história podem ser estudadas no âmbito da literatura. Autores pós-coloniais põem de lado a visão de que a cultura das colônias não é propriamente uma cultura, como apregoavam os colonizadores. Descortinado o passado, fica clara uma nova perspectiva destas nações.

O desafio de ver o transporte de toda a gama de informações, a partir de histórias de personagens em particular, porém com grande representatividade, para o âmbito da literatura é algo que por si só justificaria um estudo próprio. Acrescenta-se a isso, um tema ainda mais instigante: a resistência do negro e sua identidade diante de tamanha opressão, o confronto que surge entre sua cultura e a própria sobrevivência.

A junção de duas perspectivas do campo do saber (história e literatura) é, portanto, o ponto alto deste estudo, que se propõe a ver, pelo viés da literatura, acontecimentos históricos. É claro que estudos científicos a respeito da escravidão são vastos, mas isto não ocorre na literatura e, além disso, aspectos do cotidiano, da rotina do homem comum não são abarcados naquela ciência, o que mostra mais um caminho a ser percorrido pela análise literária.

Quanto à ligação entre o racismo e o colonialismo, Loomba (1998, p. 125) afirma:

O colonialismo foi o meio pelo qual o capitalismo atingiu sua expansão global. O Racismo simplesmente facilitou este processo, e foi o condutor através do qual o trabalho de pessoas colonizadas foi apropriado. (...) As ideologias racistas identificaram diferentes tipos de pessoas intrínseca ou biologicamente voltadas para determinadas tarefas.

[Colonialism was the means through which capitalism achieved its global expansion. Racism simply facilitated this process, and was the conduit through which the labor of colonized people was appropriated. (...) Racist ideologies identified different sections of people intrinsically or biologically suited for particular tasks].

Percebe-se, por meio desta afirmação, a idéia presente no processo do racismo aliado ao colonialismo como uma entidade cuja função é centralizar o poder no homem branco.

Assim, o papel da pesquisa científica da linha de teoria crítica e história no momento atual é delimitar e apresentar modelos representativos para a melhor compreensão destes conflitos, que não mais se restringem somente a sujeitos

individuais, mas também a interesses coletivos e são, portanto, conflitos sociais. Talvez seja este, finalmente, o aspecto mais interessante do tema, já que possibilita a expansão de limites da interpretação da Literatura Pós-colonial e também assinala importantes aspectos para que se compreendam mais claramente as relações identitárias dos povos no mundo globalizado de hoje.

Entretanto, tal multiculturalismo pregado e defendido no século XX, caiu por terra com o ataque terrorista de 11 de setembro em Nova Iorque. A partir daí, um movimento contra a convivência de diferentes culturas é detonado e a busca pela homogeneização toma lugar novamente (GILROY, 2007).

Além disso, é patente o desligamento dos impérios coloniais europeus de suas ex-colônias. A péssima situação contemporânea destes países hoje ‘independentes’ é consequência do passado imperial, entretanto, a responsabilidade imputada à Europa é pífia.

São estes aspectos de que trata Caryl Phillips em seus romances. Ele faz um alerta à contínua exclusão que sofrem estes povos em relação à cultura eurocêntrica. Suas obras, bem como este estudo, figuram como uma contribuição para despertar mais pesquisas, neste âmbito, também na Literatura Brasileira.

1.4 Metodologia

Após uma breve análise do estatuto da Literatura Negra Britânica e de uma investigação sobre a vida e obra de Caryl Phillips e, mais especificamente, sobre seu livro *Crossing the River* e sua fortuna no Brasil e no exterior, o trabalho segue com o estudo da teoria sobre identidade e a resistência do negro são os dois aspectos aqui contrapostos, ambos serão objeto de pesquisa.

Quanto à identidade, discutimos como o negro se vê neste romance e como a sociedade o considera. A identidade é vista na perspectiva da comparação entre o ‘ser’ e ‘o outro’, no que tange este trabalho, no binômio ‘sujeito’ e ‘objeto’. Já a resistência pode ser vista de diversas formas.

A resistência da qual se trata aqui é aquela investida contra a opressão da ordem e poder do homem branco. Tal oposição pode ser violenta ou discursiva. Conseqüentemente, a violência é uma das formas de defesa por parte do negro, mas há diversos modos, através do discurso, usados como ferramenta contra o colonizador. A ironia, a paródia, a cortesia dissimulada, a releitura e a reescrita de sua história

(desenvolvidas pela Literatura Pós-Colonial) são formas desta defesa em forma de discurso. Cada uma delas será estudada e analisada quando do trabalho da parte teórica.

Tendo tais conceitos pré-estabelecidos e bem solidificados, far-se-á a análise do texto sob a perspectiva da teoria pós-colonial. Vários aspectos de *Crossing the River* serão analisados sob a luz desta pesquisa. A busca da identidade por parte do negro, sua tentativa de subjetificação e a força contrária a ela serão largamente discutidas. Do mesmo modo, a resistência será apontada e analisada nos comportamentos das personagens, nas situações descritas, no próprio ambiente etc.

Por fim, os resultados e a conclusão serão apresentados, destacando as descobertas com solidez, pautadas tanto na teoria, quanto no texto literário.

1.5 O Estatuto da Literatura Negra Britânica

O número de negros aumentou muito na Grã-Bretanha após o comércio de escravos pelo oceano Atlântico nos séculos XVI, XVII e XVIII e em meados do último século de comércio escravo, o número de negros já era tão expressivo na Inglaterra, que tal comunidade começou a dar voz às histórias vividas por eles dentro de uma sociedade branca. Estas histórias apareciam na forma de discursos, cartas além de, é claro, textos escritos.

Os primeiros deles são de autoria de Hammon (1760) e Gronniosaw (1770) e tratavam de uma grande variedade de temas, como as aventuras das viagens pelo mar, o ajuste cultural, as precárias condições de sobrevivência, a conversão religiosa, as relações familiares e sociais.

Em seguida, inúmeros outros autores abordaram temas semelhantes, como Equiano e Cuogano, que falavam de temas como sua infância na África, entre outros. Equiano (1745-97), também conhecido como Gustavus Vassa (nome dado por seu amo, Michael Pascal, na Virgínia, Estados Unidos), foi um dos primeiros escritores de herança africana (hoje a Nigéria) envolvido em debates europeus em favor da abolição da escravatura. Sua autobiografia – *The Interesting Narrative of the Life of Olaudah Equiano, or Gustavus Vassa, the African* – (apoiada e financiada por abolicionistas), publicada em 1789, além de influenciar as leis britânicas para abolir o comércio de escravos em 1807 e fazer crescer o movimento anti-escravidão na Inglaterra, é uma das primeiras obras publicadas por um escritor Africano.

Cuogano (1757-?), por sua vez, foi um abolicionista africano muito ativo na Inglaterra na última metade do século XVIII. Ele foi levado para lá como escravo em 1772 e batizado com o nome de John Stuart. Juntamente com Equiano, participava do grupo abolicionista *Sons of Africa* e escreveu *Thoughts and Sentiments on the Evil of Slavery and Commerce of the Human Species* em 1787. Mais tarde, em 1791, Cugoano escreveu uma versão mais curta deste livro que pregava a completa abolição da escravatura e imediata emancipação dos negros. Depois da publicação desta obra, nada mais se soube sobre ele.

Já Mary Prince (1788-1833), nascida nas Bermudas e filha de escravos, deu voz à mulher negra escrava. Depois de passar por muitos anos em diferentes lugares, foi levada a Londres como escrava (quando a escravidão já era proibida lá) e, depois de abandonada, Prince foi trabalhar com um escritor abolicionista como secretária da Sociedade Anti-escravidão. Seu livro *The History of Mary Prince, A West Indian Slave*, publicado em 1831, foi a primeira história de uma mulher negra publicada na Inglaterra.

Estas obras são de suma importância para a compreensão das complexas relações entre colonizador e colonizado e ainda da tradição da narrativa negra britânica. Além disso elas são precursoras do movimento anti-escravidão e da consequente quebra da ideologia eurocêntrica que justificava o comércio de negros escravos (REWT, 1994, p.129).

Com as Guerras Mundiais, o contato entre brancos e negros tornou-se mais frequente. O deslocamento de tropas entre os países era contínuo e, principalmente na Segunda Guerra, já havia muitos soldados negros, especialmente dos Estados Unidos.

Bases militares foram estabelecidas em outros países e tornaram-se parte da rotina das comunidades onde se encontravam. As sociedades as aceitavam como parte integrante da cidade, assim como seus soldados e famílias. Mais que isso, elas acabaram tendo importância para estes lugares, já que os soldados constituíam um novo grupo de consumidores. Tal aceitação era *conditio sine qua non* para a boa convivência em terra estrangeira, caso contrário, as bases militares transformariam-se em alvos de ressentimento nacionalista e muitas políticas foram empregadas para que isso não ocorresse.

Entretanto, a preocupação por parte do governo foi o oposto disso: o envolvimento de soldados negros (norte-americanos) com mulheres brancas (britânicas), no caso das bases militares dos Estados Unidos na Inglaterra.

Em 1942, os soldados Americanos já chegavam à Inglaterra. A Grã-Bretanha, por sua vez, possuidora de uma sociedade branca com superioridade imperial os segregou. Contudo, no ano seguinte já havia muitos casamentos entre soldados negros e mulheres brancas e o governo de ambos os países usou várias estratégias para evitar tais relacionamentos. Todas fracassaram e então no final da Guerra, havia o pedido de 60.000 mulheres britânicas brancas que queriam emigrar para os Estados Unidos com seus maridos e filhos negros (ENLOE, 1989, p. 67-71).

Apesar do registro de obras desta época, foi depois do fim da Segunda Guerra (1945) que, com o *Windrush* em 1948 – imigração de ex-colonos à metrópole –, a Literatura Negra Britânica se sobressaiu. Com uma população de estrangeiros aceitando trabalhar em cargos de pouca remuneração e reconhecimento, a Grã-Bretanha testemunhou um crescimento fenomenal da primeira geração de imigrantes de suas ex-colônias africanas, caribenhas, entre outras.

Além disso, “depois da Segunda Guerra, a Grã-Bretanha necessitava de trabalhadores; isto facilitou a imigração (...), e a partir dos anos 60, a Grã-Bretanha ativamente recrutou trabalho no Caribe (...)” [after World War II Britain was in need of workers; this facilitated immigration (...), and starting in the 1960s, Britain actively recruited labor in the West Indies (...)] (STEIN, 2004, p. 4)].

A Literatura Negra Britânica nasceu, então, do deslocamento e preconceito sofrido por esta nova geração de cidadãos britânicos e “o impacto literário desta imbricação entre o prodigioso crescimento do país e o domínio sobre outros territórios tem sido estudado desde então” [the literary impact of this imbrication between the country’s prodigious ‘growth’ and its imperial grip over other territories has been studied since then (KHANNA, 2007, p. 473)].

Desta forma, os primeiros textos despontam como os precursores a abordar temas até hoje discutidos pela literatura negra britânica contemporânea, fruto da imigração mais recente para a Inglaterra. Caryl Phillips, por exemplo, usa acontecimentos desde o século XVIII até o XX como fonte e inspiração para sua obra.

Assim, vemos que houve uma ‘construção’ de uma nova Inglaterra após a presença física de homens e mulheres das colônias neste país. Desta forma, é inegável a transformação das cidades britânicas, principalmente Londres, como resultado da imigração dos ex-colonos.

Esta presença, bem como o conjunto do trabalho criativo que dele resulta, não é meramente uma das muitas facetas de Londres, ambas ‘reais’ e ‘imaginárias’; é fundamentalmente *constitutiva* da história, política, literatura, identidade e ‘significado’ da cidade imperial.

[This presence, as well as the body of creative work that results from it, is (...) not merely one of the many facets of London, both ‘real’ and ‘imaginative’; it is fundamentally *constitutive* of the imperial city’s history, politics, literature, identity and ‘meaning’ (KHANNA, 2007, p. 475)].

Londres, além de várias outras cidades inglesas, a partir do século XVIII, é, até certo ponto, o resultado do trabalho de construção dos negros e asiáticos já que não estavam apenas presentes lá, mas produziam suas próprias versões da cidade. Tal construção não se dava apenas pelo novo olhar crítico lançado sobre a cidade, mas pela sua literal edificação depois da Segunda Guerra nas fábricas, no comércio, na produção de mercadorias e serviços. Por outro lado, para eles, a capital era lugar de aprendizado, como o centro da cultura e da civilização. Os imigrantes viam a cidade não somente como lugar para viver e trabalhar, mas como um ‘estágio’ para adquirir determinados valores e sofisticação. Desta forma, percebemos que Londres é lar de identidades conflitantes e contraditórias, dados seus grupos anti-coloniais, e, assim, tornou-se um ‘ex-império’ que abriga uma enorme população diaspórica.

Vê-se, deste modo, a modificação das metrópoles que agora têm de lidar com o preconceito e o racismo. A reescrita da história das cidades coloca o leitor como testemunha da determinação dos imigrantes e seus descendentes. As cidades tornam-se grandes ‘caldeirões’ que misturam diferentes etnias e suas culturas, línguas e tradições. Definitivamente, elas são totalmente transformadas e ‘contaminadas’ em todos os seus aspectos.

Desta forma, o centro imperial é colocado como o ex-colonizador (e não como metrópole) aos olhos do colonizado e assim, surgem tanto uma nova literatura quanto uma nova crítica sobre ela, que também vem a influenciar a cultura metropolitana. É como se tivéssemos, então, o movimento da expansão europeia às avessas: “discursos críticos focalizando a literatura negra e da literatura escrita europeias sobre sociedades de negros têm influenciado o discurso pós-colonial” [(...) race-centred critiques of Black writing and of writing by Europeans about Black societies have been influential within post-colonial discourse (ASHCROFT et. al., 1989)].

Mesmo assim, a literatura negra britânica não pode ser lida simplesmente como uma “espécie de escrita de protesto, cheia de autenticidade e merecimento” [species of protest writing, brimming with ‘authenticity’ and worthiness (KHANNA, 2007, p. 477)]. De fato, ela tem autoridade e autenticidade, não se tratando de um protesto apenas, mas de verdadeira literatura.

Entretanto, o romance negro britânico está inevitavelmente marcado pelas conexões com outras culturas. “Os autores registram o confronto entre seus protagonistas e a Grã-Bretanha, suas instituições, seu povo, e também algumas das estratégias que eram empregadas nesta situação [The authors record both a confrontation between their protagonists and Britain, its institutions, its people, and some of the strategies that were employed in this situation (STEIN,2004, p. 7)].

Contudo, a literatura negra britânica continua sendo produzida. Há inúmeros autores e incontáveis obras tratando dos temas da exclusão, da identidade e da construção da subjetividade dos negros em seus próprios países (ex-colônias) e também como imigrantes nas metrópoles. Além disso, esta literatura inclui os descendentes dos imigrantes que hoje são nascidos na metrópole, mas ainda excluídos e que acabam por não ter ‘pátria’, pois não sentem pertencimento nem ao país que moram (pois são discriminados), nem ao país de seus antepassados (onde nunca estiveram). Por abarcar tantas pessoas sob a mesma circunstância e por chamar atenção daqueles que estão de fora deste grupo para a questão do negro, a literatura negra britânica tem tido grande repercussão tanto na Inglaterra como fora dela, e os prêmios recebidos por obras de cunho pós-colonial são prova disso.

Talvez a chegada na Inglaterra como um ‘novo nascimento’ seja o que os autores tenham em comum. O que de fato ocorre é que há um grande e diferente impacto no texto se ele for escrito por um autor ‘imigrante’ que tenha ido para a Inglaterra ou mesmo que lá tenha nascido, sendo ‘produto’ de várias gerações já lá residentes.

Quanto ao conteúdo, como já mencionado, os romances de autores negros britânicos mostram vozes étnicas, denunciam o passado imperial e revelam as circunstâncias racistas atuais. Suas obras ganharam relevo pois mostram o negro vivendo numa sociedade ‘supostamente’ democrática e multicultural. Mesmo em meio à hipocrisia, o negro é tomado como sujeito que subverte os valores europeus e que, portanto, ainda tem de lutar contra a pressão da hegemonia branca.

Não podemos esquecer, é claro, que tal literatura é produzida ‘na’ metrópole e, portanto, mostra comunidades híbridas com novas formas sociais e culturais refletidas numa rica variedade de romances, poemas, filmes e canções. Desta forma, o colonizador e tudo o que concerne a ele (terra, língua, costume etc.) transforma-se nas palavras de escritores africanos, asiáticos e caribenhos, mas também britânicos.

Mas o que, então, seria a literatura negra? “O termo ‘negro’ denota cor da pele ou qualidade da mente? Se o primeiro, o que a cor da pele tem a ver com o ato da criação literária? Se o último, como o negro comenta o negro?” [Does black denote colour of skin or quality of mind? If the former, what does skin colour have to do with the act of literary creation? If the latter, what is ‘black’ about black? (STEIN, 2004, p. 8)].

É incrível como hoje, apesar dos inúmeros estudos sobre literatura negra britânica, ainda se requer abordagens mais específicas que levem em consideração os termos em que a literatura negra se defina. É claro que os negros não formam um grupo social homogêneo, com as mesmas bases culturais e até mesmo étnicas. O termo ‘literatura negra britânica’ se refere a um conjunto heterogêneo, mas que divide a experiência da colonização e conseqüentes marginalização e diáspora. Além disso, não se pode negar que “se queremos agrupar textos, comparar textos (...) não há como escapar de práticas sociais” [if we are to group texts, to compare texts (...) there is no escape from (...) social practices” (STEIN, 2004, p. 14)].

Assim,

O termo *literatura negra britânica* não quer representar uma única experiência. Ao invés disso, eu o uso como termo coletivo que cobre um campo de experiência imaginário de superposição de territórios. Enquanto na sua abordagem mais estreita ele se refere meramente a escritores com raízes africanas caribenhas, na mais ampla, ele pode incluir escritas que recorram a domínios da África, Ásia ou do Caribe (...). A Grã-Bretanha, então, está sendo construída como parte, digamos, do Caribe (...). Este novo espaço denotado pelo rótulo de *literatura negra britânica* está longe de ser homogênea; ao contrário, sua heterogeneidade é uma de suas características definidoras.

[The term *black British literature* does not claim to represent a singular experience. Rather, I use as a collective term that covers an imagined experiential field of overlapping territories. While as its narrowest it merely refers to writers with an African Caribbean background, at its widest it can include writing that takes recourse to domains such as Africa, Asia, or

the Caribbean (...). Britain, then, is being constructed as part of, say, the Caribbean (...). This new space denoted by the label *black British literature* is far from homogenous; on the contrary, its heterogeneity is one of its defining features (STEIN, 2004, p. 17)].

Assim, além da língua inglesa, os autores de literatura negra britânica dividem um passado. De qualquer forma, esta literatura trata de assuntos e temas tão vastos quanto qualquer outra literatura, mas, como já mencionado, os autores apresentam uma tendência pelas questões de identidade, etnicidade e língua – fatores que provêm da própria história de escravização e aculturação.

No entanto, o que se apreende é que a literatura negra britânica se encontra em contínua evolução e dinamismo, renovando-se a cada dia e lançando, por meio de seus romances e poemas, mais discussões a respeito da herança do imperialismo. Tal contemporaneidade é flagrante em temas como o multiculturalismo e a influência das e nas mais diversas culturas do mundo hodierno, tanto provindas de experiências atuais (como o neo-colonialismo) quanto de resultados de contatos remotos entre diferentes nações.

1.6 Vida e Obra de Caryl Phillips

Caryl Phillips nasceu em St. Kitts, em 1958, e cresceu em Leeds, Inglaterra. Depois de se formar em Literatura Inglesa no *Queen's College* em Oxford, ele escreveu seu primeiro romance, *The Final Passage* (1985), com o qual ganhou o prêmio de ficção Malcolm X. Ele foi escolhido o escritor do ano em 1992 pelo jornal inglês *Sunday Times* e em 1993 estava na lista Granta dos melhores escritores jovens britânicos.

Phillips já deu aulas nas universidades de Gana, Suécia, Singapura, Barbados e Índia. Hoje, ele divide seu tempo entre Londres e Nova Iorque, onde é professor de inglês e de Migração e Ordem Social na Faculdade de Barnard na Universidade de Columbia. É também colunista dos jornais *The Guardian* e *The New Republic*.

Depois de *The Final Passage* (1985), escreveu *A State of Independence* (1986), *Higher Ground* (1989), *Cambridge* (1991), *Crossing the River* (1993), *The Nature of Blood* (1997), *A Distant Shore* (2003), *Dancing in the Dark* (2005) e, mais recentemente, *Foreigners* (2007). Todos receberam inúmeras premiações. Seu romance

Crossing the River, que está sendo estudado neste trabalho, foi indicado para o prêmio Booker em 1993.

The Final Passage é um romance que trata do êxodo dos negros de sua terra empobrecida em direção à Inglaterra em busca de novas oportunidades. Leila Preston vive na vila de St. Patrick e não tem perspectivas em relação a seu trabalho ou ascensão social. Ela tem um filho e seu marido, Michael, tem uma amante. Assim, quando sua mãe vai à Inglaterra para um tratamento médico, Leila decide ir com ela. Este romance segue a tentativa (esperança) dos Preston de encontrar lugar num país cujas portas das pensões têm placas que anunciam que não há vagas para negros. Os temas tratados são a diáspora, a exclusão e a condição do negro.

A State of Independence conta a história de Bertram Francis, que está há vinte anos longe de sua terra natal, uma ilha do Caribe, provavelmente St. Kitts. Na véspera da independência, ele volta a seu país para ver o fim da era colonial. Contudo, a viagem que Francis espera que traga a celebração de sua nação transforma-se num pesadelo. Seus velhos amigos o ignoram, seus colegas de escola tornaram-se corruptos e ele tem de aceitar que é um estrangeiro na terra que ele considerava como sua. Além disso, ele vê o estado deplorável da ilha e a corrupção das autoridades.

Higher Ground é um romance dividido em três partes, que fala sobre Rudi Williams, um intermediário nos negócios entre brancos e negros que, na África, vê sua vida passar dentro do comércio de escravos. Assistindo a esse negócio degradante, percebe que ele mesmo é um membro excluído da sociedade, tanto aos olhos dos Senhores quanto aos das pessoas como ele. Nos Estados Unidos, na prisão, Williams escreve cartas para a família, para explicar a ela e também educá-la na política radical do emergente Movimento Negro. É através destas cartas que o leitor tem acesso a um jovem cuja recusa a se dobrar ao sistema mostra sua dignidade, mas também sela seu destino. Já na Europa, onde as feridas da guerra continuam abertas, uma mulher descobre que não consegue escapar do gueto. Na Inglaterra, assim como na Polônia, o mundo é hostil e seu coração teme a exclusão.

Este romance explora a diáspora caribenha a partir de uma perspectiva mais universal já que, como se vê, as três partes cobrem os três continentes – África, América e Europa – simbolizando os pólos de uma identidade cosmopolita que também forma a “topografia do mundo negro do Atlântico” [topography of the Black Atlantic world (LEDENT, 2002, p. 55)], mostrando que os ‘deslocados’ pertencem a todos estes lugares, mas a nenhum deles totalmente.

Cambridge se passa no século XIX e é centrada em duas personagens: Emily Cartwright e Cambridge. Emily é uma mulher inglesa de 30 anos enviada ao Caribe para supervisionar as plantações de seu pai. Cambridge é um escravo africano e cristão que vive nas plantações dos Cartwright.

Assim, dois mundos, ligados pela escravidão, são mostrados: a hierarquia e seus preconceitos nas plantações do Caribe, e a Inglaterra, quando a abolição da escravatura já era oficial, mas em Londres ainda havia o comércio de crianças negras. Uma nação que se diz cristã fica resistente à conversão dos negros (na pessoa do escravo Cambridge), pois eles têm de reconhecer que são iguais perante Deus.

O deslocamento é também um dos temas principais e o livro sugere que a migração no contexto colonial é uma viagem para dentro de si e do outro, que implica a modificação da identidade (LEDENT, 2002, p. 80-1).

The Nature of Blood conta a história de diversos personagens (uma garota alemã judia, um jovem etíope judeu, Otelo, recém chegado em Veneza, entre outros) que, apesar de claras distinções dividem o peso de tristes memórias.

Assim, o romance vai da Veneza do século XV, onde os judeus eram perseguidos, passa pela Alemanha nazista e pela Londres pós-guerra e apresenta a Israel de hoje, com o preconceito de judeus brancos contra judeus negros. Phillips dá acesso a estas almas torturadas que estão ao mesmo tempo distantes e próximas (LEDENT, 2002, p. 136). Suas experiências de perseguição e coragem constroem a narrativa sobre o racismo, o poder da fé e da importância de cada indivíduo sob uma mesma história.

A Distant Shore traz a história de Dorothy que tenta reconstruir sua vida depois de terminar um casamento de trinta anos. Na mesma vila inglesa, vive o diaspórico Solomon, um africano que lava carros e que só tem a língua em comum com os ingleses. Dorothy e Solomon estabelecem uma relação que conforta a ambos e os alivia do isolamento que sentem. Solomon é acusado de assédio sexual, é preso e depois solto e acha refúgio em uma família que o acolhe no norte da Inglaterra. Vítima do racismo, ele vive de cidade em cidade, e, por fim, é perseguido e morto por *hooligans*.

Dancing in the Dark nos apresenta Bert Williams, o primeiro ator cômico negro que consegue fama e fortuna nos Estados Unidos. Ele é uma pessoa inteligente, elegante e digna, mas as barreiras que quebrou no palco ainda assombram sua vida pessoal, o que leva a muitas contradições entre o homem e o personagem.

O mais recente romance de Phillips, *Foreigners*, conta a história de três homens negros – Francis Barber, Randolph Turpin e David Oluwale – cujas vidas

representam o papel dos ‘estrangeiros’ na sociedade inglesa. Cada uma destas existências mostra a complexidade e o drama que está por trás da simples denominação ‘infortúnio’ atrelado à raça e à identidade que tiveram. Eles sofrem exclusão, objetificação e lutam para sobreviver em uma sociedade hegemônica branca. Contudo, terminam na miséria e assassinados.

Phillips também escreveu para a televisão, rádio, cinema e peças teatrais, quais sejam: *Strange Fruit* (1981), *Where There is Darkness* (1982), *The Shelter* (1984) e *Rough Crossings* (2007) além de duas antologias: *Extravagant Strangers* (1997) e *The Right Set* (1999). Seus trabalhos incluem, ainda, três livros de não-ficção: *The European Tribe* (1987), *The Atlantic Sound* (2000) e *A New World Order* (2001).

The European Tribe é uma crônica em que Phillips conta uma viagem à Europa guiado mais pela moral que por um mapa. À procura de definição pessoal dentro dos parâmetros que um negro vive na Europa, ele descobre que sua solidão natural colide na ‘tribo européia’ – uma comunidade global de brancos numa História eurocêntrica. Phillips ilustra os cenários (Provença, Veneza, Amsterdã) e personagens que encontra sob a ótica de outras personagens, como Otelo (Veneza) e Anne Frank (Amsterdã).

The Atlantic Sound explora a complexa noção do que vem a ser o ‘lar’. Visto do prisma do comércio de escravos pelo Atlântico, o autor discute como o deslocamento e a diáspora influenciam individualmente as pessoas. Phillips inicia sua viagem do Caribe em direção à Inglaterra, repetindo a que fez quando criança nos anos 50. Ele passa por três cidades: Liverpool, Elmina e Charleston, todas, de alguma forma conectadas com a história do tráfico negreiro. Finalmente, ele vai a Israel onde encontra uma comunidade de dois mil afro-americanos que o faz novamente refletir sobre a diáspora.

A New World Order é iniciada com a crença, por parte do autor, de que existe ‘uma nova ordem mundial’ de pluralidade cultural. Desta forma, ele reflete sobre os trabalhos de autores como Walcott, Naiapaul, Coetzee e Gordimer, mas sua busca não é somente literária. Ele pesquisa Spielberg, Linton Kwesi Johnson e Marvin Gaye. Escreve ainda sobre o momento que sua ilha natal – St. Kitts – torna-se independente e sobre a responsabilidade de ser um escritor nascido num mundo pós-colonial que vive de ambos os lados do Atlântico. Além disso, ele estuda a Inglaterra, país onde cresceu e foi educado, pesquisa sobre a migração de seus pais e a continuação do legado do racismo.

Não é fácil categorizar seu trabalho, já que ele cobre temas muito diversos tais como o pós-colonialismo, o pós-modernismo, os negros britânicos e assim por diante. Mas um de seus temas predominantes é a condição das pessoas deslocadas e dos negros. Isto é mostrado de maneira relevante em seu primeiro romance e de forma mais sutil em seus últimos trabalhos. Evidentemente, o fato de Phillips ser caribenho nos remete a traços autobiográficos em seu trabalho, mas não se pode afirmar que há um paralelo entre sua vida e os personagens que cria. É claro que ele usa as dicotomias de sua própria perspectiva para escrever. Por outro lado, ele também menciona outros grupos marginalizados (judeus, por exemplo) para fazer uma analogia.

Mais que isso, ele escreve acerca da diáspora, que, apesar de possuir nomes definidos, poderiam ser os protagonistas de outras diversas histórias. Ele discute a diáspora em geral e todos os problemas que estas pessoas podem vir a enfrentar, inclusive os resultados, tais como alienação e/ou destruição destas sociedades.

1.7 Fábula de *Crossing the River*

O livro *Crossing the River* é composto por: Prólogo, quatro capítulos, quais sejam, *The Pagan Coast*, *West*, *Crossing the River*, *Somewhere in England*, e o Epílogo. Ele trata de três personagens – Nash, Martha e Travis – cujas histórias são contadas cada um em um capítulo diferente. O capítulo que tem o mesmo nome do livro trata do capitão Hamilton, cujo navio viajava a costa da África na busca de escravos. Tanto o prólogo quanto o epílogo, amarram a história destas personagens, que, embora situadas em tempos e espaços diversos, têm, de certa forma, início e fim semelhantes.

Prólogo

No prólogo o narrador fala de um homem negro que vive na costa africana e, no século XVIII, vende seus filhos como escravos. Ele conta que sua colheita não foi farta e que por isso se desfaz de seus filhos, dois meninos (Nash e Travis) e uma menina (Martha). Na verdade, ele os troca por algumas mercadorias e se sente muito culpado e, por fim, afirma que os ama, mas que não teve escolha em virtude da miséria que se encontrava.

De fato, Nash, Travis e Martha não são fisicamente as pessoas que serão tratadas no romance – dado o lapso temporal entre suas histórias – mas uma metonímia, ou seja, uma representação de negros escravos vivendo nos Estados Unidos.

O velho pai, alegoria do colonizado, tem de esperar mais de 250 anos para escutar a voz de seus filhos (no epílogo), fazendo o narratário/leitor acompanhar as trajetórias dos diferentes representantes desse brutal processo (Nash, Martha e Travis, filhos da África), intercalado pela narração do capitão James Hamilton (Capítulo *Crossing the River*), que os comercializou.

The Pagan Coast

O capítulo *The Pagan Coast* trata da vida de Nash Williams, como sendo, supostamente, um dos filhos vendidos na costa da África. Pela voz de um narrador, mas principalmente pelas cartas enviadas por Nash a Edward, seu ‘padrinho’ nos Estados Unidos, o leitor conhece a história de ambos.

Ocorre que Nash fora criado por Edward, um norte americano branco que o possuía como escravo. No entanto, apesar disso, Edward dispensou a ele uma educação cristã de alta qualidade a ponto de ele tornar-se um excelente evangelizador. Edward era filho de um rico produtor de tabaco que recebeu sua herança aos 29 anos de idade. Apesar de possuir 300 escravos, muito provavelmente por ser cristão, era avesso ao sistema que o tinha ajudado a multiplicar sua riqueza. Desta forma, Edward incentivou seus escravos a aprender a ler e a escrever e, quando soube da existência da Sociedade Americana de Colonização, pensou que poderia contribuir. Tal sociedade fora criada pelo pastor Robert Finley, com o apoio de muitos quakers e de líderes negros, que acreditava que os (ex-)escravos não conseguiriam ser integrados na sociedade norte-americana e deveriam, então, migrar para a África. Segundo eles, esta seria também uma forma de difundir o cristianismo no continente africano.

Foi por meio desta Sociedade que Nash foi levado de volta à África, desta vez como missionário da fé cristã. Ele, que nutria um amor de filho para com Edward, foi enviado à Libéria para cumprir seu trabalho.

Como já mencionado, as cartas de Nash, estando na Libéria, para Edward, nos Estados Unidos é que revelam o desenrolar da história. As primeiras correspondências mostram um Nash extremamente grato ao seu patrão, por ter tido a oportunidade de estudar e de poder, agora, levar a ‘verdadeira’ civilização aos seus ancestrais. Mesmo

tendo estado gravemente doente e tendo perdido sua esposa numa terrível e longa viagem de navio até a Libéria, Nash se mostra feliz com sua missão e dá o mérito e os louros disso a Edward.

Conforme o tempo passa, entretanto, Nash torna-se mais frio e mais afeito ao seu novo lugar que ao antigo. Mais tarde, já passa a considerar a Libéria como ‘seu’ país e não mais os Estados Unidos. Em suas cartas, ele também faz pedidos a Edward, como alimentos, roupas e outros artigos de necessidade básica. Além disso, vemos que Nash se queixa do silêncio de Edward, já que ele não responde suas cartas tampouco atende seus pedidos. Sua vida vai, então, tomando um novo rumo: tem família (três esposas, conforme o costume do local), seis filhos, tendo um morrido, deixa a missão, pois não acredita mais na evangelização, está aprendendo a língua africana, dedica-se à agricultura e assim por diante.

Enquanto isso, o leitor é informado pelo narrador que Edward está à procura de Nash. Na verdade, ele nunca havia recebido suas cartas já que sua esposa, agora morta, as escondera todas. Daí o silêncio de Edward. Este, diante da suposta falta de notícia por parte de Nash, confirmada por uma carta de Madison, também seu escravo, pede a este que o procure. Ele também não o encontra e Edward decide, então, seguir para a África pessoalmente.

A viagem, assim como a de Nash, é interminável e muito desgastante: muitas pessoas adoecem e morrem. Edward também fica doente e é desembarcado em Serra Leoa e levado a um hospital. Nesse ínterim, Serra Leoa e a Libéria entram em guerra e torna-se impossível o transporte de Edward para lá, mesmo ele já estando convalescido.

Ainda neste período, Nash continua enviando cartas a Edward nos Estados Unidos que, obviamente, não chegavam a suas mãos. Terminada a guerra, Edward segue sua busca por Nash na Libéria. Lá, enquanto espera notícias de Nash, procura um clube de homens brancos, mas sua entrada é proibida. Depois de encontrar-se com Madison e de uma longa busca, ele obtém informações sobre Nash: ele já havia morrido e deixara uma carta para Edward. Ao ler a carta, ele fica estarecido e, ainda assim, Edward insistiu para ir ver onde Nash vivia.

Depois de uma jornada um tanto difícil, dadas as precárias condições do local, Edward chega à casa de Nash e se espanta com sua metamorfose. Edward é assistido pelos nativos como um velho homem branco e triste.

Utilizando um narrador heterodiegético onisciente encoberto, misturado com fluxo de consciência do protagonista, o autor apresenta Martha ao narratário neste segundo capítulo. Martha faz o caminho contrário de ‘irmão’ Nash. Este rumo para o Leste, para a África, com o intuito de catequizar os ‘selvagens’. Uma vez lá, encontra sua subjetificação na sua origem geográfica e sangüínea. Martha Randolph, por sua vez, desloca-se fisicamente para o Oeste (daí o nome do capítulo), cada vez mais longe de suas raízes ancestrais, e emocionalmente, em uma viagem interna, sempre buscando construir comunidades, sem renunciar jamais a ser sujeito.

Sem qualquer ordem cronológica (o autor usa flashbacks intercalados com sua situação atual), o leitor fica a par da história de Martha: uma mulher africana que, quando criança, fora vendida pelo seu pai na costa da África (supostamente, a filha referida no prólogo). Ela foi levada para a Virgínia, casou-se com Lucas e teve uma filha, Eliza Mae. Eles viviam e trabalhavam como escravos em uma fazenda, onde eram submetidos a péssimas condições de sobrevivência.

O amo de onde eles trabalhavam morre e a fazenda é herdada por seu sobrinho, um banqueiro de Washington, que não se interessava pelo campo. Consequentemente, tudo foi vendido, inclusive os escravos, e Martha foi separada de Lucas e Eliza, pois foram vendidos a diferentes proprietários.

Então, num dia frio de dezembro, Martha cruzou o Missouri (da Virgínia ao Kansas) com os Hoffmans, a família que a tinha comprado. Eugene Hoffman, o fazendeiro, que trabalhava com agricultura e pecuária, era casado com Cleo, que tinha sido educada para ser professora de música. Eles eram muito religiosos e não tinham filhos. Martha se sentia tão desolada que duvidou da existência de Deus e ouvia vozes do passado africano, de seus ancestrais. Dada sua perceptível tristeza, o casal levou-a para Wilson, um jovem cavaleiro, evangelizá-la, mas ela não se sentiu tocada e tal intento foi deixado de lado pelos Hoffman.

Martha estava então vivendo no Kansas e como a colheita não havia sido boa e o gado não estava dando lucro, ela foi chamada pelo seu patrão e avisada de que eles tinham decidido se mudar para a Califórnia e a venderiam. Lembrando-se de todo sofrimento que havia passado no leilão e sentindo que tudo seria repetido, ela decidiu fugir. Ela foi para Dodge, uma cidade de fronteira e, portanto, com os perigos que este tipo de lugar oferece, e ficou lá por dez anos, trabalhando num restaurante, lavando

roupa e cozinhando com uma amiga chamada Lucy. Lá conheceu Chester e foi viver com ele. Chester era um homem negro que possuía uma loja in Dodge, o que era considerado estranho, mas que fora assim ‘permitido’ pela comunidade branca. Martha e Chester se amavam e viviam bem naquele lugar. Um dia, três homens brancos entraram no restaurante e perguntaram por Chester. Lucy aconselhou Martha a adverti-lo, mas, antes que algo pudesse ser feito, ele foi morto por tais homens. Após a morte de Chester, Lucy sugeriu ir para Leavenworth, na Califórnia, mas Martha estava tão chocada que não conseguia nem mesmo chorar. Pela primeira vez, ela contou à amiga que tinha tido uma filha.

Depois de ficar trabalhando como lavadeira e se despedir de Lucy, que foi para a Califórnia, Martha recebeu uma carta da amiga, convidando-a para começar uma nova vida e ser feliz onde ela estava. Martha decidiu ir e se juntou a uma caravana de negros que queriam formar uma comunidade para viver e trabalhar como pessoas livres longe da costa leste, onde a escravidão ainda era terrível. Durante a viagem, entretanto, ela adoeceu e foi deixada no caminho para morrer num asilo, apenas com uma assistente social.

Seus últimos momentos foram num quarto frio e escuro através do qual uma mulher a guiou e serviu água. Ela foi colocada na cama com lençóis limpos e adormecia. Martha sentia muito frio e pensava sobre sua vida, sobre o que era mais importante: amor ou liberdade, pois ambos haviam sido tirados dela. Ela também pensava em sua filha. Por fim, Martha morreu sem chegar à Califórnia.

Crossing the River

A seção *Crossing the River*, como se vê, recebe o mesmo título do livro. Talvez isto se deva ao fato de o texto sob estudo versar sobre a viagem de um capitão de navio à África, partindo da Inglaterra, na busca de escravos para sua posterior venda no Novo Mundo. Assim, o autor considera esta travessia a cruzada de um rio, ou seja, uma passagem para o outro lado, para a outra margem. Além disso, ela está justamente do meio da obra, como um elo entre as histórias destes ‘irmãos’.

O Capitão James Hamilton é um homem branco, de 26 anos, cuja viagem se inicia em 24 de agosto de 1752, partindo de Liverpool, na Inglaterra, em direção à costa da África. No início do capítulo, há uma lista da tripulação do navio, com os nomes e respectivas funções – todos subordinados ao capitão. Ele, portanto, é o dono do navio e

se comporta como tal: castiga seus funcionários e escravos com chibatadas e compra e vende negros conforme os preços e a oferta. Sua rota, aliás, é determinada pelos melhores locais para os negócios.

O leitor conhece a história por meio do diário do Capitão Hamilton. Nele, há registros do clima, do número de escravos comprados, fugidos, mortos, doentes etc. Há ainda as cartas que escreve a sua esposa que o espera na Inglaterra. Embora os dados sejam objetivos – com exceção das cartas de amor, em que vemos uma outra face do duro capitão – podemos ter acesso ao ambiente do navio: as sensações, comportamentos (não só do capitão), mas principalmente a percepção a partir do personagem de Hamilton – um homem branco – já que ele é quem escreve o diário. Seu último registro é de quando começa sua viagem de volta e compra, por fim, três irmãos: dois meninos e uma menina – referência a Nash, Travis e Martha.

Somewhere in England

No quarto capítulo, usando a estratégia de diário, colocado de forma não cronológica, conhecemos a história de Joyce, uma mulher branca, inglesa, que, mais tarde se envolve com Travis, um soldado norte americano e negro – o ‘suposto’ último filho vendido na costa da África.

Vivendo no cenário da Segunda Guerra Mundial na Inglaterra, Joyce conta sobre os horrores da guerra, mas focaliza mais sua descrição nas pessoas. Ao ordenar cronologicamente seu diário, temos a história: Joyce trabalha em uma fábrica e tem uma péssima relação com sua mãe, não gosta muito de falar, é feia e não tem pai. Aos 18 anos conhece Herbert que a deixa grávida. Depois de um aborto, ela segue para Londres onde o encontra novamente e descobre que ela era casado e tinha dois filhos.

Lá, agora com 21 anos, Joyce consegue outro trabalho e conhece Len. Apesar da falta de apoio de sua mãe, ela se casa com ele. Na mesma época, começa o recrutamento de soldados e temos a descrição de mulheres sem seus maridos e da cidade tendo sido escolhida como área de recepção de bases militares.

Mesmo não vivendo feliz no casamento, Joyce vai trabalhar na loja de seu marido e conhece Sandra, que trabalhava para Len, e seu filho Tommy. O marido dela também está na guerra e ela fica grávida de outro homem.

A este tempo, a França deixa a guerra e Joyce começa notar a diferença entre o que se diz (discursos de celebração e vitória do primeiro ministro inglês, Churchill) e o

que ela vê (crianças lutando na guerra). Len se junta aos Voluntários e Sandra, por ficar grávida de outro homem enquanto seu marido estava na guerra, é morta por ele e seu filho, Tommy, tomado pelas autoridades. A cidade está destruída, as pessoas estão nas ruas pois suas casas estão em ruínas e sua mãe morre em virtude de uma bomba. O Natal chega e as pessoas enterram seus mortos.

Len é levado para a prisão e os norte-americanos, entre eles muitos negros, chegam à cidade, mas não se misturam com as pessoas, pois se sentem superiores por usarem uniforme. Joyce recebe uma carta de Len, mas algumas partes são censuradas.

Travis, soldado negro norte-americano, residente numa base militar, e outro homem vão à loja onde ela trabalha e a convidam para um baile. Apesar de não ter nada adequado para vestir, Joyce vai e convida Travis para uma dança. Dias depois, ele vai à loja com flores e eles vão visitar o túmulo da mãe de Joyce. Por chegar tarde ao acampamento, já que perderam o ônibus, ele é fortemente punido com açoites e prisão.

Len chega da prisão e quer reatar com Joyce, mas ela recusa e, por isso, ele bate nela. Dois meses mais tarde, Travis luta com Len em defesa de Joyce e esta é vista com maus olhos pela sociedade, tanto pela traição, como por se envolver com um homem negro. Len parte e logo Joyce fica grávida. Travis more na Itália em combate.

A guerra acaba em 9 de maio de 1945 e a Inglaterra a vence. Seu filho com Travis, Greer, fora dado em adoção. Joyce já não tem mais sua família nem seu trabalho. Todavia, conhece Alan, casa-se com ele e tem filhos, e destrói suas lembranças de Travis. Greer, porém, não sai de suas lembranças e, em 1963, ele chega em sua casa para conhecer a mãe que o relegou ao orfanato.

Epílogo

Nas últimas páginas do livro, as três personagens são retomadas – Nash, Martha e Travis –, além da ‘adoção’ de Greer, e são mostradas como representantes de todo um povo negro e excluído espalhado pelo mundo. O bairro do Brooklyn, em Nova Iorque, bem como São Paulo, Santo Domingo, Nova Orleans e Rio de Janeiro são mencionados com retratos de pessoas famintas, sem lar, descalças vivendo em favelas. Suas vozes são ouvidas e sugere-se que eles ‘cruzaram o rio’. Todos considerados sobreviventes da diáspora da África e da herança da escravidão.

1.8 A Fortuna Literária de *Crossing the River* no Mundo, no Brasil e suas Traduções

A obra *Crossing the River* se divide em seis partes. Tem, primeiramente, o prólogo e por último, o epílogo. Os quatro capítulos entre eles tratam, respectivamente, de quatro personagens: Nash, Martha, Capitão Hamilton e Travis. O prólogo fala de um homem que vive na costa africana e vende seus filhos como escravos. O capitão Hamilton representa o negociador que os compra, enquanto Nash, Martha e Travis representam estes filhos. Usamos o verbo ‘representa’ já que não se pode afirmar que estas são, de fato, as mesmas personagens e, a intenção é, na verdade, fazer mesmo uma representação de milhares de pessoas que viveram experiências semelhantes.

A história se trata, portanto, da metonímia da vida de inúmeras pessoas que foram vendidas e, conseqüentemente, deslocadas. Os aspectos de identidade e resistência estão fortemente traçados em cada uma destas experiências. A abordagem da escravidão e sua repercussão; da insensibilidade do homem branco e do fato de ser negro em um país branco (exclusão) também são patentes na vida das personagens.

A maioria das histórias de autoria de Caryl Phillips se desenvolve de forma fragmentada, como a dos personagens do livro sob estudo, e o uso de analepses e prolepses é o recurso literário de que o autor lança mão para retratar o deslocamento acima mencionado. Tal fragmentação se dá em ambos níveis textuais e temáticos: “Devido às perspectivas fragmentadas e plurais, o significado é fluido e instável; o passado é lembrado em fragmentos, histórias são contadas em fragmentos e as personagens vivem suas vidas de forma fragmentada” [Due to the fragmented and plural perspectives, meaning is fluid and unstable; the past is remembered in fragments, stories are told in fragments and the characters live their lives in a fragmented way. (SLEPOY, <http://www.usp.nus.edu.sg/post/caribbean/philips/gms3.html>)].

Assim, como já referido anteriormente, ferramentas do pós-modernismo também são usadas por Phillips para alcançar o tema do pós-colonialismo:

Primeiramente, ele incorpora elementos meta-ficcionais em seu romance. Em segundo lugar, ele não confia em uma narrativa linear para contar a história. Terceiro, ele se recusa a dar ênfase a somente uma única voz central no romance. É um romance polifônico, e esta noção é central para as teorias do pós-modernismo.

[First, he incorporates meta-fictional elements into his novel. Second, he does not rely on a linear narrative to carry his story. Third, he refuses to give emphasis to only one central voice in the novel. It is a polyphonic novel, and this notion is central to the theories of post-modernism (McINNIS, <http://www.postcolonialweb.org/caribbean/philipp/mcinnis2.html>)].

Mesmo com um tema tão instigante e de grande relevância no Brasil – país que também sofreu a experiência da colonização – há muito poucos registros de estudos literários sobre a escravidão, apenas históricos. São muito raras as obras escritas com esta perspectiva em nosso país.

Contudo, apesar de a abordagem histórico-literária do tema proposto não ter grande repercussão no Brasil, fora daqui o assunto tem se mostrado muito profícuo. A fortuna de Caryl Phillips, por exemplo, já foi muito discutida. Muitas críticas foram escritas em jornais e revistas científicas a respeito dos temas de sua obra.

A obra de Caryl Phillips conta com uma grande lista de trabalhos científicos sobre seus livros, ou seja, há dois livros exclusivamente sobre o autor, vinte e sete dissertações e incontáveis artigos que versam, invariavelmente, acerca da escravidão, das diferenças étnicas, do multiculturalismo, dos escritores negros, mas sobretudo, sobre a diáspora (<http://www.ulg.ac.be/facphl/uer/d-german/L3/cpsecond.html>).

No mesmo site, encontramos também críticas sobre suas publicações. Os livros mais comentados são *A Distant Shore*, *Crossing the River*, *Dancing in the Dark* e *Foreigners*.

Todo este interesse se deve ao fato de o autor ter abordado o tema da problematização do racismo contra sociedades marginalizadas, e da escassez de trabalhos com tal posicionamento. Além disso, esta é uma questão atual e uma representação de problemas humanos, já que a repercussão da escravidão é vista até os dias de hoje, dada a histórica exclusão sofrida pelos negros.

Há, naturalmente, trabalhos acadêmicos acerca do mesmo assunto, que também podem ser encontradas no site acima mencionado. Especificamente sobre *Crossing the River*, há quatro dissertações, mas só uma delas no Brasil, da Universidade de São Paulo (*Trilhas pela Água: história e ficção em Crossing the River de Caryl Phillips* de Márcia Pedreira).

Não só *Crossing the River*, ora sob foco, como também outras produções de Caryl Phillips, têm sido alvo de críticas e comentários da imprensa tanto no Brasil

quanto no exterior. Como apenas dois de seus romances foram traduzidos e publicados no Brasil, a saber, *A Distant Shore* – Uma Margem Distante (2006) e *Dancing in the Dark* – Dançando no Escuro (2006), as críticas são um tanto escassas na imprensa brasileira.

No entanto, quando da publicação de tais romances em língua nacional, alguns jornais e revistas mencionaram os trabalhos de Caryl Phillips. Todavia, como suas obras são originariamente em língua inglesa, jornais e revistas dos Estados Unidos e da Inglaterra são mais plenos de informações sobre as publicações de Phillips, e isto se deve também ao fato de hoje ele viver e trabalhar em ambos os países.

No caso de *Crossing the River*, não há tradução deste romance para a língua portuguesa até o momento e, portanto, neste estudo, as traduções serão feitas pela própria pesquisadora.

Quanto às fontes nacionais, como já exposto, não há uma grande extensão de publicações midiáticas a respeito das obras de Caryl Phillips. A revista *Veja*, por exemplo, a de maior circulação e com o maior número de leitores no país, não fez, até o presente momento, nenhuma menção a quaisquer das obras do autor. Por outro lado, os jornais *Folha de São Paulo* e o *Estado de São Paulo* fazem breves comentários. O primeiro, em março de 2004, traz apenas uma menção ao nome de Caryl Phillips, já que ele concorrera e fora finalista ao prêmio PEN/Faulkner com o livro *A Distant Shore*, naquela época, ainda sem tradução para o português.

Em abril de 2006, o jornal apenas comenta o lançamento de três obras que estão saindo no Brasil de cunho multicultural ligado à Inglaterra de hoje: ‘O Caçador de Autógrafos’, de Zadie Smith; ‘Uma Margem Distante’, de Caryl Phillips e ‘A menina Ícaro’, de Helen Oyeyemi. O artigo traz apenas uma curta biografia dos autores e pequeno resumo das obras sem maiores comentários críticos favoráveis ou não sobre suas respectivas obras.

Já em maio de 2006, a *Folha de São Paulo* expõe um artigo sobre literatura multicultural e cita, além de Caryl Phillips e seu livro ‘Uma margem distante’, a autora Zadie Smith e comenta sobre como a literatura inglesa vem se beneficiando de talentos provenientes de suas ex-colônias. O jornalista e crítico, Marcelo Pen, fala de como hoje se busca tratar das relações que se criam a partir de diferentes culturas. Mais adiante e mais especificamente sobre o romance de Phillips, o crítico coloca uma breve biografia do autor e a fábula do livro. Por fim, ele afirma que o multiculturalismo tem sido fonte de novas narrativas que vem satisfazendo um público cada vez maior.

O jornal *O Estado de São Paulo*, por sua vez, em agosto de 2003, cita o nome de Phillips em apenas uma matéria que fala sobre os concorrentes ao prêmio Booker Prize concedido anualmente a escritores da comunidade britânica, e de suas ex-colônias. O artigo apresenta a lista dos 23 selecionados da qual consta Caryl Phillips, com a obra *A Distant Shore*, sem quaisquer outros comentários.

No que tange as fontes estrangeiras, como dito anteriormente, elas são mais profícuas neste sentido. A revista americana *TIME*, por exemplo, publicou em maio de 2003 um artigo exclusivamente sobre Caryl Phillips. A revista afirma ser ele um dos mais competentes autores negros que escreve em inglês, mas que tem também se tornado um dos mais bem conhecidos e produtivos do mundo. O repórter diz que estas qualidades são visíveis em sua obra *A Distant Shore* e traz um pequeno resumo do romance, além da biografia do autor. O artigo mostra ainda um pequeno comentário dos livros publicados por Phillips até 1997 – *The Nature of Blood* –, além de uma pequena entrevista com Bénédicte Ledent, autora belga, cujos estudos também são usados neste trabalho. Segundo ela, Phillips não escreve sobre raça ou racismo, mas, sobretudo, sobre a condição humana.

Ainda em setembro de 2007, a mesma revista traz um artigo sobre o lançamento do romance *Foreigners: Three English Lives*. Tem-se um pequeno resumo do livro e então um comentário sobre a obra, como um todo, de Caryl Phillips. O artigo afirma que desde o primeiro romance do autor, ele vem tentando reescrever a literatura inglesa preenchendo as lacunas da História oficial. A revista coloca ainda que, por meio de uma coleção de vozes diferentes, mas unidas sob a mesma dor, *Foreigners* é um complemento para *A Distant Shore*, já que suas obras são um mosaico que Phillips vem construindo durante sua vida.

O *Library Journal*, quando da publicação de *Crossing the River*, em 1993, além de informar sobre a indicação para o Booker Prize, exibiu a fábula e uma crítica muito positiva a respeito da obra: afirmou ter uma bela linguagem e grandes idéias.

O *Booklist*, sobre o mesmo livro e no mesmo ano, ressaltou a intensificação da eloqüência e autoridade de Phillips. Afirmou ainda que as personagens têm dignidade e sua histórias são a voz da verdade.

O jornais *The New York Times*, *San Francisco Chronicle*, *Los Angeles Times*, *Boston Globe* e *Chicago Tribune* todos publicaram críticas sobre *Crossing the River* quando do seu lançamento e foram unânimes em dizer quão impecável é o romance.

É curioso observar como o Brasil, apesar de também ter sido e ainda ser vítima da colonização, está tão desatento à cultura pós-colonial que vem se formando. A Literatura estampa isso, mas ainda assim vemos, pela falta de informações passadas aos leitores (mesmo àqueles da classe dominante, que têm acesso ao desenrolar da ciência), que estamos longe da conscientização da influência cultural estrangeira.

A Revista *Veja*, como já dito, a mais conhecida do país, não faz nenhuma menção ao fato, enquanto outros meios apenas ‘arranham’ o assunto. Pode-se dizer que os leitores são indiferentes e que tal preocupação não atinge o público ao qual se destinam. Então, é de se perguntar se a imprensa não informa em virtude da falta de interesse do público, o que seria ainda mais lamentável. Enquanto o mundo assiste à descolonização cultural das nações, o Brasil permanece inerte, tanto em posição crítica quanto na atitude de subjetificação.

CAPÍTULO II

Resistência, Subjetividade e Identidade

A resistência contra a dominação exercida pelos colonizadores é o caminho para a recuperação da subjetividade e da identidade dos povos oprimidos. Desta forma, um estudo destes três aspectos faz-se necessário antes da aplicação e análise destes conceitos na obra *Crossing the River*.

Assim, segue uma pesquisa sobre a resistência (violenta ou discursiva) e os aspectos que ela compreende. Quanto à resistência violenta, temos as posições contrárias de Frantz Fanon e de Hannah Arendt. Já a resistência discursiva pode apresentar-se na forma de mímica e/ou paródia, cortesia dissimulada e releitura e reescrita de obras do cânone do colonizador. No conceito de subjetividade, por sua vez, temos seu percurso desde os estudos de Aristóteles até Fanon, passando por Descartes, Marx, Freud, Lacan e Derrida.

Este capítulo finaliza com o estudo da identidade sob três perspectivas: raça, classe e gênero.

2.1 Resistência

2.1.1 Resistência violenta

2.1.1.1 Frantz Fanon

Frantz Fanon (1925 – 1961), psiquiatra, filósofo, revolucionário e escritor, influenciou o campo dos estudos pós-coloniais e foi um célebre pensador do século XX a respeito da descolonização e da psicopatologia da colonização. Seus trabalhos inspiraram movimentos de libertação anti-coloniais por mais de quatro décadas. Nascido na ilha caribenha da Martinica, quando colônia francesa, era descendente de escravos africanos, mas pertencia à classe média e por isso pôde estudar na escola de maior prestígio daquele país – Lycée Schoelcher.

O abuso do povo da Martinica por parte do exército francês exerceu grande influência em Fanon e reforçou sua posição contrária ao racismo colonial. Ele

participou do exército na Segunda Guerra e depois da derrota dos Aliados, retornou à Martinica e depois de completar seus estudos, foi para Lyon, na França, onde estudou medicina e psiquiatria, além de literatura e filosofia. Depois de sua residência foi trabalhar na Argélia em 1953 e ficou até sua deportação quatro anos mais tarde, em virtude de seus estudos culturais e psicológicos sobre aquele país.

Todas estas experiências contribuíram para o seu livro de maior destaque: *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952), uma análise do efeito da subjugação colonial sobre a humanidade. Esta obra foi originalmente apresentada e recusada como sua tese de doutorado em Lyon. Mais tarde, em seu livro *Os Condenados da Terra*, de 1961, censurado pela França e prefaceado por Jean-Paul Sartre, Fanon discute os efeitos da tortura das forças francesas que se sobrepõem na guerra na Argélia. Ele analisa também o papel da classe social, da raça, da cultura e da violência em prol da libertação nacional.

É neste livro que encontramos claramente sua posição anti-colonial. Para ele, o colonialismo é fator decisivo sobre todos os aspectos da vida do colonizado.

O valor que mais se destaca nos pontos de vista de Fanon sobre a questão cultural encontra-se no paradigma evolutivo que ele estabeleceu bem como sua ênfase na dimensão nacional da consciência anti-colonial.

[The most enduring value of Fanon's views on the cultural question is to be located in the evolutionary paradigm which he established as well as in his emphasis on the national dimension of the anti-colonial consciousness (ASHCROFT, 1999, p. 158)].

Podemos dizer que Fanon foi influenciado pelo movimento da Negritude, contudo, seu trabalho tem uma 'essência racial' que não é somente negra, mas que se estende a quaisquer pessoas colonizadas. Tanto que sua obra inspirou líderes de movimentos de libertação e de descolonização em diversos lugares, como Ali Shariati no Iran, Steve Biko na África do Sul, Malcolm X nos Estados Unidos e Ernesto Che Guevara em Cuba, além dos palestinos e afro-americanos. Frantz Fanon morreu de leucemia e foi enterrado na Argélia com o nome de 'Ibrahim Fanon'.

Fanon se tornou, assim, um defensor da resistência e da revolução contra o colonialismo. Tal resistência, defendia ele, se dava por meio da violência, porque, segundo Fanon, esta é a única língua que o colonizador entende.

A articulação de Fanon dos requisitos básicos de uma cultura nacional foi suficientemente rigorosa para antecipar uma das posições mais radicais de nossa crítica contemporânea.

[Fanon's articulation of the basic requirements of a national culture was sufficiently rigorous to have anticipated some of the most radical positions of our contemporary criticism (ASHCROFT, 1999, p. 159)].

Um exemplo relevante da prática radical e rigorosa defendida por Fanon foi o Movimento Mau Mau ocorrido no Quênia, como resultado das tensões políticas, econômicas e raciais com a aparente falta de soluções pacíficas com o império britânico, que ocuparam aquele país de 1952 a 1960. Os veteranos deste movimento de independência se auto denominavam 'exército da terra e da liberdade'.

Em 1951 a União Africana do Quênia apresentou uma série de exigências à Inglaterra – desde a abolição das leis discriminatórias até a inclusão de representantes negros no Conselho Legislativo que governava as colônias. Não sendo atendida, um comitê central foi organizado em Nairobi que formou tropas para reforçar sua posição política, proteger seus membros e matar informantes e colaboradores. O movimento ganhou força por todo o país e oponentes eram mortos à luz do dia, casas de europeus eram queimadas, além de ser usado como pretexto para cometer excessos contra suspeitos. As armas e a estrutura organizacional britânicas foram utilizadas para implementar o exército Mau Mau. Muitas atrocidades foram cometidas por ambos colonizadores e colonizados.

Neste processo de invasão que também compreende a pilhagem e devastação da colônia em todos os aspectos, o colonizado fica preso a uma imobilidade colonial que só pode ser quebrada, segundo Fanon, com a violência, que, neste caso, vem a ser a força purificadora, que liberta sua nação do parasita da metrópole.

A nação colonizadora vê a colônia como parte de seu país e a saqueia como se fosse uma simples extração de uma extensão de seu território. Com um ato consciente por parte do colono, ele pode pôr fim à história da colonização, equilibrando as forças contrárias (colonizador x colonizado), em que os opostos se vêem como 'totalmente outro', ou seja, completamente diferente de si e perfeitamente semelhante ao mal. Inevitavelmente, a contraposição destas duas forças resultará violência recíproca, assim como aquela que já vinha sendo usada pelo colonizador.

Assim, Fanon acredita que como a violência já está sendo empregada, o desejo de aniquilação do colonizador é, ou deve ser, uma reação natural do colono, pois ela

proporciona a unidade entre os nativos na luta contra a história da metrópole em favor da construção da história de sua nação (FANON, 1990).

2.1.1.2 Hannah Arendt

Hannah Arendt (1906 – 1975), uma teórica política judia-alemã, sempre lembrada como filósofa, embora recusasse tal título, se dizia política já que seu trabalho é centrado na humanidade, e não no homem como indivíduo..

Ela estudou na universidade de Marburg e mais tarde, mudou-se para Heidelberg, onde escreveu sua dissertação sobre o conceito de amor segundo Santo Agostinho sob a perspectiva filosófica e psicológica de Karl Jaspers. O trabalho foi publicado em 1937, mas ela foi impedida de lecionar nas universidades alemãs por ser judia. Arendt foi para Paris e trabalhou no auxílio de refugiados judeus, mas com a ocupação do norte da França pela Alemanha, ela foi obrigada a fugir.

Em 1941, foi para os Estados Unidos onde trabalhou como assistente de um diplomata Americano e tornou-se ativa na comunidade judia-alemã de Nova Iorque. Neste período ela dirigiu uma pesquisa para a Comissão de Reconstrução Cultural de Judeus Europeus. Em 1950 Arendt se tornou cidadã naturalizada americana e deu aulas em diversas universidades bem conceituadas dos Estados Unidos.

Ela morreu em 1975 e foi enterrada no campus do Bard College, em Nova Iorque.

Ao contrário de Fanon, suas reflexões acerca da resistência têm um denominador comum: a não violência. Arendt acredita que ao final de uma disputa entre super poderes não há vencedores.

Ela admite que a política e, conseqüentemente, a história tem sido permeada pela violência: “Ninguém que esteja ligado à história e política pode permanecer leviano acerca do grande papel que a violência tem nas questões humanas” [No one concerned with history and politics can remain unaware of the enormous role violence has always played in human affairs (ARENDR, 1969)]. Para Arendt, isso demonstra o quanto estamos habituados à violência e o quanto ela tem sido ignorada, dada sua presença óbvia tão intimamente ligada ao poder. A violência, segundo ela, está hoje intrínseca ao poder, pois este é um tipo de violência. Contudo, a visão de governo que Arendt defende é aquela em que há poder, pois ele é da sua essência, mas sem violência, porque esta não o é.

O poder não necessita de justificativa, só de legitimidade e, em alguns casos, de legalidade, pois ele é parte das comunidades políticas. Ele surge naturalmente a partir da reunião de pessoas e deriva da legitimidade dada por determinada sociedade. Por outro lado, a violência carece de justificativa, mas perde sua razão de ser quando seu objetivo vai ficando cada vez mais distante.

Assim, o poder e a violência, embora sejam fenômenos distintos, usualmente aparecem juntos e a violência, ao contrário do poder, não precisa de legitimidade, mas de implementos. Uma violência bem implementada apresenta artefatos que podem destruir o poder ou subjugar outra nação imediatamente, o que não advém do poder em si. Quando não há poder, ou ele é perdido, ele é passível de ser substituído pela violência.

Um dos ícones da defesa da não-violência foi Mohandas Karamchand Gandhi, mais conhecido popularmente por Mahatma Gandhi. Ele foi um dos idealizadores e fundadores do moderno estado indiano e um influente defensor do Satyagraha (princípio da não-agressão, forma não-violenta de protesto) como um meio de revolução e resistência.

Tal princípio também inspirou gerações de ativistas democráticos e anti-racistas, incluindo Martin Luther King e Nelson Mandela. Frequentemente Gandhi afirmava a simplicidade de seus valores, derivados da crença tradicional hindu: verdade (*satya*) e não-violência (*ahimsa*).

Gandhi passou a exercer o papel de conscientizador da sociedade hindu e muçulmana na luta pacífica pela independência indiana, baseada no uso da não violência. O uso da não violência baseava-se no uso da desobediência civil. Desta forma, esta foi a estratégia de resistência empregada contra a hegemonia britânica sobre a Índia.

O primeiro desafio de Gandhi contra o governo britânico na Índia estava em resposta contra os poderes arbitrários do "Rowlatt Act" em 1919. A Índia tinha cooperado com a Inglaterra durante a guerra, no entanto estavam sendo reduzidas as liberdades civis. Em 1920 Gandhi iniciou uma campanha de âmbito nacional de não cooperação com o governo britânico que para o camponês significou o não pagamento de impostos e nenhuma compra de bebida alcoólica, desde que o governo ganhou toda a renda de sua venda.

Seu programa de resistência não violenta tinha cinco pontos (igualdade, nenhum uso de álcool ou droga, unidade hindu-muçulmana, amizade e igualdade para as mulheres) e tinha como premissa maior a não-violência.

Finalmente, em 1928, ele anunciou uma campanha de *Satyagraha* em Bardoli contra o aumento de 22% em impostos britânicos. As pessoas se recusaram a pagar os impostos, sendo repreendidas pelo governo britânico. No entanto os indianos continuavam não violentos. Finalmente, após vários meses, os britânicos cancelaram os aumentos, libertaram os prisioneiros, e devolveram as terras e propriedades confiscadas; e os camponeses voltaram a pagar seus tributos.

Ainda nesse ano, o congresso indiano quis a autonomia da Índia e considerou guerra aos ingleses para conseguir esse fim. Gandhi recusou a apoiar uma atitude como esta, porém declarou que se a Índia não se tornasse um Estado independente ao final de 1929, então ele exigiria sua independência. Este é um exemplo do que Arendt comenta sobre a colocação da violência em lugar do poder: “cada diminuição do poder é um convite aberto para a violência” [every decrease of power is an open invitation to violence (ARENDR, 1969)].

O conceito de 'não-violência' (*ahimsa*) permaneceu por muito tempo no pensamento religioso da Índia e pode ser encontrado em diversas passagens do textos hindus, budistas e jainistas. Gandhi nunca recebeu o prêmio Nobel da Paz, apesar de ter sido indicado cinco vezes entre 1937 e 1948. Décadas depois, no entanto, o erro foi reconhecido pelo comitê organizador do Nobel. Deste modo, a aparente ‘inação’ de Gandhi foi suficientemente forte para aplacar as investidas britânicas contra a Índia. Na verdade, pode-se dizer que a ‘violência inerte’ que pregava era, também, uma forma de resistência tão expressiva quanto a violência.

2.1.2 Resistência discursiva

Contrário ao discurso empregado pelo branco para outremizar o negro colonizado surgiu a resistência por parte do último para se defender dos moldes europeus a ele impostos.

Embora Spivak (1995) acredite que o sujeito não pode falar, já que não tem espaço para se expressar, Bhabha (1998) afirma que há táticas usadas pelo colonizado que podem ser vistas como sua voz.

Segundo ele, tal resistência consiste no discurso empregado pelo colonizado. A mímica ou a imitação, a paródia, além da cortesia dissimulada, fazem ruir a sistemática monolítica do colonizador, pois a língua é, afinal, uma atitude e isso quebra a primazia do invasor.

2.1.2.1 Mímica e Paródia

A mímica é a tentativa, por parte do colonizado, de imitar o colonizador. Como é difícil para o colonizado fugir da vitimização, ela está implícita na condição pós-colonial. A mímica aparece, inicialmente, com a função de se assemelhar ao outro, àquele que se acredita ser o padrão correto. Pode-se dizer, então, que a mímica é produto do apregoamento da idéia binária do adequado (europeu) e do inadequado (negro, colonizado). Tal resultado verifica-se na forma de resistência à opressão, já que, parecendo o outro, não se pode mais ser subjugado.

Deste modo, esta forma de resistência foi uma das ferramentas mais brutais na experiência da colonização, pois aviltou a essência do colono. Isto é flagrante, pois o colonizador, para manter a autoridade, colocou-se no extremo oposto ao do colonizado, construindo um eu e um outro totalmente antagônicos. O colonizador figurava como a perfeita antítese do colonizado e, assim, a imitação vinha carregada de uma cultura completamente alheia que contaminava cada vez mais a tradição do colonizado. “A outremização só pode, então, ser produzida por meio de um processo contínuo que Bhabha chama de ‘repetição e deslocamento’ e isso instiga uma ambivalência exatamente no local da autoridade e controle imperial” [Otherness can thus only be produced by a continual process of what Bhabha calls ‘repetition and displacement’ and this instigates an ambivalence at the very site of imperial authority and control (ASHCROFT et al., 1989, p. 103)].

V.S. Naipul, em seu romance, *The Mimic Man*, também fala sobre a aceitação da cultura imperial por parte do colono. Ele pode incorporar seus valores, expectativas e comportamento, enfim, todo o rizoma imperial, ou seja, a ‘contaminação’ não ocorre apenas de cima para baixo, no movimento da metrópole para a colônia, mas também horizontalmente, como, por exemplo, na ‘colonização psicológica e subconsciente’ e “isso vai produzir sujeitos coloniais ‘mais ingleses que os ingleses’” [this will produce colonial subjects who are ‘more English than the English’ (ASHCROFT, 2002, p. 142)] aos quais Naipaul chamou de *mimic man*, que dá título a sua obra.

Por outro lado, como o próprio nome sugere, a mímica e a paródia podem ser sarcásticas e tornar ridículos os padrões colonizadores. Elas também são consideradas como defesa, já que um abismo é criado: o colonizador se vê a partir de uma perspectiva diferente. Ele vê que sua ‘criação / criatura’ – o outro – não é o mesmo que encontrou e nem o mesmo que ‘adestrou’ e que, conseqüentemente, o negro não está completamente colonizado e pode se tornar uma ameaça, já que percebe os pontos fracos do invasor. Nas palavras de ASHCROFT et al. (1989, p. 88), “a distinção se dá entre a experiência autêntica do mundo real e da experiência não autêntica da periferia desconsiderada” [the distinction is between the authentic experience of the ‘real’ world and the inauthentic experience of the unvalidated periphery].

Essa oposição é vista nos mais diferentes aspectos:

ordem e desordem, autenticidade e falsidade, realidade e irrealidade, poder e impotência, até entre o ser e o nada. É claro que a dominação do centro e sua aprovação devem ser abolidas antes que a experiência da ‘periferia’ possa ser totalmente validada.

[Order and disorder, authenticity and inauthenticity, reality and unreality, power and impotence, even being and nothingness. Clearly, the dominance of the centre and its imprimatur on experience must be abrogated before the experience of the ‘periphery’ can be fully validated (ASHCROFT et al., 1989, p. 88)].

Obviamente, tratando-se de uma resistência discursiva, a mímica e a paródia não constituem somente da imitação da fala ou de costumes, mas também de modelos europeus de cultura, especialmente a escrita e a literatura. No subtítulo ‘reescrita e releitura’ mais adiante, a discutimos sob um novo olhar lançado sobre as obras do colonizador.

A definição dada por Bhabha à mímica remete à *apropriação e marginalização* do outro e a um sinal de desobediência à disciplina, ou seja, de resistência, porque as palavras do amo tornam-se fonte de hibridismo e podem demonstrar a realidade nele contida, até então mantida obscura. A mímica é, assim, a denúncia do inapropriado que compõe uma ameaça imanente às normas e disciplina do poder imposto. Ela não é uma técnica de se harmonizar com o ambiente, mas de se *camuflar*. O desejo de imitar tem, assim, não um só objetivo, mas muitos, que Bhabha chama de ‘metonímia da presença’ (BHABHA, 1998).

Sua ameaça (...) vem da produção prodigiosa e estratégica dos 'efeitos da identidade' conflituosos, fantásticos, discriminatórios no lugar de um poder que é ardiso porque não tem essência, não tem ser.

[Its threat (...) comes from the prodigious and strategic production of conflictual, fantastic, discriminatory 'identity effects' in the play of a power that is elusive because it hides no essence, no 'itself' (BHABHA, 1998, p. 198)].

Sob a camuflagem, a mímica reavalia radicalmente as premissas de superioridade de raça, literatura e história, negando sua autoridade. Há, então, uma inversão no processo da colonização: o observador passa a ser o observado e a presença do colonizador se torna inacabada e a noção da essência da sua identidade é rearticulada. Do encontro entre a presença branca e sua 'semelhança' negra, emerge a questão da ambivalência problemática para a subjetificação colonial.

Desta forma, o efeito da mímica é perturbador sobre o colonizador, pois produz uma nova percepção daquela cultura. Daí, sua justificativa pseudo-científica para a colonização, suas autoridades ilegítimas acabam por ser vistas como um esforço desesperado para legalizar a violência.

É da área entre a mímica e o escárnio, onde a missão reformadora, civilizadora é ameaçada pelo deslocamento do olhar de sua disciplina ambígua (...). O que eles partilham é o processo discursivo pelo qual o excesso ou deslizamentos produzidos pela *ambivalência* da mímica (*quase o mesmo, mas não exatamente*) não apenas 'rompe' o discurso, mas se transforma numa incerteza que coloca o sujeito colonial com uma presença 'parcial'. Por 'parcial' eu quero dizer 'incompleta' e 'virtual'.

[It is from this area between mimicry and mockery, where the reforming, civilizing mission is threatened by the displacing gaze of its disciplinary double (...). What they all share is a discursive process by which the excess or slippage produced by the *ambivalence* of mimicry (*almost the same, but not quite*¹) does not merely 'rupture' the discourse, but becomes transformed into an uncertainty which fixes the colonial subject as a 'partial' presence. By 'partial' I mean both 'incomplete' and 'virtual' (BHABHA, 1998, p. 98)].

A falta de autenticidade na mímica e na paródia que produz tal ambivalência é flagrante pois elas podem, no máximo, *repetir* a 'verdade' ou a *representar* de forma anômala, mas nunca torna-se autêntica. Por conseguinte, o processo da imitação, como

¹ Bhabha parafraseia esta expressão com *Almost the same, but not White* [Quase o mesmo, mas não Branco], para se remeter à imitação do branco colonizador por parte do negro colonizado.

dito anteriormente, acaba por ridicularizar o discurso colonial quando ocupa suas brechas e deslizos, demonstrando fragilidade. As fendas descobertas e exploradas pelo colonizado funcionam como alavancas para rachar o discurso imperial, agora exposto com seus temores e vulnerabilidade quanto ao seu poder.

2.1.2.2 Cortesia Dissimulada

Além da mímica e da paródia, Bhabha (1998) também cita a *sly civility* ou ‘cortesia dissimulada’ como forma de resistência. Em seu livro *The Location of Culture*, o autor desenvolve tal conceito. Ele toma esta expressão de um sermão de um determinado arqui-diácono chamado Potts, que fala da frustração do desejo do colonizador de confrontar a população que resiste em adotar seus hábitos e Potts responde que se lhes forem apontados seus costumes ‘grosseiros’ e ‘inválidos’ eles adotarão a ‘sly civility’, ou seja, uma sujeição falsa e interesseira à imposição do colonizador. A cortesia dissimulada é, portanto, uma postura retórica que parece se submeter à influência hegemônica para, na verdade, eliminá-la sutilmente.

Assim, o colonizado nunca contradiz o colonizador, compondo-se de uma estratégia ‘indireta’. O colonizador espera a acolhida do colonizado por crer no discurso polarizado do bem vs. mal e que, portanto, está levando a ele a verdadeira cultura. Mas, ao contrário, o nativo muitas vezes não é gentil, zomba dos seus costumes e maldiz suas imposições, mas não o faz se há algum interesse.

Entre a significação pregada pela nação européia e aquela dada pela colônia, surge uma diferença que embaraça o absolutismo do bom governo estrangeiro. Isso abre um espaço para outras interpretações e apropriações que, como na mímica e na paródia, pois também são formas de resistência, produzem uma ambivalência que remonta às origens da autoridade.

A recusa do nativo para unificar o local colonialista, autoritário dentro dos termos do compromisso civil dá autoridade ao sujeito da colônia – pai e opressor (...). Este ambivalente ‘e’, sempre menos que o ‘e’ ambíguo, delinea os tempos e espaços entre o local civil e a articulação colonial.

[The native refusal to unify the authoritarian, colonialist address within the terms of civil engagement gives the subject of colonial authority - father *and* oppressor (...). This ambivalent ‘and’, always less than one *and* double, traces the times and

spaces between civil address and colonial articulation (BHABHA, 1998, p. 98)].

O que é articulado na cortesia dissimulada na ambigüidade do discurso colonial não é simplesmente a violência de uma nação poderosa escrevendo a história de outra, mas o modo de contradição do discurso que reposiciona, por meio das relações de poder, o colonizador e o colonizado. Como consequência, uma incerteza da compatibilidade entre as nações é revelada e o discurso de civilidade é posto à prova, já que a colônia clama por liberdade e a metrópole por ‘ética’, pois para o colonizador, o espaço do outro é sempre ocupado por conceitos como o caos, a violência e barbáries (BHABHA, 1998).

A dominação faz com que o nativo se submeta ao invasor, mas não é capaz de produzir efeitos de amor, confiança e verdade que balizariam suas relações. E, se tais efeitos nunca aparecem, em virtude da resistência por parte de um e da opressão por parte de outro, uma crise de autoridade emerge no senso comum dos colonizados.

A prática da capoeira foi, no Brasil, uma espécie de cortesia dissimulada: aquilo que parecia uma dança e diversão era, na verdade, um treinamento para a luta, para a defesa. A devoção aos santos católicos por parte dos negros também aparece como cortesia dissimulada. Enquanto os colonizadores e colonizados cultuavam Nossa Senhora, por exemplo, os últimos, em secreto, rendiam graças e preces a Iemanjá e tal ‘substituição’ pode ser notada em muitos outros casos.

Desta forma, ao usar esta ferramenta não só como forma de resistência à opressão em si, mas também como reflexão, o colonizado fica ciente de sua condição perante o colonizador, e se opõe a ele ideologicamente, e sua ‘voz’ é expressa.

2.1.2.3 Reescrita e Releitura

Encontra-se, também, entre as formas de resistência, a re-leitura e a re-escrita das obras dos colonizadores que são, aliás, instrumentos usados pela teoria pós-colonial como estratégias do colonizado. A re-leitura se dá com a re-interpretação das obras literárias canônicas européias, analisando os silêncios e as lacunas da narrativa. Já a re-escrita das obras canônicas problematiza os pressupostos filosóficos sobre os quais a (des)ordem colonial estava baseada. A re-escrita também se vale da subversão da linguagem e da colocação da oralidade na escrita.

Nas palavras de Bonnici (2000, p. 258): “o autor da literatura pós-colonial deve dedicar-se à produção de estereótipos negativos do colonizador e de imagens autênticas do colonizado. Desse modo, criará um mecanismo que foi produzido inversa mas eficazmente na era colonial”. A obra *Jane Eyre* de Charlotte Brontë de 1847, por exemplo, foi ‘re-escrita’ com a perspectiva pós-colonial preenchendo os espaços vazios da História por Jean Rhys em 1966 e recebeu o título de *Wide Sargasso Sea*. Outro caso é *Indigo*, de 1992, que aparece como re-escrita de *The Tempest*, de Shakespeare, de 1611, em que Próspero não aparece para tornar evidente a manipulação das personagens. Mas talvez o mais representativo seja o romance *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe, de 1719, que foi re-elaborado em 1986 pelo ganhador do prêmio Nobel de Literatura, J. M. Coetzee, com sua obra *Foe*, que trata de uma narrativa manipulada por uma mulher (algo inovador, que tenta chamar atenção também para o preconceito de gênero). No livro, o autor mostra o naufrago Robinson sem motivação e letárgico, o que lhe serve para solapar a posição monolítica do colonizador que se mostra fraco e defeituoso. Friday, por sua vez, modificado de um caribenho atraente para um africano, teve sua língua cortada como uma metonímia da não-expressão do negro, mas ainda dançava e desenhava, ou seja, tinha outras maneiras de ‘falar’. Ainda, seu silêncio pode ser interpretado como um ‘virar de costas’ para o europeu que não pode penetrar em sua história. O próprio título é ambivalente, pois articula uma paródia do nome do autor – Defoe – e significa ‘inimigo’ em inglês, que era também o nome utilizado pelos colonizadores britânicos para denominar os colonizados.

Em geral, os textos analisam os cânones tradicionais de classe, gênero e raça nos processo de exclusão e aceitação cultural. Escritos a partir de uma ‘posição marginal’, eles questionam a marginalidade em si numa tentativa de quebrar o silêncio das vozes pós-coloniais. As obras são colocadas em enfrentamento com a literatura tradicional do colonizador e examinam as condições históricas e discursivas sob as quais os autores negros devem operar.

Todos estes meios – violência expressa ou não, na forma de mímica, paródia e cortesia dissimulada – têm efeitos contrários à autoridade do colonizador. Eles consistem em tentativas de permanecer intocado ou de voltar ao *status quo ante*. Entretanto, o sujeito pós-colonial já se tornou diferente do que era o nativo, pois ambas as partes foram influenciadas. Quando novas práticas de língua e cultura foram introduzidas, ambas as partes foram contaminadas com algo ‘externo’.

(...) não há oposição binária clara entre o colonizador e o colonizado, ambos estão imersos numa complexa reciprocidade e os sujeitos coloniais podem negociar as rupturas dos discursos dominantes de várias formas.

[(...) there is no neat binary opposition between the colonizer and the colonized, both are caught up in a complex reciprocity and colonial subjects can negotiate the cracks of dominant discourses in a variety of ways (LOOMBA, 1998, p.10)].

É por esta razão que Spivak (1995) defende a ideia de que o subalterno não pode falar. Mesmo quando o faz, usa a língua do colonizador através da qual se torna difícil ouvir sua verdadeira voz. De fato, nem o discurso coletivo ou individual pode expressar crenças e tradições intactas de determinadas sociedades. Ao contrário, como debatido anteriormente, Bhabha (1998) acredita em formas de resistência, já que pelo menos parte da perspectiva do oprimido pode ser reconhecida.

Os discursos e formas de resistência podem variar. Os níveis das rebeliões também. Mas estas não são razões para não considerar as, às vezes escassas, manifestações dos colonizados, mesmo com diferentes padrões dadas as diversas relações de poder, pois todas têm algo em comum: sua História.

Assim, a resistência é ferramenta importante nas mãos do colonizado. Ela o leva da cegueira à luz que o conduz para a prevenção de sua objetificação e de sua terra. Se o colonizado tem a percepção de que ele e sua comunidade tornaram-se 'parte' da metrópole, não compondo mais sua História, mas a do Outro, ele é capaz de questionar e se contrapor. Desta forma, o colonizador e o colonizado são colocados frente a frente, procurando forças equivalentes.

Por meio da resistência, tanto a violenta como a discursiva, o colonizado re-adquire sua subjetividade. Os aspectos externos que impedem ou diminuem seu exercício são discutidos e então discernidos. O colonialismo é um dos fatores mais eficientes na tarefa da objetificação do indivíduo e, ao perceber isso, o sujeito colonial resiste e luta para superar este empecilho em busca de sua autonomia.

2.2 Subjetividade

Aristóteles, no século IV a.C., descreve a pessoa como unidade independente, sem ser sujeita a algo, mas apenas ao destino (moira). Tal conceito fica claro na tragédia *Édipo Rei*, em que o personagem principal, Édipo, foge para escapar do seu destino

mas, ao contrário, vai ao encontro dele. Mais tarde, no século XVII, René Descartes sobrepõe a razão à religião ou ao destino e, com a máxima *cogito, ergo sum*, coloca o sujeito como ponto a partir do qual as ações podem ser construídas.

No sistema econômico, com Karl Marx, e no psicológico, com Freud, o sujeito também foi estudado. De acordo com o primeiro, ele é condicionado a problemas econômicos e sociais, ou seja, à sua classe. Já segundo Freud, o sujeito é submetido ao *id*, seu subconsciente. Continuando os estudos de Marx, Louis Althusser e Antonio Gramsci, entre outros, discutiram sobre como a ideologia condiciona ou diminui a autonomia do sujeito. Aquele dominado por uma determinada ideologia – sistema de pensamento em que a classe dominante constrói para a classe dominada assim permanecer permanentemente – crê no que lhe é pregado e dissipa qualquer outra visão, sendo conivente com o que lhe é apresentado, tornando, assim, o sistema completo e perfeito (para o dominador), em nosso caso, para o colonizador.

Lacan (1901 – 1981), continuando os trabalhos de Freud, pesquisou como o sujeito pode se tornar mais autônomo ou mais limitado. Ele propõe que sua gênese se dá em três fases – semiótica (ser = objeto), do espelho (imitação) e a simbólica (submissão à lei do pai, da linguagem previamente construída).

Quase que concomitantemente, M. Foucault (1926 – 1984) estudou o discurso como sistema de conhecimento. Ele afirma que como se deu a produção do sujeito por meio de um discurso construído é que se torna relevante, já que ele está inserido em um contexto, em uma ideologia.

J. Derrida (1930 – 2004), partindo das conclusões de Foucault, afirma que, se um discurso pode ser construído para a elaboração de um sujeito, ele pode também ser desconstruído. Ele mostra que as bases que sustentam determinados pensamentos são metafísicas e que podem, mesmo constituindo-se como premissas, ser desconstruídas, pois também apresentam-se como produtos, sendo parte de oposições binárias (homem x mulher, colonizador x colonizado etc.).

Esta ‘desconstrução’ de que fala Derrida é o nome dado à operação crítica através da qual tais oposições podem ser enfraquecidas. O filósofo demonstra isso quando ‘conceitos-base’ são trabalhados de forma que eles mesmos se confundam (periferia e núcleo ou metrópole e colônia, por exemplo), havendo uma contínua difusão e mistura de significados, à qual Derrida chama de ‘disseminação’.

Assim, seus estudos lançam dúvidas sobre conceitos como ‘verdade’, ‘realidade’ etc., vistos agora como produções da linguagem. Derrida conclui que se o

significado é um produto do discurso, ele é, então, mutável, e o próprio discurso em si é questionado. Deste modo, o significado pode não ser definido e a linguagem torna-se algo que ‘fazemos’ ligado intimamente à nossa vida diária. Tudo está envolvido na ‘construção’ da linguagem e nas definições e a ‘desconstrução’ proposta por Derrida é um jogo de poder (no caso deste estudo, entre colonizador e colonizado), cujo vencedor é aquele que consegue se livrar dos conceitos pré-estabelecidos ou dos grandes temas. Para ele, a desconstrução é, portanto, um ato político que consiste em desmontar o sistema lógico de pensamento que esconde estruturas políticas e sociais.

É importante citar também os trabalhos de J. P. Sartre, principalmente a sua obra *O ser e o não-ser* a respeito do Existencialismo e a possível imanência (resignação) ou transcendência (mudança) do sujeito.

Quanto ao sujeito colonial, Fanon propõe um esquema de evolução de fases ambos durante e até depois da experiência da colonização. Ele parte da premissa da fragilidade cultural progressiva do grupo subjugado e da necessária ocupação do colonizador.

A posição de Fanon acerca da cultura está baseada no seu reconhecimento essencialmente materialista do motivo de exploração econômica do colonialismo como fator determinante de *todos* os aspectos da vida do colonizado.

[Fanon's position on culture is predicated on his essentially materialist recognition of the exploitative economic motive of colonialism as the decisive determinant of *all* aspects of the life of the colonized (ASHCROFT, 1999 p. 158, grifo nosso)].

Desta forma, ele dividiu didaticamente a evolução do sujeito colonial e da liberação nacional em três fases: a assimiladora, a nacionalista cultural e a nacionalista.

Na fase assimiladora, como o próprio nome sugere, o nativo prova que assimilou a cultura do poder opressor. Neste período, as práticas dos colonizados se assemelham às da tradição do país colonizador.

Na fase seguinte, a nacionalista cultural, o nativo se recorda de sua identidade autêntica e tenta não se assemelhar ao colonizador, mas devido à sua própria alienação cultural, sua reafirmação é barrada pelo passado romanceado com convenções emprestadas do mundo do colonizador.

Mas

Fanon foi suficientemente realista em admitir a legitimidade e a necessidade histórica desta fase na consciência do nativo. Mas ele igualmente alertou que ela deve apenas constituir uma fase de transição, por adotar uma reafirmação cultural continental e um romanticismo nostálgico já que uma estância permanente iria contribuir para uma falsa consciência totalmente disfuncional na tarefa da libertação nacional.

[Fanon was sufficiently realistic to admit the legitimacy and historical necessity of this phase in the consciousness of the native. But he equally cautioned that it must constitute only a transient phase, for to adopt continental cultural reaffirmation and nostalgic romanticism as a permanent stance would amount to a false consciousness totally dysfunctional in the task of national liberation (ASHCROFT, 1999, p. 159)].

A última fase é a revolucionária e nacionalista quando há a exposição dos nativos à realidade da opressão colonialista, o que contribui para a democratização da expressão colonial.

Este recurso para a ressurreição do passado é apenas um mecanismo de defesa dos nativos para se livrar da cultura européia. Fanon estava, contudo, consciente das limitações desta retrospectiva, dadas as condições materiais e sociais já alteradas na vida do colonizado.

Desta forma, vemos que, para Fanon, a ação cultural não pode ser dissociada da luta pela libertação do sujeito. Tal ação implica reflexão e reação ao que é imposto. A inação do sujeito compromete sua liberdade e até, mais que isso, sua agência.

Assim, em seu estudo sobre o sujeito, Fanon se remete a Descartes, com o denominador comum de que a ação, o pensamento – reflexão sobre sua condição – é o que constrói o sujeito.

2.3 Identidade

A resistência é o primeiro passo para a eliminação dos óbices no exercício da agência e autonomia do indivíduo. Ela caminha em busca da subjetividade que tem a identidade como fim. A identidade é o posicionamento distintivo e existencial do sujeito no que tange suas convicções. Neste estudo abordaremos sob os aspectos referentes à raça, classe e gênero.

Quanto ao processo de colonização, ele foi sentido de inúmeras formas pelos sujeitos colonizados e, conseqüentemente, isso produziu identidades diferentes entre

eles. Alguns nunca tiveram contato direto com europeus e as ordens vinham de um dos seus pares. Em outros lugares, a presença estrangeira era constante, mas não havia interseção das diferentes esferas da sociedade e, em outros, a colonização penetrou profundamente. Temos, então, a ‘duplicação’ do sujeito, ou melhor, sua ‘especialização’. “Isto nos adverte contra a interpretação da diferença cultural em termos absolutos e reducionistas” [(...) It warns us against interpreting cultural difference in absolute or reductive terms (LOOMBA, 1998 p. 178)].

Então, o estudo da identidade do colonizado não pode tomar somente a despersonalização colonial, mas a assunção de uma nova e diferente identidade (assim como, em menor escala, é claro, ocorreu com os colonizadores). Caso contrário, a idéia iluminista do homem como sujeito a influências e modificações fica alienada. É evidente que não se pode negar que a própria natureza humana dos negros torna-se questionável sob a questão colonial, já que as características atribuídas a ele pelo branco são zoomorfizadas: canibalismo, deficiência cultural, intelectual e racial, entre outras. Amarrada a tais estereótipos de primitivismo, degeneração e deslocamento, é difícil que a presença negra contenha a imagem de identidade, inclusive para os próprios negros. “Os olhos do homem branco destroçam o corpo do homem negro e nesse ato de violência epistemológica seu próprio quadro de referência é transgredido, seu campo de visão perturbado” (BHABHA, 1998 p. 73) e assim, os negros também se perdem de sua própria presença, olhando para si com olhos brancos.

Assim, a identidade é o espaço onde se dão os fatos reais. Tal significado da realidade nunca pode ser totalmente apreendido, mas o sujeito fechado para outras sociedades sofre o ‘analfabetismo da imaginação’ pelo qual não se vê o outro, pois se considera absoluto e monolítico. É assim que age o dominador: tentando sempre definir e qualificar o dominado, sem perceber sua própria fragmentação por também estar sujeitado a algo. Da mesma forma, ao imitar o colonizador, o colonizado fecha as portas de sua própria cultura (SOUZA, 1997).

A questão não se sobrepõe somente em alguns aspectos – político, social – mas o fato é que o sujeito colonial recebe sua definição / delimitação a partir de fora. Os negros, dada a violência psíquica a que são submetidos, acabam por se avaliar segundo critérios dados por brancos, o que reforça o eurocentrismo, o desejo de *identificação* com o branco e, acima de tudo, o maniqueísmo do branco vs. negro que metaforiza, respectivamente, o bem vs. mal.

A construção da autoridade social e do processo de identificação se dá sobre três condições: “existir é ser chamado à existência em relação a uma alteridade, seu olhar ou lócus”; “o próprio lugar da identificação, retido na tensão da demanda e do desejo, é um espaço de cisão” e “a identificação é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem” (BHABHA, 1998, p. 76).

Bhabha (1998) recusa a polaridade colonizador-colonizado e reconhece que a alteridade é “a sombra amarrada” do sujeito, porque ambos se construíram. Esse hiato entre o sujeito e o objeto, o território da incerteza, é aproveitado pelo autor pós-colonial para reconstruir seus personagens pós-coloniais. O hibridismo pós-colonial, com sua subversão da autoridade e a implosão do centro imperial, constrói o novo sujeito pós-colonial. Wilson Harris (1973) fala do sujeito colonizado como alguém que tem muitas facetas, o eu e o Outro. A procura desse eu composto é a nova identidade pós-colonial. A violência (o desmembramento do sujeito) é seguida pela fragmentação e pela reconstrução do vazio a partir do qual as culturas são liberadas da dialética destrutiva da história (BONNICI, 2000, p. 258).

Desta forma, a diferença não se dá porque um é o colonizador e o colonizado, mas sobre a perturbadora distância entre os dois, espaço em que surgem indagações não só sobre a imagem, mas sobre o lugar discursivo onde se coloca a identidade. Mas estes limites psíquicos, culturais e territoriais não apresentam uma linha divisória clara entre línguas, povos etc.

A demanda da autoridade não consegue unificar sua mensagem nem simplesmente identificar seus sujeitos. Isto porque a estratégia do desejo colonial é representar o drama da identidade no ponto em que o negro *desliza*, revelando a pele branca (BHABHA, 1998, p. 100).

Na literatura, a expressão de autores negros, vistos como libertadores de suas ‘identidades rendidas’, ajuda a entender a identidade do negro no que tange seus *aspectos negativos* (invisibilidade, falta de nome e rosto), interpretados aqui como uma exigência para ser ouvido, visto, reconhecido e encarado como indivíduo e não como homens marcados por sua cor e estereótipo.

Tal identidade negativa é uma ferramenta no esclarecimento de complicações relacionadas à compreensão da identidade do negro, como a hierarquia de elementos culturalmente positivos e negativos em cada identidade psicossocial do indivíduo e a

fusão das imagens negativas apresentadas pela maioria dentro da identidade negativa do oprimido e explorado.

Os elementos positivos e negativos da personalidade do negro e da comunidade não são completamente conhecidos e surge a questão de se a identidade negativa do negro pode ser definida somente em termos de sua adaptação defensiva à maioria branca dominante.

Ao contrário, percebe-se que é a partir de aspectos mais amplos da identidade disponíveis na cultura que o negro encontrará sua própria identidade. Esses conceitos genéricos sobre a identidade serão analisados conforme os três fatores que seguem – raça, classe e gênero. A análise de *Crossing the River* também levará em consideração estes aspectos para a discussão da identidade e subjetividade do negro advindas de sua resistência.

2.3.1 Raça

A questão sobre a natureza igualitária de todos os seres humanos tem sido comumente levantada e ela não é somente resultado do colonialismo, mas remonta aos períodos gregos e romanos, sendo retomado na Europa medieval e confirmado pelo Cristianismo.

Do latim *ratio*, ‘raça’ é a classificação dos seres humanos em grupos distintos física, biológica e geneticamente. Quando se fala em raça como uma ‘classificação’, podem-se delinear algumas críticas quanto às implicações que tal termo impõe. Primeiramente, uma classificação pressupõe a hierarquização de grupos, o que nos leva a crer na existência de subespécies. Além disso, tais grupos apresentariam características imutáveis e a conseqüente criação de estereótipos com traços genéticos e biológicos transmitidos pelo sangue. Ainda, pode-se dizer que com tal delimitação, advém a crença em raças puras em oposição às mistas e, pior que isso, a presunção de que há um comportamento atrelado à raça como uma conseqüência de traços genéticos.

De todas estas implicações, principalmente da hierarquia descendente do termo ‘raça’, é que surge o ‘racismo’. Ademais, há também o uso indiscriminado destas conclusões tomadas como verdade por parte do colonialismo. Embora a raça e o racismo não tenham sido questões levantadas primordialmente pelo Imperialismo, elas servem a ele como seu principal pilar. Ocorre que a divisão da sociedade era ferramenta essencial para tais poderes estabelecerem domínio sobre os grupos considerados

inferiores. Deste modo, a distinção entre ‘civilizados’ e ‘primitivos’ foi um conceito prontamente adotado pelos europeus.

O colonialismo foi o meio através do qual o capitalismo atingiu sua expansão global. O racismo simplesmente facilitou este processo, e foi o condutor através do qual o trabalho dos colonizados foi apropriado. (...) Ideologias racistas identificaram diferentes seções de pessoas intrinsecamente ou biologicamente adequadas para determinadas tarefas.

[Colonialism was the means through which capitalism achieved its global expansion. Racism simply facilitated this process, and was the conduit through which the labor of colonized people was appropriated. (...) Racist ideologies identified different sections of people intrinsically or biologically suited for particular tasks (Loomba, 1998, p. 125)].

Para tal distinção, a cor tornou-se o meio mais usado na *identificação* das pessoas e de seu comportamento previsto segundo a classificação de seus grupos. Desta forma, Cuvier postulou a existência de três raças: branca, amarela e negra. Embora ela não pudesse abarcar todas as pessoas e fosse bastante vaga, a divisão foi amplamente aceita e até hoje o é. Atualmente, categorias mais elaboradas – caucasóide, mongolóide e negróide – foram estabelecidas, mas a ideologia de que uma é inferior à outra permanece.

Baseados no livro *A Origem das Espécies* de 1859, de Charles Darwin, seus discípulos e intérpretes afirmaram que, com a intervenção humana para a alteração das espécies, poder-se-ia chegar a uma raça pura. O Darwinismo Social expressa este pensamento de oferecer o ‘desenvolvimento’ racial, ou seja, a eugenia, o que contribuía com o pensamento de raças hierarquizadas e, conseqüentemente, com o imperialismo da Europa, que, a este tempo, necessitando de trabalhadores para suas indústrias, justificava a escravidão ou a mão-de-obra barata com base neste preceito.

O fato mais relevante a respeito da discussão sobre o conceito de raça deu-se já no século XX com os estudos de Fanon. Ele pôs em destaque a força psicológica advinda da construção de grupos, já que fazia conexões diretas entre a aparência (cor) e o comportamento. Tal crença tem sido transmitida de geração para geração por meio do poder do discurso.

Os movimentos da Negritude, do Rastafarianismo, entre outros, e estudos acadêmicos de Fanon, Gilroy, Dubois e outros insistem sobre a subjetividade do negro e denunciam o ‘esquema dérmico’. Por outro lado, a assimilação da ideologia branca por

parte do negro criou uma dicotomia psicológica que deve ser superada para atingir a subjetividade.

Things Fall Apart, de Chinua Achebe, traz uma narrativa que apresenta estas crenças postas em prática de maneira muito clara. Conta a história de Okonkwo e sua família, e por meio dela aprendemos sobre sua cultura e origem, com uma flagrante diferença da européia. Vemos, por exemplo, o fato de os títulos ou riqueza dos pais não significar que o filho será considerado da mesma forma. Ele deve fazer, por si, seu próprio caminho. Há também o costume de contar histórias e os festivais. Ainda, seu sistema jurídico e de punição é livre de violência e as pessoas mais velhas são ouvidas nestas ocasiões.

Na segunda parte do livro, quando Okonkwo é obrigado a mudar-se, temos a perspectiva do homem branco. Há um conflito entre os colonizadores e os colonizados que marca o início dos problemas para os africanos, conforme chegam os missionários. O trabalho deles é convencê-los de que suas crenças são equivocadas e que devem adorar ao deus do homem branco e, deste modo, muitos são convertidos ao Cristianismo. Okonkwo fica muito desapontado, pois *enxerga* a invasão, e resolve voltar a *sua* cidade. Para sua tristeza, a destruição já a tinha atingido também.

Este é o início da terceira parte do livro, em que a perspectiva do colonizado é tomada. As regras foram todas modificadas (religião, educação etc.), bem como o sistema de justiça, como vemos no seguinte trecho: “Nós temos uma corte de justiça onde julgamos os casos e administramos a justiça como é feito no meu país submetidos a uma grande rainha” [We have a court of law where we judge cases and administer justice as it is done in my own country under a great Queen (ACHEBE, 1958, p. 137)].

Embora seja uma obra de ficção, este romance nos mostra como os missionários europeus normalmente agiram tomando como base o conceito de que os africanos eram uma raça inferior que precisava deixar de ser selvagem.

Numa cena simbólica, um estranho enterra Okonkwo, ou seja, sua cultura. Ele é o representante de todos aqueles que foram explorados e mortos em nome da aparente chegada da ‘civilização’, mas que, no fundo, visava à exploração das terras e das pessoas.

2.3.2 Classe

Há uma grande correspondência entre identidade e classe. A validade ou não de uma determinada posição social depende a que classe se dirige, pois seus indivíduos representam determinado ponto de vista. Uma classe se forma, deste modo, por sujeitos com atributos semelhantes.

No entanto, as classes são divididas, são grupos heterogêneos quanto ao gênero ou raça, por exemplo, e, tomados tais aspectos, podemos dizer que há fissuras que não permitem uma uniformidade interior às classes. “Não poderia haver uniformidade da classe trabalhadora, por exemplo, desde que esta classe seja dividida em linhas raciais” [There could be no uniformity of the working class, for example, since this class is split along racial lines” (LOOMBA, 1998, p. 27)].

Quanto à questão colonial, homens de ambos os lados – colonizadores e colonizados – gozavam do patriarcalismo em seu favor sobre as mulheres. Daí percebemos que diferentes ideologias podem estar abarcadas em uma mesma classe (às vezes até contraditórias) e que, ao contrário, uma determinada ideologia pode aparecer em diferentes classes.

Assim, “enquanto a ideologia em geral trabalha para manter a coesão social e expressa os interesses dominantes, há também ideologias particulares que expressam o protesto daqueles que são explorados” [while ideology in general works to maintain social cohesion and expresses dominant interests, there are also particular ideologies that express the protest of those who are exploited” (LOOMBA, 1998, p 28)].

A classe dita dominante consegue tal dominação não (só) pela força, mas pela criação de sujeitos que estejam ‘dispostos’ a se submeter. É desta ferramenta que fez uso o colonizador, instituindo um *outro* da forma que lhe convinha.

2.3.3 Gênero

Define-se o patriarcalismo não apenas por meio da relação homem vs. mulher, mas também pelos relacionamentos entre a metrópole e a colônia, em que o primeiro assume a posição masculina de dominação, penetração e exploração da cultura. O patriarcalismo, portanto, se refere a uma sociedade pautada na figura masculina como controladora de mulheres, crianças e os demais que não estejam na categoria ‘homem’.

O fato de ter um homem em posse do poder é tão forte que continuamos a acreditar (inclusive as mulheres) que eles são capazes de melhor conduzir o mundo. Nas palavras de Zolim (2003, p. 43);

O fato é que o patriarcalismo tornou-se uma realidade tão bem-sucedida, tão arraigada no inconsciente coletivo que, para muitos, para não dizer a maioria, é impossível pensar as relações humanas de modo que o macho não domine de direito e de fato.

Além da crença de que o homem é superior à mulher no mundo secular, o Cristianismo reforçou esta idéia. Não só por causa da bíblia, que afirma que toda mulher foi formada a partir do homem e então não pode ser considerada como ser autônomo, mas como parte de Outro, mas da própria organização da instituição da Igreja. Da mesma forma, o Estado também está envolvido na manutenção do patriarcalismo.

No entanto, essa relação é primeiramente construída entre os homens que criam uma solidariedade e interdependência entre si. Isto fica claro quando levantamos a questão das diferentes classes e raças a que eles pertencem, cujas particularidades são postas de lado em nome da manutenção do poder. Na verdade, homens mais abastados asseguram que os que estão abaixo dele ainda tenham controle sobre as mulheres que deles ‘dependem’.

A base desta dissociação de gênero está no sexismo. Sexismo é a discriminação contra pessoas baseadas no sexo, deixando de lado outras características. Falamos aqui do sexismo contra mulheres, variando entre a misoginia e sua delicadeza que coloca o sexo feminino como ‘frágil’. Como resultado, os cargos ocupados por mulheres não rendem remuneração equivalente à masculina e não fazem parte da produção de recursos essenciais. Mas, acima de tudo, a tarefa dada às mulheres de criação de filhos é que perpetua o sistema estabelecido.

Essa hierarquia baseada no gênero pode ser percebida na maior parte das sociedades e indica como as pessoas produzem e se reproduzem. O mesmo acontece com hierarquias raciais ou de classes, que não são fundamentalmente ideológicas, mas denunciam um aspecto significativo da nação.

Quando colocadas sobrepostas, as hierarquias mostram a posição que o sujeito ocupa e que diferentes graus de discriminação ele sofre. Uma mulher negra, por exemplo, é discriminada por ser mulher e por ser negra; quando é colonizada, um terceiro fator é contado.

Por isso dizemos que a mulher é duplamente colonizada por ambos o homem e o colonizador. Além disso, a experiência de submissão pela qual a mulher passa em virtude do patriarcalismo se assemelha muito à do colonizado em relação ao colonizador. Entretanto, a ciência nunca provou uma diferença significativa entre o homem e a mulher (assim como entre as raças) e não há razão histórica para essa divisão (como ocorre com os judeus, por exemplo), pois não existem aspectos religiosos, políticos que envolvam preconceito e, além disso, as mulheres não constituem uma minoria. Nas palavras de Beauvoir (in NICHOLSON, 1997, p. 15),

elas são mulheres em virtude de sua anatomia e fisiologia. Durante a história elas sempre foram subordinadas aos homens, e, então, sua dependência não é resultado de um evento histórico ou mudança social – não foi algo que *ocorreu*.

[They are women in virtue of their anatomy and physiology. Throughout history they have always been subordinated to men, and hence their dependency is not the result of a historical event or a social change – it was not something that *occurred*].

Contudo, muito provavelmente por não ter um passado, uma religião ou uma história em comum, e por terem ocupado um espaço na sociedade que foi ‘deixado’ para elas, as mulheres não se unem e não se assumem como grupo. Até mesmo o movimento do feminismo não pode ser comparado ao poder que a classe masculina representa.

O patriarcalismo / sexismo é intimamente ligado ao colonialismo, pois a justificativa para a expansão imperial foi construída sobre o princípio de que a cultura européia era central e superior, em virtude de suas descobertas científicas, da literatura, do comércio etc. Da mesma forma que se dá a relação entre colonizador e colonizado, ocorre também a relação entre gêneros, na qual um pólo é oposto ao outro, ao que se toma como certo. Normalmente, o primeiro da oposição binária é o sujeito e o segundo é o ‘outro’/ objeto construído a partir da ‘falta’ de determinadas características. Assim, patriarcalismo e colonialismo cooperaram de forma que o privilégio não se desse somente sobre mulheres, mas sobre instituições e Estados.

É claro que estas relações se dão porque os pólos precisam um do outro, pois é a partir da comparação e da oposição que nos conhecemos. No entanto, ao atribuir valor a eles, o preconceito é produzido. Tal necessidade também se dá no plano econômico: o escravo e o amo, por exemplo, são co-dependentes para o progresso dos negócios. Da mesma forma,

(...) a mulher sempre foi dependente do homem, se não sua escrava. (...) E ainda hoje a mulher sofre muitas desvantagens, embora sua situação esteja começando a mudar. Praticamente nenhum lugar é seu status legal como o do homem, e freqüentemente ele é para sua desvantagem.

[(...)woman has always been man's dependent, if not his slave. (...) And even today woman is heavily handicapped, though her situation is beginning to change. Almost nowhere is her legal status the same as man's, and frequently it is much to her disadvantage (Beauvoir, in NICHOLSON, 1997, p. 16)].

O esquema homem vs. mulher funciona da mesma forma com o imperialismo. Este 'outro' colonizado construído por meio do discurso é "o aparato ideológico absoluto através do qual o colonizado começa a se ver e a ver o mundo ao redor dele. Portanto, o sujeito colonial existe no fitar e no olhar do outro (...)" (BONNICI, 2000, p. 18). De certa forma, tanto a oposição homem vs. mulher, quanto colonizador vs. colonizado tinham como objetivo fins econômicos e políticos.

Deste modo, a preferência por determinado gênero interfere em outras dimensões da sociedade como etnia, poder e classe social, pois a divisão de sujeitos por gênero, a partir de uma visão holística, não diz respeito apenas ao indivíduo.

Por outro lado, a superação do patriarcalismo está para subjetividade da mulher assim como a subversão do colonialismo está para a subjetividade do colono e para a aquisição de identidade por parte de ambos.

Tendo sido estabelecida a teoria a ser utilizada na análise do romance, passa-se ao estudo de *Crossing the River*, tendo como linhas diretoras a observação da resistência e subjetividade das personagens negras pautadas pelos conceitos discutidos.

CAPÍTULO III

Análise de Crossing the River

3.1 Introdução

Tendo sido analisados os aspectos de resistência, subjetificação e identidade, passamos ao estudo da obra. Seguindo a forma de apresentação da obra sob estudo, este capítulo se divide em subtópicos capítulos que tratarão, cada um, de uma das quatro personagens.

Como dito anteriormente, as personagens Nash, Martha e Travis poderiam tratar-se dos três irmãos vendidos como escravos, pelo pai, na costa da África. Contudo, dado o lapso temporal e espacial entre eles, vemos que representam a fortuna do negro no mundo em diferentes épocas e lugares.

Deste modo, as personagens figuram como o papel simbólico do negro no mundo, como se deu a repercussão da escravidão até a contemporaneidade em virtude da diáspora (visto que cada personagem se localiza em diferentes tempo e lugar) e como se formou (ou foi construída) a psicologia do excluído, aceitando ideologias e conceitos externos e a ele impostos.

3.2 Nash

3.2.1 Introdução

Este capítulo é narrado por um narrador heterodiegético, aquele que conta uma história da qual não participa. Neste caso, ele narra acerca da personagem Edward Williams, um fazendeiro estadunidense, e de Nash, seu escravo. Edward pertence a uma família batista, portanto cristã, e se engaja no projeto de enviar negros à África para sua civilização. O capítulo compreende o envio de Nash dos Estados Unidos à Libéria nos anos 1830 como missionário cristão. Dentro desta estrutura de narrativa heterodiegética há cinco cartas enviadas por Nash a seu amo Edward. Após a partida de Nash, temos as

primeiras quatro cartas de 11 de setembro de 1834, 22 de outubro de 1835, 10 de março de 1839 e 2 de outubro de 1840.

Apresenta-se, então, uma nova narrativa heterodiegética, que conta a viagem de Edward à África à procura de Nash, sua chegada em Serra Leoa e, depois, na Libéria. Tal narração é novamente interrompida pela última e quinta carta, de 3 de janeiro de 1842.

Por fim, uma nova narrativa tem início tratando-se da estada de Edward na Libéria, sua busca por Nash e sua ida ao local onde ele vivia.

Todas as cinco cartas são escritas pela personagem Nash, em primeira pessoa, endereçadas a Edward. Já as narrativas são em terceira pessoa, com narrador onisciente, que detalha para o leitor as experiências de Edward e Nash Williams.

3.2.2 Objetificação de Nash

Apesar de o capítulo iniciar com a partida de Nash para a Libéria, há inúmeros trechos da obra que mostram a total objetificação sofrida por ele nos Estados Unidos antes desta viagem. Sua vida pregressa havia sido em meio ao trabalho da plantação como escravo. Suas primeiras cartas a Edward revelam como ele vê os Estados Unidos e como respeita a cultura americana. Toda a educação que recebera culmina com seu envio para a ‘civilização’ da África e com sua crença de que era um privilégio ter sido escolhido para tal missão.

Tal educação correspondia a valores de todas as ordens que tinham sido impostos a ele como corretos e legítimos em contraposição com os pregados como incorretos e ilegítimos da África. Nash fora alfabetizado em língua inglesa e também evangelizado, ou seja, moldado para um determinado fim, e tudo isto lhe parecia uma oportunidade única dada pelo, ao seu ver, generoso Edward. De fato, Edward também tinha sido cegado pela crença de que a cultura americana se sobrepunha às outras, sobretudo à africana. Para ele, o envio de Nash à África era uma ajuda para aquele continente, mas Edward o via como parte de um projeto e não como uma pessoa: “Todo nosso *experimento* depende grandemente do seu sucesso” [Our whole *experiment* depends greatly upon your success (PHILLIPS, 1993, p.11, grifo nosso)]. Esta era a mesma visão da própria sociedade de colonização americana, que, sob o invólucro da boa ação de levar a verdadeira cultura à África, também pensava em seu próprio benefício: “A América estaria removendo uma causa de aumento da pressão social, e a

África seria civilizada pelo retorno de seus descendentes, que estavam agora abençoados com as mentes cristãs racionais” [America would be removing a cause of increasing social stress and Africa would be civilized by the return of her descendants, who were now blessed with rational Christian minds” (PHILLIPS, 1993, p. 9)]. Deste modo, a escravidão poderia ser aceita como uma instituição ‘filantrópica’ e o egoísmo nacional ficaria escondido atrás dela.

Assim, a África era vista como carente de civilização, suas religiões qualificadas como ritos pagãos e superstições diminuídos perante o cristianismo. Até mesmo o clima quente e úmido e a presença de animais selvagens e exóticos eram menosprezados. Tal ensinamento foi assimilado sem resistência por Nash, e isso fica claro quando ele descreve a Libéria como uma terra de escuridão (“este negro país chamado Libéria” [This dark country of Liberia (PHILLIPS, 1993, p.31)]), um lugar pagão que possui um dialeto cru (“seu dialeto cru” [their crude dialect (PHILLIPS, 1993, p. 23)]). Já distante dos Estados Unidos, refere-se à América como um país civilizado, terra de leite e mel, onde a África deveria se espelhar.

Como se vê, todos os aspectos da vida de Nash foram ‘enquadrados’ no formato americano, em detrimento de sua origem africana. Logo no início do capítulo, Edward fala que Nash tinha

se submetido a um *rigoroso programa de educação cristã* (...). E depois de sete difíceis anos na Libéria, (...) trabalhando com dedicação nas tarefas de *seu Deus* (...) tinha ganhado o respeito não somente dos africanos nativos, mas dos negros livres da América, e dos poucos brancos naquele *clima inóspito*.

[undergone a *rigorous program of Christian education* (...). And after seven difficult years in Liberia, (...) working with application to *his God's* tasks (...) had won the respect not only of the African natives, but of the free colored men from America, and of the few whites in the *inhospitable clime* (PHILLIPS, 1993, p.7, grifos nossos)].

Assim, Nash fora enviado à África sob grande expectativa, à qual ele correspondera, pois sua escola tinha uma excelente reputação. Suas cartas a Edward pediam livros e bíblias para ajudar no ensino. Percebe-se, assim, que sua intenção era dar a educação americana, com livros provindos de lá e com informações referentes àquela terra. Este era o paradigma do ‘centro’ como o aniquilamento e não-valorização da periferia. Em suas palavras, em sua segunda carta a Edward, Nash diz: “Estou apto a

instruí-los como escrever, sobre a Bíblia, sobre matemática e geografia. (...) Nossa escola está transformada numa pequena igreja batista (...)” [I am able to instruct in writing intelligibly, in the Bible, in arithmetic, and in geography. (...) Our school is transformed (...) into a small Baptist church (...) (PHILLIPS, 1993, p. 23)]. Assim, a geografia, história e língua da África eram simplesmente ignoradas. Tal menosprezo fica claro na visão de Edward:

Ele abriu diante de si um mapa do conhecido mundo, e olhou para o deselegante formato da África, que ficava como uma sombra imóvel e escura entre sua amada América e o exótico espetáculo da Índia e dos países e ilhas do Oriente.

[He spread before himself a map of the known world, and stared at the inelegant shape of Africa, which stood like a dark, immovable shadow between his own beloved America and the exotic spectacle of India and the countries and islands of the Orient (PHILLIPS, 1993, p. 13)].

Vê-se, portanto, que os pensamentos de Edward eram reproduzidos por Nash. Nash assimilava cada vez mais a ideologia estadunidense. Ele não tinha autonomia alguma e apenas repetia o que lhe era ensinado. Nas palavras de Bhabha, tal repetição consubstancia-se na mímica, na imitação do outro.” (...) a visão européia do processo de civilização não foi nada mais que a imitação forçada – as culturas coloniais deveriam simplesmente imitar os ocupantes da metrópole” [(...) the European view of the civilizing process was nothing less than enforced emulation – colonial cultures should simply imitate their metropolitan occupiers (...) (ASHCROFT, 2001, p. 03)].

Tal imitação não se constitui, neste caso, como resistência, mas como expressão da aceitação e assimilação de Nash da cultura que lhe fora imposta. Para ele, a condição de homem só lhe é atribuída se algumas qualidades – inerentes ao branco americano – forem preenchidas. Nash pensa e age exatamente como este modelo e se sente como um deles, ou, pelo menos, se esforça ao máximo para ficar o mais semelhante possível. Ele teve, assim, sua identidade arrasada, ao ser coagido a usar uma máscara branca. Nash se refere à América como seu país e como sendo estrangeiro na Libéria: “Eu tive sorte o bastante de *nascer* num país cristão, no meio de *pais e amigos cristãos*” [I was fortunate enough to be *born* in a Christian country, amongst *Christian parents and friends* (...) (PHILLIPS, 1993, p. 21, grifos nossos)]. Ou seja, ele é “o mesmo, mas não branco” [the same, but not white].

Há diversos trechos na obra que comprovam sua gratidão a Edward e à América e sua repulsa pela África e seus ascendentes, mas talvez este seja o mais expressivo: “Se tivesse sido permitido que eu simplesmente vagasse por aí, hoje eu estaria vivendo sob o mesmo manto da ignorância que veste os ombros de meus colegas negros. Palavras não conseguem expressar minha gratidão pelo cuidado que você me dispensou durante minha infância” [Had I been permitted simply to run about, I would today be dwelling in the same robes of ignorance which drape the shoulders of my fellow blacks. Words cannot Express my gratitude for the care you displayed towards me during my younger days (...) (PHILLIPS, 1993, p. 21)]. Isso demonstra a disciplina pela qual Nash havia sido submetido na fazenda e conseqüentemente, como a cultura americana havia sido visceralmente pregada.

A busca de Nash por comportar-se exatamente como seu amo faz com que ele imite também o ato capitalista de fiscalizar, supervisionar e o desejo de lucrar. Na África, onde o sistema capitalista ainda não havia chegado, pode-se observar dois aspectos da influência da cultura branca sobre Nash: sua postura arrogante e sua afeição ao acúmulo de riquezas. A primeira percebe-se em sua atitude julgadora e arbitrária perante os outros. Mesmo diante de um drama pessoal, Nash acusa os amigos, mais uma vez lançando mão dos parâmetros cristãos e europeus de julgamento moral:

Aquele velho irmão Taylor e a irmã Nancy perderam completamente sua religiosidade. Além disso, o primeiro tornou-se um escandaloso bebedor. Ele é acusado de bebedeiras habituais, folias noturnas, lascívia e, de fato, tudo que caracteriza um homem imoral. Você pode claramente deduzir que me afastei deste homem. Dizem que sua decadência foi ocasionada pelo infortúnio de perder seu filho caçula por causa de uma inflamação na boca.

[That old brother Taylor and sister Nancy have both lost all religion. The former has in addition turned out to be a great scandalous drunkard. He is accused of habitual intoxication, much nocturnal reveling, lewdness, and in fact everything that characterizes the immoral man. You may correctly deduce from the above that I have severed all connections with this man. They say that his decline was occasioned by the misfortune of losing his youngest son to a sore mouth” (PHILLIPS, 1993, p. 29)].

Já sua inclinação ao capitalismo fica clara quando começa a cultivar a terra. Ele constrói um empreendimento colonial da América, ou seja, faz o usufruto da terra e manda os lucros à metrópole. Assim, seu enriquecimento importa no empobrecimento

dos nativos, justamente o que ocorreu na expansão ultramarina. Nash adquire, então, uma propriedade e começa a plantar e a ter empregados. Ele se comporta como Edward, tanto na sua relação com seus subordinados – de opressão e cobrança, tornando-se também um amo –, quanto a respeito dos rendimentos e perspectivas financeiras, repetindo os padrões americanos de interesse pelo comércio e pelo acúmulo de riquezas:

(...) eu plantei café, algodão, batata (...) e muito mais tipos de plantas que esta África proporciona. A experiência me fez entender que esta terra é extremamente rica (...) se a semente for plantada adequadamente, e cuidada (...). Com uma indústria comum, um homem pode levantar mais do que tudo que consiga usar, e ter muito para vender para fora. Espero que em breve eu esteja numa situação próspera (...).

[...] I have planted coffee trees, and cotton, and potatos (...) and much more kinds of plants such as this Africa affords. I have been led to understand that this land is exceedingly rich (...) if the seed is properly planted, and taken care (...). With common industry a man can raise more of everything he can use, and have much to sell besides. I soon hope to be in the prosperous situation (...) (PHILLIPS, 1993, p. 24, grifos nossos)].

Vemos, na carta de Nash, semelhança com a carta de Caminha, que também elogiava a terra e via nela uma fonte de renda e exploração. Não era exatamente a riqueza do local que admirava, mas o potencial que ele oferecia: mais produção, mais comercialização, mais lucro.

Além disso, outros trechos mostram que Nash usa de ferramentas e insumos importados, pede por sementes, implementos e outros produtos de origem americana e até a maneira de cultivar é repetida a partir do modelo capitalista que copia.

Mesmo diante de inúmeras injustiças com suas origens e seu povo, ou seja, o africano, Nash continua a chamar a América de ‘seu’ país. Apesar de ter nascido nos Estados Unidos, era excluído e acabava por não pertencer à África (suas origens) ou à América (onde havia nascido). Estava, assim, sem raízes em virtude da exclusão que sofria onde vivia e do não-pertencimento à África.

Ainda assim, apesar de os Estados Unidos apresentarem-lhe uma sociedade não democrata, classista e racista, com uma grande parte da população na miséria, ao compará-lo com a África ele sempre vê a superioridade do primeiro em todos os aspectos. Diante dele, na Libéria, está o sofrimento que a colonização causou, a devastação das pessoas e da terra. Além disso, ele também foi explorado nos Estados

Unidos, não tem identidade, não se conhece bem, tampouco suas origens (Em sua segunda carta a Edward, Nash lhe pede: “Eu ficaria feliz em saber minha verdadeira idade” [I would be glad to learn my true age (PHILLIPS, 1993, p. 28)]), mas permanece cego imitando o branco.

Enquanto o poder imperial sobre o sujeito pode não ser necessariamente tão direto e físico quanto o é numa instituição ‘total’, o poder sobre o sujeito pode ser exercido de formas incontáveis, reforçado pela ameaça de *sutil reprovação cultural e moral e exclusão*.

[Whereas imperial power over the subject may not be necessarily as direct and physical as it is in a ‘total’ institution, power over the subject may be exerted in myriad ways, enforced by the threat of *subtle things of cultural and moral disapproval and exclusion*” (ASHCROFT, 2001, p. 142, grifos nossos)].

Assim, Nash plagiava o modelo americano branco não só pelo desejo de ser aceito, mas também de ser adotado e absorvido numa relação filial com Edward. Em suas palavras, Nash reflete:

Minha conclusão é que o espírito e a integridade de um homem é mais agradavelmente cuidado e nutrido entre os *nativos pagãos do país*, daí pode-se observar diariamente *a evidência do trabalho Cristão que caracteriza a superioridade da vida americana sobre a africana*.

[My conclusion is that a man’s spirit and wholesomeness is more pleasantly watered and nourished among the *heathen natives of the country*, for there one can daily observe *the evidence of Christian work which marks out the superiority of the American life over the African* (PHILLIPS, 1993, p. 27, grifos nossos)].

Portanto, mesmo voltando à África, as suas origens, Nash continua preso aos valores que lhe foram inculcados. De fato, o trabalho de ‘lavagem cerebral’ dos colonizados sobre sua inferioridade foi a ferramenta mais importante usada para ganhar simpatizantes à invasão e à suposta ‘civilização’. Vê-se, atualmente, que mesmo com todos os movimentos de igualdade (Revolução Francesa, Declaração dos Direitos do Homem entre outros) ela ainda não se opera.

3.2.3 Resistência, Subjetividade e Identidade de Nash

Apesar de na segunda carta de Nash já haver traços (já que começa a refletir e comparar, questionando a verdade que tomava como absoluta) do eminente processo de descolonização no jovem negro, é em sua terceira correspondência a Edward que já se vêem mudanças significativas. Seis anos depois de chegar à África, Nash começa a deixar seus afazeres na escola e na missão evangelizadora e passa a ter o cultivo da terra como sua principal atividade. Além disso, casa-se com uma nativa e tem um filho com outra mulher, adotando a poligamia. Contudo, o ponto mais relevante é que começa a considerar a Libéria como ‘seu’ país.

Todo este processo se inicia com questionamentos sobre o maniqueísmo certo vs. errado, simbolizados respectivamente pelos Estados Unidos e pela África. “A fim de manter a autoridade sobre o outro na situação colonial, o discurso imperial esforça-se para delinear o outro como radicalmente diferente dele, mas ao mesmo tempo deve-se manter uma identidade suficiente com o outro para valorizar seu controle sobre ele” [In order to maintain authority over the other in a colonial situation, imperial discourse strives to delineate the other as radically different from the self, yet, at the same time it must maintain sufficient identity with the other to valorize control over it (ASHCROFT et al., 1989, p. 103)].

É desta pequena nuance de identidade que Nash consegue começar a se libertar da imitação dos padrões americanos. Isto ocorre porque a ambivalência é sempre mantida já que a mímica “é um processo que nunca é perfeitamente desempenhado e há sempre um deslize, uma brecha, entre o que é dito e o que é ouvido” [is a process that is never perfectly achieved and that there is always a slippage, a gap, between what is said and what is heard” (LOOMBA, 1998, p. 89)].

Vê-se, portanto, que apesar de toda educação e cultura americana que Nash recebera, havia nele, ainda, algo do sujeito autônomo que não tinha sido totalmente convertido. Entre outros fatores, ele ainda era negro e talvez essa fosse a marca mais evidente de que ele nunca seria igual aos que imitava. É a partir deste ‘deslize’, desta brecha, desta falta de equivalência com o Outro como consequência na (im)perfeição da imitação de que Loomba fala, que começa a reflexão de Nash. Tal processo também ocorrera com outros negros que, como ele, haviam sido enviados à África: “Aquele velho irmão Taylor e a irmã Nancy abandonaram sua religiosidade” [That old brother Taylor and sister Nancy have both lost all religion (PHILLIPS, 1993, p. 29)].

Um dos aspectos que primeiro lhe chamam atenção – a correspondência do sistema de justiça do estado (que ele considera bom) com a religião:

Se alguém morre repentinamente, eles têm certeza de que alguém os enfeitiçou e (...) vão ao pajé da vila que dirá (...) a eles quem foi que encantou a pessoa que morreu. Esta pessoa toma então um pouco de veneno para matá-lo por seu ato errado. *Isto me parece um método não inteiramente errôneo de administrar a justiça(...).*

[If someone dies suddenly, they are sure that somebody bewitched them, and (...) go to the grand devil man of the village who will (...) tell them who it was that bewitched the person that died. This person will then be fed some poison in order to dispatch him for his wrongful deed. *This appears to me not an entirely unjust method of administering justice (...).* (PHILLIPS, 1993, p. 31, grifos nossos)].

Vê-se, portanto, que Nash concebe a ‘organização judiciária’ e as tradições africanas como ‘não erradas’. Ele ainda não admite que é o ‘correto’, mas não o descarta por simplesmente ser diferente do americano. Este é o fato que se consubstancia na obra como o início de sua descolonização da mente. A partir daí, ele chama os Estados Unidos de “assim chamado mundo civilizado” [so-called civilized world (PHILLIPS, 1993, p. 31)] e diz que eles “poderiam aprender algo proveitoso” [might learn something valuable (PHILLIPS, 1993, p. 31)]. Desta forma, ao questionar e observar sua nova realidade em confronto com a anterior ele começa a ‘tornar-se nativo’.

O processo de ‘tornar-se nativo’ se dá quando as pessoas da metrópole se misturavam com as da colônia, no movimento de expansão imperial, os países colonizadores temiam a fácil adaptação e aquisição dos costumes do homem colonizador ou, como no caso de Nash, uma descolonização, a volta a sua cultura original. Isto era visto como uma involução, uma deterioração da raça dita ‘superior’. Eles tinham receio de que os costumes pagãos e até o próprio clima mais quente fosse capaz de seduzir o colonizador para uma conduta moral e psicológica mais ‘relaxada’. Do mesmo modo, as relações sexuais entre as raças também eram mal vistas pois ‘contaminariam’ a descendência supostamente pura do colonizador. Desta forma, até a participação nas práticas mais simples do cotidiano, como alimentação, vestimentas, lazer, eram rechaçadas em nome da não degeneração da metrópole.

Ao notar os fatos que o cercavam, Nash foi formando opinião diversa da que tinha até então. Ele começa a criticar os imigrantes americanos que fazem fortuna por meio da exploração dos nativos (“Sr. Charles, um americano, (...) levou cruelmente (dois rapazes) para uma feitoria de escravos (...)” [Mr. Charles, an American, (...) cruelly carried them (two boys) to a slave factory (...) (PHILLIPS, 1993, p. 31)]) e, acima de tudo, percebe de outra forma o país em que habita. O lugar que antes era considerado sem recursos para plantação e com pessoas desprezíveis, saltava aos olhos de Nash como a “terra de nossos ancestrais, onde brotam muitas frutas deliciosas” [land of our forefathers, where many delicious fruits grow (PHILLIPS, 1993, p. 32)] (quando já se vê a inversão de seus valores que antes consistiam em explorar a terra) e pede a Edward: “Se você ouvir algo desrespeitoso sobre ela, eu ficaria grato se você pedisse para calarem-se” [If you hear any speaking disrespectful of it, I would be grateful if you would tell them to hush their mouths (...) (PHILLIPS, 1993, p.32)].

Ao mesmo tempo que vai adquirindo uma nova visão sobre seu país, um Nash autônomo e agente começa a surgir. Sua subjetividade ascende não só para ele como também para seus pares, pois agora é chamado de ‘Sr. Williams’. Este é o primeiro passo para a (re) aquisição de sua identidade: um nome. Antes, nos Estados Unidos, só o chamavam de ‘rapaz’, o que alude à questão do nome. O nome é dado para denominar uma pessoa, enquanto ‘menino’ ou ‘rapaz’ serve para *qualquer* um. Apesar de ser chamado pelo nome de seu amo (Williams), já era, ao menos, um nome, um indício de subjetividade.

Suas ambições também começam a mudar, pois agora planta “o suficiente para sustentá-los” [(...) just enough to sustain us from starvation (PHILLIPS, 1993, p. 39)] e não objetiva mais o comércio e o lucro obtido da exploração. Desta forma, toda sua vida vai sendo modificada. Os padrões que antes pautavam sua vida vão sendo abandonados e ele se questiona porque seguir os exemplos da civilização americana. “Não estamos na África?” [Are we not in Africa? (PHILLIPS, 1993, p.40)], reflete ele.

Agora, olhando ao seu redor, Nash não vê mais a inferioridade da África. Ao contrário, se sente aviltado em suas raízes e conclui: “este protecionismo americano é uma desgraça a nossa dignidade e uma mancha no nome do nosso país” [this American protectionism is a disgrace to our dignity, and a stain on the name of our country (PHILLIPS, 1993, p. 41)]. Está aí a completa construção do sujeito. Nash consegue perceber o quanto havia sido explorado. Suas crenças sobre a superioridade branca

caem por terra e todo o ‘trabalho’ (discurso) desenvolvido por Edward (colonizador) havia sido desconstruído.

Por outro lado, o colonizador, representado aqui por Edward, permanece na mesma posição de superioridade. Ao chegar na Libéria, coloca um lenço no nariz para proteger-se do “fétido ar africano” [fetid African air (PHILLIPS, 1993, p. 47)]. Isso só vem a confirmar a ideologia antiga. Edward sai não em busca de Nash – uma pessoa – mas de um projeto que não pode ser perdido, dados tantos anos de *investimento*.

Em sua última carta a Edward, Nash já se mostra um homem completamente transformado. Ele vive com três esposas, seis filhos, não trabalha mais nas escolas e não acredita mais na evangelização tampouco no cristianismo. Sua principal atividade é o plantio e ele está aprendendo a língua africana, assim como tem prazer em saber que seus filhos estão sendo educados com ela. Tais atitudes são, ao mesmo tempo, de construção de sua subjetividade e de descolonização. Ciente de sua mudança, adverte seu antigo amo:

Talvez você imagine que a Libéria me *corrompeu*, fazendo com que eu passasse de um bom negro cristão que partiu de sua casa, para este pagão que você mal reconhece. Mas não é assim, pois já afirmei várias vezes que a Libéria é o melhor país para o homem negro, já que aqui ele pode *viver do suor do seu rosto* (...).

[Perhaps you imagine that this Liberia has *corrupted* my person, transforming me from the good Christian colored gentlemen who left your home, into this heathen whom you barely recognize. But this is not so, for, as I have often stated many times over, Liberia is the finest country for the colored man, for here he may *live by the sweat of his brow* (...). (PHILLIPS, 1993, p. 61, grifos nossos)].

No entanto, ainda há traços da visão do colonizador. Quando imagina que Edward pensa que a Libéria o ‘corrompeu’, ele atribui àquele país um papel negativo em sua vida. Por outro lado, já muito mais forte estava o sentimento de liberdade de ‘trabalhar para ganhar seu próprio sustento’ sem ser o parasita.

Senhor de seus pensamentos e consciente da exploração e objetificação que sofrera, Nash afirma: “(...) Eu, deste modo, *livremente escolho* viver a vida do africano” [(...) I therefore *freely choose* to live the life of the African (PHILLIPS, 1993, p. 62, grifos nossos)]. Nash havia, então, se tornado agente, mas sem violência, afinal o

fato de ir à África deu a ele a oportunidade de ‘escolher livremente’. Nas palavras de Ashcroft (2001, p. 34),

sujeitos são inteiramente autônomos para mostrar que nos aspectos materiais de suas vidas eles fazem *escolhas*, empregam estratégias de auto-formação e produção, às vezes de notável sutileza, que os caracteriza como agentes que são capazes de ‘resistir’ ao poder cultural (...).

[subjects are entirely autonomous to show that in the material aspects of their lives they make *choices*, employ strategies of self-formation and production, sometimes of remarkable subtely, which characterize them as agents who are capable of ‘resisting’ cultural power (...) (grifo nosso)]

A sutileza a que o autor se refere tem a ver com pequenos hábitos diários, como a forma de trabalho e arranjos domésticos. Isto só vem a mostrar como a mudança que se dava em Nash era profunda, já que atingia os aspectos mais corriqueiros de sua vida.

Por outro lado, grandes transformações também ocorriam. Nash adquire uma visão global de resistência e conseqüente construção da subjetividade e libertação (não somente física) de todos os negros. Ele pede a Edward que convoque seus companheiros: “Informe a eles (meus amigos negros) que eles deveriam escolher vir para este país (...)” [Inform them (my colored friends) that they should choose to come out to this country (...)] (PHILLIPS, 1993, p. 62)], pois, segundo ele,

precisamos brigar pelos nossos direitos (...) e sentir o amor da liberdade que nunca pode ser encontrado na *sua* América. (...) A Libéria me proporcionou a oportunidade de abrir meus olhos e *fugir da ignorância* que seguramente me esquadrinhou durante toda minha vida.

[We need to contend for our rights (...) and feel the love of liberty that can never be found in *your* America. (...) Liberia has provided me with the opportunity to open up my eyes and *cast off the garb of ignorance* which has encompassed me all too securely the whole course of my life (PHILLIPS, 1993, p. 61, grifos nossos)].

Em seu discurso, é flagrante uma completa inversão da postura de Edward. Ele fala em ‘nossos direitos’ unindo-se a outros negros ainda subjugados nos Estados Unidos. Do mesmo modo, a América passa a ser de Edward somente e a Libéria, o seu país realmente, que lhe mostrou a verdade ao abrir-lhe os olhos.

Por fim, em contraponto com seus primeiros tempos na África, quando ansiava pelo reencontro com seu amo, Nash diz a Edward: “(...) não venha à África (...). Suponho que nunca mais o verei em minha vida (...)” [(...) you do not come out to Africa (...). I suppose I shall never again see you in this life (...)] (PHILLIPS, 1993, p.62)]. Além disso, dando-se conta das condições a que fora submetido, em sua nova postura de sujeito desafia seu algoz: “(...) você poderia me explicar por que *me usou para seus propósitos* e então *me expulsou* para este paraíso da Libéria” [(...) you might explain to me why you *used me for your purposes* and *then expelled me* to this Liberian paradise (PHILLIPS, 1993, p. 62, grifos nossos)]. Desta forma, havia um novo significado na vida de Nash. Ele se posicionava de outra forma diante do mundo, dos outros e diante de si mesmo. Nash Williams se encontrou, pela primeira vez, consigo próprio, despido das vestes americanas que tapavam sua cultura. “A questão da transformação e o fenômeno da comunicação entre culturas (...) nos leva ao reconhecimento dos *processos constitutivos de significado*” [The question of transformation, and the phenomenon of communication between cultures (...) lead us into a recognition of the *constitutive processes of meaning* (ASHCROFT, 2001, p. 14, grifos nossos)]. Sua transformação havia lhe feito enxergar a si próprio como sujeito e aguçar seus sentidos para a percepção e ‘reaquisição’ sua cultura.

3.2.4 Conclusão

Depois de tudo, apenas Nash havia mudado. Edward tinha “(...) intenção de levar os filhos de Nash Williams de volta à América e oferecer-lhes a possibilidade de uma vida cristã adequada entre pessoas civilizadas” [(...) intention of taking the children of Nash Williams back to America and offering them the possibility of a proper Christian life amongst civilized people (PHILLIPS, 1993, p. 67)].

As conclusões a que ambos chegam falam por si. Edward pensava que “este negócio de encorajar homens a engajar num *passado e numa história que não são verdadeiramente deles*, é, afinal de contas, precipitada” [this business of encouraging men to engage with a past and a history that are *truly not their own* is, after all, ill-judged (PHILLIPS, 1993, p. 52, grifos nossos)]. Ou seja, para ele o projeto não teria dado certo. Era melhor mantê-los no Novo Mundo, para que não fossem corrompidos como Nash.

Nash, por sua vez, recupera totalmente sua subjetividade e afirma que a Libéria é “o melhor país para o homem negro que pode ser encontrado sobre a face da terra” [the best country for the black man that is to be found on the face of earth (PHILLIPS, 1993, p. 36)]. Além de tornar-se sujeito, ele havia feito isto conscientemente. Este fora *seu* processo de descolonização, pois esta não pode ser entendida somente como a independência política de uma nação, mas como a destruição do poder colonial em todos os seus aspectos. Nash passara pela descolonização da mente por meio de um processo contínuo de observação e reflexão. Como os trechos citados da obra mostram, Nash percebeu a exploração que sofrera, – uma resistência não-violenta – refletiu sobre a superioridade a ele e a seu povo imposta e, *conscientemente*, construiu o caminho inverso.

Contudo, tal processo só pôde ser executado a partir de sua volta física à África. Mas também seria possível entender que os Estados Unidos eram, sim, o país de Nash, pois fora este o lugar onde ele nasceu e que ajudou a construir. Lá estava sua língua, mas sua voz não era ouvida em meio a um discurso branco e racista que o excluía.

3.3 Martha

3.3.1 Introdução

O capítulo *West* trata de Martha, personagem que foi vendida na costa da África pelo pai, que aparece no prólogo, no epílogo e também no capítulo que recebe o mesmo nome do livro, quando o capitão Hamilton compra os três irmãos. Metonimicamente, ela representa todos os escravos que assumiram os Estados Unidos como seu país em meio à hegemonia branca

Em *West*, ela se encontra nos Estados Unidos e trabalha como escrava numa fazenda colhendo algodão. Martha é casada com Lucas e tem uma filha, Eliza Mae. Depois da morte do amo, sua família é separada e ela é levada como escrava por outra família, quando a história cronológica se inicia. Mais tarde, Martha foge sempre se direcionando a oeste (daí o nome do capítulo), onde quer construir sua vida como uma mulher livre. Lá, pretende viver numa comunidade de negros que vivem como iguais.

Como no anterior, este capítulo também apresenta narrador heterodiegético, mas sua construção ocorre de forma diferente. Intercalando a narração há fluxos de

consciência da personagem principal que aparecem no texto como flash backs. Assim, a história contada se passa no presente, mas o leitor tem acesso ao passado da personagem Martha, por meio dos trechos que intercalam a narrativa.

3.3.2 Objetificação de Martha

O patriarcalismo está associado ao colonialismo. Isto se deve ao fato de o imperialismo ter sido construído lançando mão desta ferramenta. O imperialismo construiu a crença de que a cultura européia era central e superior, usando suas descobertas científicas, a literatura, o comércio, entre outros, para justificar tal afirmação. Assim, da mesma forma que a metrópole e a colônia ocupam pólos opostos, o homem e a mulher também o fazem, sendo que o primeiro é sempre visto como superior e detentor da autoridade sobre o segundo. Como a personagem principal do capítulo sob tela é feminina, faz-se necessário um breve estudo sobre o patriarcalismo, pois ele e o colonialismo cooperaram de forma que não somente os homens tivessem privilégio sobre as mulheres, mas também famílias, instituições em geral e como os Estados (e a relação entre eles) são organizados para manter as posições de poder.

Como ensina Zolin (2003, p. 43), o patriarcalismo já se tornou tão comum aos olhos, que a atual realidade não abre brechas para pensar numa sociedade que não haja dominação masculina.

Deste modo, o patriarcalismo funciona na sociedade como um valor acabado e estático, a que todos aceitam respeitar e tomar como verdade. A imposição masculina é, assim, algo inquestionável e que sobrevive ‘naturalmente’ às gerações.

Importantes ferramentas neste processo são também o falocentrismo, sistema que privilegia o falo como o símbolo da diferença sexual e garantia de verdade, como elemento simbólico de poder; e o logocentrismo, que consiste na crença de que a língua (a palavra masculina) é capaz de produzir um sentido acurado. Este último é muito relevante, já que se sabe que o discurso produz crenças e atitudes. Tem-se entendido que a língua tem um importante papel em ambos sexismo e colonialismo, produzindo as oposições anteriormente mencionadas. A classe dominante produz, pelo discurso, idéias por meio das quais o sujeito deve se ver. Tal ideologia é aceita já que é a única que dá a ele uma identidade, uma língua e convenções sociais. As instituições sociais (Igreja, Estado, Escola etc.) também contribuem para a construção desta ideologia e, conseqüentemente, do objeto, ou do ‘outro’.

Tanto o patriarcalismo quanto o imperialismo podem ser vistos como impositores de formas análogas de dominação sobre seus subordinados. Daí as experiências das mulheres quanto ao patriarcalismo e a dos sujeitos colonizados podem ser comparadas em diversos aspectos, e ambas as políticas feminista e pós-colonial se opõem a tal dominação.

[Both patriarchy and imperialism can be seen to exert analogous forms of domination over those they render subordinate. Hence the experiences of women in patriarchy and those of colonized subjects can be paralleled in a number of respects, and both feminist and post-colonial politics oppose such dominance (ASHCROFT, 1998, p. 101)].

Assim, não se pode negar que as mulheres tiveram um importante papel no processo de expansão territorial ultramarina, já que foram duplamente colonizadas – primeiramente por serem colonizadas e em segundo lugar por serem mulheres. “(...) o subalterno como mulher está ainda mais na escuridão” [(...) the subaltern as female is even more deeply in shadow (ASHCROFT, 1998, p. 219)]. Como mencionado anteriormente, o patriarcalismo foi construído de forma que o homem estivesse *naturalmente* a cargo do poder e a biologia reforçou tal idéia pelo fato de o homem ser fisicamente mais forte e maior. Tal conceito, denominado de ‘misoginia’, coloca a mulher como o ‘sexo frágil’ que se conforma e apóia o controle externo.

Desta forma, um determinado papel e um comportamento ditado são esperados da mulher o que a oprime e faz com que o patriarcalismo seja eternizado. Do mesmo modo, a experiência pela qual a mulher passa sob o patriarcalismo é a mesma que o colonizado se sujeita em função do imperialismo.

A mulher, assim como o colonizado, é definida baseada no homem – e o colonizado no colonizador. Ambos são colocados como o oposto ao que é certo, sendo que o homem e o colonizador são o sujeito e a mulher e o colonizado, o *outro* a partir do primeiro. Nas palavras de Beauvoir (In NICHOLSON, 1997, p. 13),

(...) o homem representa ambos o positivo e o neutro, como indicado pelo uso comum de *homem* para designar seres humanos em geral; enquanto a mulher representa somente o negativo, definido por critérios limitadores, sem reciprocidade.

[(...) man represents both positive and the neutral, as is indicated by the common use of *man* to designate human beings in general, whereas woman represents only the negative, defined by limiting criteria, without reciprocity].

Assim, a mulher é construída a partir da imagem do homem. Ela é ou não em comparação a ele, o modelo neutro. Claro que a comparação e a conseqüente dualidade é própria do ser humano, desde o bem vs. mal até o dia vs. noite e assim por diante. Depois de estudar inúmeras sociedades primitivas, Lévi-Strauss (apud Beauvoir, In NICHOLSON, 1997, p. 14), afirma:

A passagem do estado da Natureza para o estado da Cultura é marcado pela habilidade do homem de ver relações biológicas numa série de contrastes; dualidade, alternância, oposição e simetria, sob formas definidas ou vagas constituem nada mais que um fenômeno de ser explicado como informações dadas fundamental e imediatamente da realidade social.

[Passage from the state of Nature to the state of Culture is marked by man's ability to view biological relations as a series of contrasts; duality, alternation, opposition, and symmetry, whether under definite or vague forms, constitute not so much phenomena to be explained as fundamental and immediately given data of social reality].

Deste modo, ter homem e mulher em posições opostas não é uma ocorrência surpreendente. O inconcebível é que o homem seja sujeito e a mulher objeto e que tal condição seja perpetuada. A divisão entre homens e mulheres é dada biologicamente e não historicamente, já que nenhum fato ocorreu (como o holocausto a exemplo dos judeus e a escravidão quanto aos negros) que explique por que as mulheres não se tornam sujeito em seu relacionamento com os homens. Também diferentemente dos outros casos de relações sujeito vs. objeto, no caso do homem e da mulher, o opressor precisa do oprimido. Além da dependência econômica, a descendência só é garantida com a presença masculina.

É claro que outras relações deste tipo também têm partes interdependentes. O escravo e o senhor são economicamente interdependentes, mas o escravo é ciente da dependência de seu amo e da sua possível independência e pode, mesmo que aos poucos, lutar por ela. Ao contrário,

(...) a mulher sempre foi dependente do homem, se não sua escrava. (...) E ainda hoje a mulher sofre muitas desvantagens, embora sua situação esteja começando a mudar. Praticamente nenhum lugar é seu status legal como o do homem, e freqüentemente ele é para sua desvantagem.

[(...) woman has always been man's dependent, if not his slave. (...) And even today woman is heavily handicapped, though her situation is beginning to change. Almost nowhere is her legal status the same as man's, and frequently it is much to her disadvantage (Beauvoir, In NICHOLSON, 1997, p.16)].

O mesmo ocorre com o imperialismo, em que há a semelhante oposição entre colonizador e colonizado. A construção destes dois pólos foi a ferramenta mais importante para controlar as propriedades dos colonos. O colonizador é “o aparato ideológico absoluto através do qual o colonizado começa a se ver e a ver o mundo ao redor dele. Portanto, o sujeito colonial existe no fitar e no olhar do outro” (BONNICI, 2000, p. 18).

No caso de Martha, personagem de *Crossing the River*, tanto a condição de escrava quanto de mulher recaem sobre ela. No final do capítulo três (sobre a viagem de compra de escravos do capitão Hamilton), lemos no diário de bordo: “Quarta-feira, 19 de maio (...). Fui abordado por um pacato sujeito. (...) *Comprei 2* meninos fortes e uma *garota* altiva” [Wednesday 19th May (...) Approached by a quiet fellow. (...) *Bought 2* strong man-boys, and a proud *girl*. I believe my trade for this voyage has reached its conclusion (PHILLIPS, 1993, p. 124, grifos nossos)].

Como se pode ver, Martha foi, primeiramente, submetida à vontade de seu pai (um homem). Seu desejo de ficar (ou não) não é conhecido. O capitão que a compra é, assim, seu *segundo* amo que também a vê como objeto e, a partir da compra, ela lhe pertence. Mas sua história é contada no capítulo quatro, intitulada *West* e começa nos Estados Unidos, onde Martha trabalha como escrava numa fazenda. Logo no início do capítulo, o dono da fazenda morre e ela, temendo ser vendida, pergunta a seu marido: “Lucas, seremos vendidos?” [Lucas, we going to be sold? (PHILLIPS, 1994, p. 76)]. Ela sabe que seu destino não está em suas mãos mas nas de outras pessoas. Como ela interrompe seu trabalho para falar com o marido, o homem responsável por supervisionar os escravos bate nela: “Ele levanta seu reio e bate no meu braço. Eu não ouço as palavras que saem de sua boca. Eu simplesmente penso, o amo está morto. E agora? *Eu me abaixo e novamente continuo a colher* [He raises his whip and brings it down on my arm. I don't hear the words that fall from his mouth. I simply think, Master dead. What now? *I bend down and again I start to pick* (PHILLIPS, 1994, p. 76, grifos nossos)].

Embora se sentisse muito mal com a situação (seu sofrimento advém também do fato de estar sendo separada de sua família, já que a mulher tem o papel quase

‘natural’ de construir comunidades) ela nada faz e tal falta de reação mostra o quão submissa estava às condições a ela impostas. Entretanto, ela pensa, observa e compreende bem a própria condição:

(...) Os comerciantes, com suas mentes assassinas, suas bocas apertadas e amargas. Eu tento não olhar nos olhos de ninguém. (...) Eles olham primeiro para os homens. Um comprador aperta o bíceps de Lucas com uma vara. Se um comerciante compra um homem ele é levado para lá do rio. Para morrer. (...) As famílias que precisam de empregados domésticos, ou os fazendeiros que precisam de mulheres para procriar, eles olham para nós e esperam sua vez. Eu sou muito velha para procriar.

[(...) The traders, with their trigger-happy minds, their mouths tight and bitter. I try not to look into anybody’s eyes. (...) They look firstly at the men. A trader prods Lucas’s biceps with a stick. If a trader buys a man, it is down the river. To die. (...) The families in need of domestics, or the farmers in need of breeding wenches, they look across at us and wait their turn. I’m too old for breeding. (PHILLIPS, 1994, p. 77)].

O leilão é o ponto máximo desta objetificação, porque mostra em fatos o que se praticava em discurso. Os escravos não tinham voz. As negociações eram feitas como se tratassem de coisas sem um momento qualquer de consciência por parte dos compradores que estavam comercializando pessoas. Martha entende bem isso: “Animais de fazenda. Móvel. Ferramentas de fazenda” [Farm animals. Household furniture. Farm tools (PHILLIPS, 1994, p. 76)]. Mas ela dá o primeiro passo para a subjetificação: ela tinha consciência da sua condição de objeto e do pertencimento a alguém. Ela tem voz, pelo menos em seu pensamento, o que mostra uma mulher naturalmente livre e subversiva.

Por fim, Martha fora vendida para a família Hoffman, ou seja, seus laços familiares foram cortados e ela ficara sem história e sem passado. Seu marido fora vendido para outro amo, bem como sua filha, característica marcante do colonialismo. Até suas coisas pessoais ficavam cada vez mais reduzidas: “Todas as suas coisas estavam penduradas numa trouxa que ela segurava na mão. Ela não tinha mais marido ou filha, mas a memória de sua perda era clara [All her belongings dangled in a bundle that she held in *one hand*. She no longer possessed either a husband or a daughter, but the memory of her loss was clear (PHILLIPS, 1994, p. 78, grifos nossos)]. Tal estratégia era muito útil ao amo, pois o escravo passava a pertencer *somente* a ele e sua vida era construída e moldada conforme as necessidades do branco. Como se vê no final do

trecho acima, além de muitos outros, a memória de Martha a atormentava: “ela se lembrava da postura desdenhosa do sobrinho do amo e da voz estrondosa do leiloeiro. (...) O comprador de escravos que tinha testado Lucas com uma vara o comprou por uma soma suntuosa [She remembered the disdainful posture of Master’s nephew, and the booming voice of the auctioneer. (...) The trader who had prodded Lucas with a stick bought him for a princely sum (PHILLIPS, 1994, p. 78)]. Assim, a objetificação trouxe conseqüências trágicas, de sua família Martha não tem informações ou contato, *somente* lembranças.

Ao serem ameaçados pelas lembranças e conseqüente tristeza de Martha, a família Hoffman, para seu próprio bem, tentou evangelizá-la. Isto faria com que ela servisse ao mesmo deus que eles, ou seja, tornar-se-ia mais obediente e até grata o que se ajustaria perfeitamente aos interesses do patriarcalismo e do colonialismo. Também é relevante o fato de o deus cristão ser representado pela figura masculina. Contudo, Martha “[...] não pôde encontrar consolo na religião, e era incapaz de se solidarizar com os sofrimentos do filho de Deus quando comparados a sua própria miséria” [...] could find no solace in religion, and was unable to sympathize with the sufferings of the son of God when set against her own private misery (PHILLIPS, 1994, p. 79)]. A este respeito, é interessante notar como a doutrina de igualdade, salvação e libertação da religião cristã se opunha à escravidão, o que denuncia uma incoerência da postura imperial que oprimia ao invés de libertar.

Quanto à figura masculina, sua supremacia aliada ao colonialismo foi tão internalizada por Martha, que mesmo depois que fuge, estando livre, ela adverte Chester, seu então pretendente, que não podia ter mais filhos. Ela havia aprendido isso no leilão: as mulheres que não podiam mais engravidar tinham seu preço diminuído e, apesar de Chester estar flertando com ela, Martha, de certa forma, se via como se estivesse sendo comprada. Por outro lado, depois da relação estabelecida, Chester e Martha eram parceiros (sujeito – sujeito) e viviam felizes juntos, e respeitando-se mutuamente como pessoas livres, em território livre.

Entretanto, mais uma vez a família de Martha teve sua vida invadida pela presença do homem branco. Mesmo estando trabalhando e, provavelmente, em virtude disso, pois não se aceitava a ascensão social e econômica do negro, Chester foi assassinado. Conviver com negros livres já era difícil para aquela sociedade branca excludente, mas com negros que ocupassem o mesmo patamar na comunidade era inconcebível, já que isso seria prova contundente do erro da escravidão, pois mostrava a

real igualdade existente entre brancos e negros. Por ser bem sucedido, Chester foi morto e isso faz com que Martha comece a recordar as outras perdas que havia sofrido (até revela a Lucy, sua amiga, que tinha tido uma filha) e, o que podia ser razão para desistir, para ela funcionava como combustível para continuar.

Havia, então, muitos grupos indo em direção ao oeste dos Estados Unidos em busca de ouro para fazer fortuna. Entre eles havia também grupos de negros viajando na mesma direção, mas com objetivo diferente: queriam fugir da escravidão e formar numa comunidade na qual pudessem viver e trabalhar como iguais. Novamente, Martha decide partir com eles, e, o que pode ser visto como autonomia (oferecer-se para trabalhar), também pode ser considerado como submissão (não só como negra, mas principalmente como mulher), pois talvez nunca tivesse se sentido como uma mulher livre e independente, sem precisar servir ninguém:

Você não me cobra a passagem e eu vou cozinhar, lavar roupas e cuidar muito bem dos doentes e indispostos. E eu não reclamarei de dormir no chão. Eu já fiz isso muitas vezes, enfrentei a terra dura como cama e o céu como coberta.

[You let me work my fare out and I'll cook, wash clothes, and powerfully nurse to the sick and ailing. And I ain't fussy about sleeping on no bare ground. I done it plenty of times before, had the beaten hardness of the earth for a bed and the sky for covering. (PHILLIPS, 1994, p. 89)]

Assim, embora Martha tenha tentado durante toda sua vida escapar do patriarcalismo e do colonialismo, ela sempre esteve submetida a eles. Primeiro porque ela passou a acreditar que tinha pouco valor. Depois, porque perdeu sua família duas vezes. Além disso, invariavelmente se questionava sobre o que estava fazendo, mesmo depois da Abolição em 1864: “Eu estava livre agora, mas era difícil dizer que diferença ser livre estava fazendo na minha vida. Eu estava simplesmente fazendo as mesmas coisas que antes(...)” [I was free now, but it was difficult to tell what difference being free was making to my life. I was just doing the same things like before (...)] (PHILLIPS, 1994, p. 84)].

Apesar da alforria oficial, o legado da escravidão marcou eternamente as relações humanas impedindo os homens de estarem num mesmo patamar. Isto explica porque ela está moderadamente feliz (...). De fato, a impotência que ela sentia como escrava quando foi separada da família ainda afeta sua

vida como uma mulher livre, embora de maneira menos tangível.

[In spite of official manumission, the legacy of slavery has forever tainted human relations by preventing men from meeting on equal ground. This explains why she is moderately happy (...). Indeed, the impotence she acutely felt as a slave when she was separated from her family still affects her life as so-called free woman, although in a less tangible way (LEDENT, 2002, p. 129)].

Deste modo, embora estivesse o tempo todo resistindo, ela carregava uma marca eterna e indelével (até fisicamente) do que havia sofrido. “Ela olhava para a palma de suas mãos onde a pele mais escura tinha derramado sangue por cima da pele mais clara e pensava se a liberdade era mais importante que o amor e até se o amor era de alguma forma possível sem que alguém o tirasse dela” [She looked at the palms of her hands where the *darker skin had now bled* into the lighter, and *she wondered if freedom was more important* than love, and indeed if love was at all possible without somebody *taking it from her* (PHILLIPS, 1994, p. 86, grifos nossos)].

Vê-se que a fuga atingiu sua relação amo vs. escravo, mas as conseqüências seriam duradouras. Martha ficou no meio do caminho, tentando escapar, mas ainda como vítima. Ela não era ainda sujeito mas, de certa forma, também não era mais o ‘outro’. Por fim, morreu sem família (“Ainda não havia notícias de Lucas” [There was still no news of Lucas (PHILLIPS, 1994, p. 94)]), mas, pior que isso, sem identidade (“E a mulher queria saber *quem* ou *o quê* esta mulher era. Eles teriam de *escolher um nome* para ela se ela fosse receber um funeral cristão” [And the woman wondered *who* or *what* this woman was. They would have to *choose a name* for her if she was going to receive a Christian burial (PHILLIPS, 1994, p. 94, grifos nossos)]). Ironicamente, seu próprio nome lhe foi substituído.

3.3.3 Resistência, Subjetividade e Identidade de Martha

Embora Martha sofresse uma forte opressão, ela lutava para resistir às táticas de seu amo e colonizador para manter *seu* controle. Tal resistência a levaria ao status de sujeito, pois este é o meio pelo qual se subverte o colonialismo.

É evidente que ela não podia expressar seu descontentamento claramente, com palavras, senão poderia ser punida ou até mesmo morta. Entretanto, há algumas ações e

comportamentos que podem ser vistos como auto defesa e resistência contra o homem branco.

Quando o capítulo se inicia, o leitor já sabe que Martha está indo na direção do Oeste dos Estados Unidos para encontrar Lucy, sua amiga, e formar uma comunidade de negros e encontrar sua filha. É importante dizer que seu objetivo é muito claro:

Aparentemente, atualmente os negros não estavam indo ao oeste em busca de ouro, eles estavam simplesmente *querendo uma nova vida* sem ter de prestar atenção no homem branco e suas maneiras. Queriam um lugar onde as *coisas fossem um pouco melhores que o ruim*, e onde você não precisasse olhar para trás desconfiado de que alguém fosse fazer algo errado. Queriam um lugar onde seus nomes não fossem ‘moleque’ ou ‘tia’ e onde *pudessem fazer parte deste país* sem sentirem-se como se realmente não o fizessem.

[Apparently, these days colored folks were not heading west prospecting for no gold, they were just *prospecting for a new life* without having to pay no heed to the white man and his ways. Prospecting for a place where *things were a little better than bad*, and where you weren't always looking over your shoulder and wondering when somebody was going to go wrong. Prospecting for a place where your name wasn't 'boy' or 'aunty', and where you *could be part of this country* without feeling like you wasn't really a part (PHILLIPS, 1994, p. 73, grifos nossos)].

Como se sabe, neste período, o homem branco estava migrando para o Oeste na busca de ouro e, conseqüentemente, de enriquecer. Por outro lado, estas pessoas simplesmente queriam formar uma nova comunidade, onde pudessem ser parceiras iguais. É interessante que logo no início, o leitor pode perceber os sentimentos e intenções de Martha, sendo possível encarar sua história como uma luta para atingir tais objetivos.

Além disso, é marcante como os escravos consideravam a vida como algo melhor e mais importante que o ouro. Enquanto todos estavam buscando riquezas, eles queriam algo mais valioso para eles: liberdade. Não a da escravidão, mas a do preconceito e do racismo. Mais que isso, eles não queriam isso apenas para si próprios, mas para aqueles que também padeciam, já que desejavam ser ‘parte do país’, tornar-se uma comunidade central e não periférica – uma forma significativa de resistência. Sua grande conquista era ser vista como sujeito, pessoa, livre da escravidão, do patriarcalismo e, desta forma, do colonialismo. No trecho: ‘desconfiado de alguém fosse

fazer algo errado’ [wondering when somebody was going to go wrong’], é claramente mostrado o quanto eles estavam, a cada gesto, sob o comando do homem branco.

É também notável que seus objetivos não podiam ser mais simples: Martha só queria levar uma vida *normal* e equilibrada. Ela não almejava enriquecer, mas ser livre como cidadã para trabalhar. Esta busca a manteve forte e esperançosa o suficiente para seguir em frente. Em outras palavras, isso mostra sua maior resistência, ou pelo menos, a que deu suporte a todas as outras. Todas as atitudes tomadas por ela para se salvar buscavam este desejo.

A personagem Lucy, amiga de Martha, mostrou que este desejo não era só dela, mas dos negros em geral. Ela já estava no oeste, e escreveu uma carta para Martha “praticamente implorando a ela para ir ao oeste e juntar-se a ela e seu companheiro em São Francisco” [practically begging her to come out west and join her and her man in San Francisco (PHILLIPS, 1994, p. 74)]. Eles queriam ser pioneiros no oeste, mesmo se isso levasse muito tempo, trabalho e esforço. Eles estavam dispostos a superar todos os obstáculos, desde que fossem livres. Este senso de formação de comunidade (*community building*) pode ser visto como um dos tipos de resistência mencionados anteriormente. Tal esforço compreende-se pela

potencialidade do nativo para fomentar a comunidade, o altruísmo, a reconciliação e a inclusão. De fato (o colonizado) empenha-se em *construir a comunidade*: promove encontros de nativos, acolhe as pessoas excluídas, unifica a nação, e é elo de união na família (...). A ‘africana’ Martha, no romance *Crossing the River* (1993), de Caryl Phillips, contrapõe-se ao capitão inglês do navio negreiro, e constrói comunidades em todos os ambientes e circunstâncias em que ela se encontra (BONNICI, 2005, p. 20).

Isto significa que os negros também queriam *sua* sociedade, onde as pessoas pudessem trabalhar e ninguém tivesse poder sobre a outra. Eles sonhavam viver numa relação sujeito – sujeito, em que todos vivessem seu papel sem a interferência de ‘proprietários’. Em suma, apesar do descrédito de seus amos, eles seriam todos ‘norte-americanos’, não tinham ainda sua própria terra e precisavam transformar aquela em que estavam em seu lugar. Os negros queriam equiparação com os brancos em todas as áreas da vida em sociedade, pois eles estavam na mesma condição de trabalhador do branco.

Este desejo pela formação de comunidade por parte do nativo é muito mais evidente na mulher colonizada, dada sua natureza de preservação da família.

O colonialismo operou muito diferentemente para a mulher e para o homem, e a ‘dupla colonização’ que resultou do fato de as mulheres estarem submetidas a ambas discriminação geral como sujeitos coloniais e à discriminação específica como mulheres precisa ser levada em conta em qualquer análise de opressão colonial.

[Colonialism operated very differently for women and for men, and the ‘double colonization’ that resulted when women were subject both to general discrimination as colonial subjects and specific discrimination as women needs to be taken into account in any analysis of colonial oppression (ASHCROFT, 1998, p. 105)].

Por isso, o comportamento típico da mulher colonizada – e não do sujeito colonial em geral – deve ser analisado. A resistência silenciosa como a de Martha – e a formação de comunidades é uma característica feminina que se destaca – refuta a idéia de que a mulher era totalmente subordinada e passiva ao invasor.

Pela mesma razão, Martha também guardava memórias de seu marido e sua filha. Ela pensava sobre eles e sobre todo o sofrimento. É preciso ser dito que quando alimentava tais recordações, também se tornava mais resistente ao homem branco. A seguinte passagem mostra isso muito claramente:

Ela não possuía mais marido ou filha, mas a memória da perda deles era clara. Ela se lembrava da postura desdenhosa do sobrinho do amo e da voz estrondosa do leiloeiro. Ela se lembrava das senhoras do sul em seus chapéus de algodão branco e seus vestidos de manga longa (...).

[She no longer possessed either a husband or a daughter, but her memory of their loss was clear. She remembered the disdainful posture of Master’s nephew, and the booming voice of the auctioneer. She remembered the southern ladies in their white cotton sun bonnets and long-sleeved dresses (...) (PHILLIPS, 1994, p. 78)]

Ela também tentava raciocinar, tentando entender por que isto estava acontecendo: “Eles me compraram para me matar?” [Did they buy me to kill me? (PHILLIPS, 1994, p. 78)]. Embora seja um simples pensamento, isto mostra seu desacordo com a situação e, mais que isso, sua esperança de escapar dela. Esta não é

uma resistência direta a seu amo, mas é a única que ela poderia ter. Martha tinha em mente que estar sob o controle alheio não era aceitável e isso a mantinha no caminho de seu desejo: ter uma vida nova, ser parte da nação.

Além disso, algumas das ações mais simples e pequenas podem ser vistas como grandes conquistas, como verdadeira resistência para ela. Na condução da família Hoffman, por exemplo, uma “mulher ofereceu à Martha um lenço de renda, *o qual Martha recusou*” [woman offered Martha a lace handkerchief, *which Martha refused* (PHILLIPS, 1994, p. 79, grifos nossos)], ou seja, ela mostrou *sua* vontade e isso, neste contexto, deve ser considerado relevante. Outro momento importante a ser ressaltado é quando os Hoffaman a levam para ser evangelizada: “o sr. e a sra. Hoffman levaram Martha com eles para um reavivamento de quatro dias perto do rio, onde um jovem missionário dedicado tentou iluminar a escura alma de Martha” [Mr and Mrs Hoffman took Martha with them to a four-day revival by the river, where a dedicated young circuit rider named Wilson attempted to cast light in on Martha’s dark soul (PHILLIPS, 1994, p. 79)]. Obviamente, eles não queriam seu bem estar, mas a queriam *domada* para servir melhor, já que a produção melhora quando não se está deprimido e quando se acredita que se deve servir ao seu amo.

Entretanto, “Martha não encontrou conforto na religião e foi incapaz de se solidarizar com os sofrimentos do filho de Deus quando comparados a sua própria miséria” [(...) Martha could find no solace in religion, and was unable to sympathize with the sufferings of the son of God when set against her own private misery (PHILLIPS, 1994, p. 79)], e isto pode ser considerado uma das grandes resistências apresentadas por Martha em toda sua vida. Aceitar a religião de seus amos era aceitar a crença (e tomá-la como verdadeira) das pessoas que a torturavam e ainda se despir de sua própria cultura e substituí-la por algo que violava sua identidade. As vozes que ouvia a remetem às vozes africanas, à sua história, e ela não podia negá-las pois elas a mantinham resistente. “Martha às vezes ouvia vozes (...). Ele se viu tomada de solidão (...). Vozes do *passado*” [Martha sometimes heard voices (...). She found herself assaulted by loneliness (...). Voices from the *past* (PHILLIPS, 1993, p. 79, grifo nosso)]. Além disso, deus estaria identificado com seu amo, já que ela seria tão submissa a ele quanto o cristianismo pregava.

Mais tarde, a família Hoffman decidiu ir à Califórnia, já que a colheita e o gado não estavam sendo proveitosos. Vendo isto, Martha sabia o que iria acontecer (p. 79), o que significa que ela *observava e tentava entender* os acontecimentos a seu redor, uma

forma de resistência. Deste modo, ela não era apenas um objeto manipulado pelos seus amos. Ela fica então ciente da decisão sobre mais uma mudança uma semana antes da partida: ela seria enviada para o outro lado do rio o que, para ela, era o mesmo que ir para o inferno, ou seja, para os estados do leste que, ao contrário do oeste, ainda mantinham escravos. O mais significativo acerca desta cena é que, pela primeira vez, Martha *fala*: “Finalmente ela perguntou, ‘quando?’ Ela foi incapaz de dizer se o tinha interrompido” [Eventually *she asked*, ‘When?’ She was *unable to tell whether she had cut him off by speaking* (PHILLIPS, 1994, p. 80, grifos nossos)].

Em virtude disso, ela toma, possivelmente, a decisão mais importante de sua vida: fugir. Em todo o texto, este é o melhor exemplo de sua resistência e, conseqüentemente, uma prova de que o colonizado tem voz, mesmo sem falar.

Naquela noite, Martha arrumou sua trouxa e deixou a casa. Para onde ela não estava certa (não importa onde) estando ciente apenas de ir para o oeste (ir ao oeste), longe do grande rio (longe do inferno) e evitar os comerciantes de negros que alegremente a venderiam de volta perto da fronteira dentro do Missouri. (...) ela sabia que o céu estava repleto de estrelas. (Sentindo-se bem).

[That night, Martha packed her bundle and left the house. For where, she was not sure (don't care where) being concerned only with heading west (going west), away from the big river (away from Hell), and avoiding nigger traders who would gladly sell her back over the border and into Missouri. (...) she knew the sky was heavy with stars. (Feeling good.) (PHILLIPS, 1994, p. 80)].

A reação de Martha exemplifica bem o tipo de resistência não-violenta a que Arendt se refere. Sua resistência, embora seja *silenciosa* é eficaz. Além disso sua atitude é realmente significativa para provar como ela sempre foi fiel a seu objetivo. Tudo o que ela fez foi intencionando ir para o oeste para viver uma vida livre. Ela estava na busca de sua utopia, ou seja, o céu cheio de estrelas que estava *acima* e *à frente* (oeste), em contraposição ao inferno (leste).

Martha olhou para trás enquanto corria. (Como o vento, garota.) E então, mais tarde, ela viu a *aurora anunciando sua audaciosa chegada* e uma Martha sem fôlego parou para descansar embaixo de um grande salgueiro. (Ninguém é meu dono agora.) Ela olhou para cima e por entre os galhos *ela viu a estrela da manhã* pulsando no céu. Como se tivesse indiferentemente tentando preservar sua vida no coração de um *novo dia*.

[Martha looked over her shoulders as she ran. (like the wind, girl.) And then, later, *she saw dawn announcing its bold self*, and a breathless Martha stopped to rest beneath a huge willow tree. (Don't nobody own me now.) She looked up, and through the ticket of branches *she saw morning star* throbbing in the sky. As though recklessly attempting to preserve its life into the heart of a *new day*. (PHILLIPS, 1994, p. 80, grifos nossos)].

Ao fugir, Martha vê um novo dia nascendo, ou seja, um recomeço, uma vida nova. O texto enfatiza isso ao colocar, pelo menos três vezes, sobre o novo dia que se inicia. Até mesmo sua “audaciosa chegada” se remete à atitude corajosa de Martha e de como este vem a ser o ponto chave de sua resistência: a fuga para o recomeço de uma nova vida metaforizada pelo início do dia. Assim que vê a aurora, ela se sente livre. Deste modo, o raiar do dia marca o princípio de sua liberdade.

Depois de ter escapado, Martha se encontra numa condição muito diferente. Já se passaram dez anos desde que ela chegou em Dodge “e começou a lavar roupas, depois a cozinhar e então as duas coisas quando Lucy concordou em ajudá-la (...)” [and set up laundering clothes, then cooking some, then doing both when Lucy agreed to come and help (...)] (PHILLIPS, 1994, p. 82)]. Ela estava então trabalhando com uma amiga, ganhando seu próprio dinheiro, o que se contrapõe ao estereótipo do negro preguiçoso e parasita cunhado pelo branco.

Além disso, ela conhecera Chester e estava apaixonada por ele. Nas palavras de Martha: “este homem me fez esquecer – e isto é um presente dos céus. Eu nunca pensei que alguém pudesse me dar tanto amor, mesmo sem tentar, mesmo sem fazer esforço algum, sem fazer estardalhaço sobre isso” [this man made me forget – and that's a gift from above. I never thought anybody could give me so much love, even without trying, even without appearing to make any effort, without raising no dust about it (PHILLIPS, 1994, p. 84)]. Ela não estava habituada a receber qualquer tipo de demonstração de afeto, mas agora, depois de ter escapado, ela tinha conseguido até ter seu próprio negócio. Ela mesma não sabia a diferença que isto tinha feito, mas se sentia bem e isso era o suficiente. Este período de sua vida foi marcante: ela estava trabalhando, apaixonada por Chester e dividindo trabalho com uma amiga, enfim, vivendo uma relação sujeito – sujeito.

Sua resistência contra o homem branco pode ser simbolicamente vista por três perspectivas. Primeiramente, ela estava trabalhando, ganhando seu próprio dinheiro. Em segundo lugar, estava apaixonada, reiniciando uma família. Finalmente, Martha tinha

uma parceria com Lucy, construindo uma comunidade. Estes três aspectos levam a três tipos de resistência – trabalho, amor e formação de uma sociedade – o que a conduzia ao seu propósito: tornar-se sujeito. A esta altura da vida, Martha estava começando a se estabelecer como uma pessoa independente.

Contudo, sua vida ainda estava marcada pela opressão do homem branco. De certa forma, ela voltou ao início (quando sua família tinha se perdido), quando Chester morreu. Ela estava tão machucada que não conseguia ao menos chorar (p.85). Agora, Lucy é uma das que resiste e quer convencer sua amiga a tentar fazer a vida em Leavenworth. Martha já estava cansada e não era mais fisicamente forte. Os anos estavam passando. “À noite seus pés e tornozelos estavam muito inchados (...) e suas roupas íntimas ficavam estranhamente apertadas” [By evening her feet and ankles were so swollen (...) and her undergarments now grew strangely tight (...). She desperately needed to rest (...)] (PHILLIPS, 1994, p. 86)]. Mesmo não se sentindo bem, Martha concordou em ir a Leavenworth e recomeçar tudo. Ela não desistira e mantinha sua resistência silenciosa e não-violenta. Ao invés de clamar por vingança aos americanos que haviam matado Chester, ela simplesmente se afasta.

Quando soube que havia um grupo de pioneiros negros partindo para a Califórnia, “Martha tinha a estranha noção de que ela também deveria tornar-se parte do êxodo de negros que estava indo para o oeste” [Martha had a strange notion that she, too, must become a part of the colored exodus that was heading west” (PHILLIPS, 1994, p. 87)]. Na verdade, esta “estranha noção” devia ser seu desejo primeiro de viver livremente em uma comunidade de iguais. Ou seja, ela estava sempre agindo de forma que pudesse atingir seu objetivo, mesmo que conscientemente não soubesse disso. Este é o rastro de sujeito que ainda havia dentro dela e que clamava por liberdade. Isto é tão claro, que ela não pergunta se pode juntar-se a eles, ela apenas *comunica-lhes*. Suas recordações também trabalham em seu favor, pois ela imagina: “Eu sei que vou encontrar minha filha na Califórnia” [I know I’m going to find my child in California (PHILLIPS, 1994, p. 89)].

É também interessante que, o que por um lado poderia ser visto como um traço do patriarcalismo (submissão, pois afirma que vai cozinhar *para* eles), é considerado neste momento como a emergência de sua subjetificação, já que ela diz: “Meu papel será cozinhar para vocês” [My role will be to cook for you (PHILLIPS, 1994, p. 88)], definindo, literalmente, apesar de já estar velha e fraca, seu *papel* no grupo, como *parte* dele, sem tornar-se um parasita. Na descrição da viagem, é possível ver que a procura

pela liberdade era algo dividido por todos: “Uma vez lá, todos eles sonham em saborear a verdadeira liberdade” [Once there, they all dream of tasting true freedom” (PHILLIPS, 1994, p. 93)]. A ‘verdadeira liberdade’ não era somente a da abolição, a qual já tinham, mas a do racismo e do preconceito da sociedade.

Depois de banida a escravatura, os negros recebiam lotes para produzir, ficavam a sua própria sorte ou, não acreditando nesta “verdadeira liberdade” formavam comunidades de negros – sujeitos. O número de escravos que se direcionava ao oeste para trabalhar e viver em grupos de indivíduos iguais é prova contundente de que a abolição só ocorreu na teoria.

Em outras palavras, a história de Martha é apenas uma representação deste grupo que estava resistindo à opressão, já que tinham os mesmos sentimentos. Com todos os obstáculos, Martha nunca abandonou seu sonho. Mesmo sem perceber, ela conduziu sua vida de forma a tornar-se sujeito.

3.3.4 Conclusão

Fica evidente a resistência de Martha contra a escravidão, o patriarcalismo e o colonialismo. Martha é descrita como uma personagem determinada que estava na busca de tornar-se sujeito para fazer de sua mera existência uma vida em si. Conseqüentemente, ela usou diferentes ferramentas, mesmo estando, na maioria das vezes, inconsciente disso.

Martha estava tentando exaustivamente construir sua vida e ter sua própria família, mas o homem branco apresentava tantas dificuldades e obstáculos, que isto se tornou quase impossível para ela. Seu sofrimento para se erguer como sujeito nos conduz à idéia de que ela não nasceu como pessoa, mas foi imposto que ela deveria se *tornar* uma e isso passou a ser sua ambição. A resistência de Martha foi, contudo, não-violenta, pois consistiu em trabalhar para seu próprio sustento, fugir, refutar a religião e construir comunidades por onde passava.

Seu enfrentamento a acompanhou mesmo depois da Abolição da escravatura, o que mostra que o negro ainda estava submetido ao racismo branco. Assim, embora estivesse sempre resistindo, mesmo que de forma não-violenta, mas nem por isso menos eficaz, Martha terminou como vítima do colonialismo. Não se pode negar que ela não era mais uma escrava, mas as conseqüências das ações do homem branco estavam com ela para sempre, profundamente inscritas em sua memória. Estando ela no leito de

morte, o leitor percebe que Martha passou toda sua vida tentando ser alguém e, no fim, ela pôde ter apenas uma pequena amostra da pessoa que poderia se tornar.

Por outro lado, percebe-se que enquanto o colonialismo e a conseqüente escravidão destroem os laços familiares, as mulheres constroem. A busca de Martha por formar grupos familiares (com Lucy, Chester, o grupo de viajantes e sua procura por Eliza Mae) comprova isso. Ou seja, a força feminina é importante para reverter tal opressão, a condição compulsória de objeto.

De fato, Martha é uma personagem representativa. Embora tenha um nome, ela é uma mulher negra, excluída e periférica como muitas outras que passaram sua existência tentando fazer a vida valer a pena. Sua venda e sua estada na Virgínia não foi algo singular, mas uma história repetida milhões de vezes com os negros. Da mesma forma, os amos não têm um nome (exceto a família Hoffman) para que a amplitude destes acontecimentos seja compreendida.

3.4 Hamilton

3.4.1 Introdução

O capítulo *Crossing the River*, homônimo ao título do livro, refere-se à viagem de um capitão inglês de navio à África, partindo da Inglaterra, na busca de escravos para sua posterior venda no Caribe ou no sul dos Estados Unidos.

O gênero deste capítulo é de diário de bordo que revela a história do capitão Hamilton, um inglês de Liverpool, que trabalha, com seu navio, no comércio de escravos subindo e descendo a costa do continente africano. Estruturado sob a forma de diário de bordo, contém eventos sobre compra e venda de escravos, os problemas acerca dos negócios e as doenças que acometem os escravos, e mais duas cartas a sua mulher que vive e o espera na Inglaterra.

O diário e as cartas se contrapõem em sua forma. Enquanto os primeiros são objetivos, lacônicos, sem emoção, quase telegráficos e reticentes, as cartas têm um estilo florido, rebuscado, emocional e reflexivo. Tal paradoxo (já que é o mesmo capitão Hamilton que escreve ambos o diário e as cartas) será analisado mais adiante.

Alguns pontos mostram que o capítulo se destaca como o ‘cardo’ dos eventos posteriores ou anteriores a ele. Primeiramente, este capítulo se encontra no meio do livro, entre as histórias de Nash e Martha e a de Travis. Além disso, recebe o mesmo

título da obra, que usa a palavra ‘rio’ (*River*) para metaforizar o Oceano Atlântico. Contudo, o aspecto mais relevante é o fato de ele se tratar de uma narrativa que entrelaça histórias de negros e brancos durante a escravidão. Os dois lados aparecem aqui interligados e não em pólos opostos como se costuma ver. Um outro ponto é que o capítulo ora sob estudo se liga ao prólogo e ao epílogo, que relata, respectivamente, a venda de três irmãos pelo pai africano e sua dor – negócio que teria sido realizado pelo capitão Hamilton – que mais tarde vão figurar como Nash, Martha e Travis, desta forma ligando-se também aos demais capítulos. Além disso, o livro é dedicado àqueles que cruzaram o rio (“For those who crossed the river”), ou seja, a ‘todos’ que assim o fizeram, tanto brancos quanto negros. Assim, *Crossing the River* é uma espécie de ‘espinha dorsal’ da obra, do qual se desdobram todas as outras histórias narradas.

Portanto, o terceiro capítulo traz a perspectiva do Capitão, do homem branco – do colonizador, do Outro, (outro ponto de destaque ao capítulo, que traz a narrativa do amo, ao contrário dos demais, que apresentam a perspectiva do negro). Isto também se remete ao título, já que o aspecto histórico-literário da escravidão e do imperialismo sob o foco ‘invertido’, do opressor e não do oprimido, ou seja, a partir da ‘outra margem do rio’ é que vai ser estudado. A narrativa de Hamilton versava sobre sua preocupação com o negócio da escravidão, as finanças, ou seja, este era seu ponto diretor. A narrativa do amo tem ainda a visão panóptica de classificação, julgamento, fiscalização e punição.

Este ‘Outro’ mencionado é produto da dicotomia sujeito vs. objeto criado pelo discurso do dominador. O sujeito revela-se como agente, autônomo e independente. É um ser eurocêntrico (dado o porto de onde parte o navio), dominador, civilizado, com superioridade moral e religiosa, que tem uma literatura (com uma conseqüente história) e um discurso, haja vista o próprio diário de bordo.

Por outro lado, tem-se o objeto, ou o ‘outro’. Este é, por sua vez, periférico, subalterno, primitivo e selvagem, com a oralidade em detrimento da literatura, retratado com estereótipos pejorativos e com a superstição e misticismo no lugar da religião. O objeto não se mostra somente na figura do negro, mas também nos subalternos ao capitão. Numa metáfora do mundo, a tripulação era dividida em categorias, sendo que, a mais inferior sofria mais com a outremização. Desta forma, os grupos de pessoas se dispunham em círculos concêntricos (com o capitão ao meio) e, quanto mais afastados do núcleo, mais discriminação sofriam. Assim, os negros ocupavam a última escala e a mulher negra estava ainda mais distante.

3.4.2 Hamilton – sujeito fragmentado

O Capitão James Hamilton é um homem branco, de 26 anos, cuja viagem se inicia em 24 de agosto de 1752, partindo de Liverpool, na Inglaterra, em direção à costa da África. No início do capítulo, há uma lista da tripulação do navio, com os nomes e respectivas funções – todos subordinados ao capitão.

Deste modo, quando se observa o comportamento do capitão Hamilton, ele é logo identificado como o sujeito (Outro) que outremiza o objeto (outro). Vê-se que ele sai de *sua* terra (Inglaterra-Europa) na busca da exploração de *outra* terra e seus habitantes. Ele *passa* pela costa da África e isso mostra sua agência naquele lugar. Só esta postura já justifica assumi-lo como aquele que detém poder e soberania. Além disso, o registro dos fatos é feito por ele, portanto, sua narrativa é a dominante.

Contudo, a literatura pós-colonial lança dúvidas sobre conceitos como ‘verdade’, ‘realidade’ etc., (ou seja, sobre as metanarrativas) vistos agora como produções da linguagem; e é com a ferramenta da desconstrução e com a observação da imanência ou transcendência por parte do sujeito que se trabalha na análise do capítulo sob estudo, já que se averigua a postura do Capitão em sua fragmentalidade.

Tal narrativa dominante por ele apresentada é subvertida e rechaçada pelas brechas deixadas ao leitor em seus diários, bem como as cartas a sua esposa que mostram, respectivamente, o ponto de vista do escravo e a outra face de Hamilton. Desta forma, há espaço para a pluralidade de vozes excluídas, para a cultura popular e aniquilação da distinção entre esta e a alta cultura (BERTENS, 2001, p. 142).

Está aí a subversão do discurso, a tentativa da desconstrução da ideologia do outro. “Trata-se de se apoiar na convicção de que oposições (modelo vs. imitação, dominador vs. dominado, forte vs. fraco) não são absolutamente naturais, nem inevitáveis, mas construções ideológicas que podem ser desconstruídas, isto é, submetidas a estrutura e funcionamento diferentes” (ZOLIN, 2005, p. 183).

O sujeito, a pessoa real, é fragmentado, não importa a que classe, raça ou gênero pertença. Assim, o texto deixa explícita a subjetividade quebrada de Hamilton (em contraposição à objetividade dos escravos e da tripulação), para chamar atenção para a comunhão de brancos e negros sob o denominador de ‘sujeito comum’ e para abrir espaço para a subversão do patriarcalismo exercido sobre o outro.

Há, então, na obra, o engajamento com a pessoa real/concreta, que naturalmente apresenta contradições e a tomada de uma postura não acusatória ou

condenatória, visto o caráter nato do ser humano como possuidor de qualidades positivas e negativas. Olhar o sujeito/personagem como representante exclusivo do bem ou do mal é uma interpretação maniqueísta e, portanto, simplista, que não serve à literatura nem ao evento da escravidão.

3.4.3 Hamilton demonizado – Diário de Bordo

O leitor conhece a história da vicissitudes do capitão Hamilton na costa Africana por meio de seu diário. Nele, há registros do clima, do número de escravos comprados, fugidos, mortos, doentes etc. Embora os dados sejam objetivos, pode-se ter acesso ao ambiente do navio: as sensações, comportamentos (não só do capitão), mas principalmente a percepção a partir do personagem de Hamilton, já que ele é quem escreve o diário.

O navio deve, neste contexto, ser tomado como um microcosmo, ou seja, uma sociedade organizada em camadas. Neste sentido, vemos que o capitão está no topo. Na própria relação dada pelo autor no início do capítulo, seu nome é o primeiro a aparecer, com a designação de ‘Master’. Em seguida, aparecem os demais tripulantes, em ordem hierárquica, mas os nomes e a quantidade de escravos não é registrada.

Aprende-se claramente como o capitão se sobrepõe às pessoas (e é importante ressaltar: sejam elas brancas ou negras) que estão abaixo de seu posto. Quando da leitura do diário, percebe-se qual é a postura do capitão diante deles: superioridade e dominação. Há vários trechos que comprovam isso, como por exemplo:

Esta manhã descobri que William Barber, o *tanoeiro*, perfurou um tonel de cerveja reservado para o uso da cabine e encheu-o com água. *Coloquei-o nos ferros* e, estando os fatos provados, *ordenei 12 chibatadas ...*

[On this morning discovered William Barber, *Cooper*, guilty of broaching a cask of ale *reserved for cabin use* and filling with water. *Put him in irons* and, the facts being fully proved, *ordered 12 lashes...* (PHILLIPS, 1993, p. 102, grifos nossos)].

Vê-se, então, que numa escala hierárquica, os subalternos com cargos de maior relevância que vêm logo abaixo de Hamilton são vistos por ele com mais respeito. Assim, o grau hierárquico e o tratamento dispensado pelo capitão são inversamente proporcionais. Desta forma, a punição dispensada aos brancos era muito mais branda

que aos negros, não importando a gravidade do delito. É raro um registro de maus tratos ao primeiro imediato ou ao médico, mas diversos são encontrados, quando se trata dos outros cargos: “*Corrigi o carpinteiro com 12 açoites* por promover uma arruaça enquanto buscavam lenha...” [*Corrected the Carpenter with dozen stripes of the cat for making a commotion while fetching wood...* (PHILLIPS, 1993, p. 103, grifos nossos)].

Do mesmo modo, o tratamento dado aos escravos doentes praticamente não existia pois, na escala hierárquica, encontram-se, nos últimos lugares, o negro e, por fim, a escrava (duplamente inferiorizada por ser negra e mulher). Primeiramente, vê-se que eles são nomeados apenas como ‘escravos’, ou seja, não têm nome, identidade: “O sr. Lewis me prometeu 2 dúzias dos melhores *escravos* se eu ficar por mais alguns dias” [Mr Lewis has promised me 2 dozen of the finest *slaves* if I will tarry a few more days (...)] (PHILLIPS, 1993, p. 105, grifo nosso). Mas, pior que isso, quando há referência a um deles, esta é feita por números, como uma mercadoria, já que é assim que o capitão os considerava, pois este era seu ‘negócio’:

(...) Desde o pôr-do-sol até a meia noite tempo muito ruim, chuva forte, fortes correntes de ar e ondas muito altas. Numa tempestade 2 *meninas escravas*, que estavam doentes há tempos, morreram. *Nos 117 e 127.*

[...] From sunset till midnight very coarse weather, hard rain, strong gusts of wind and a very high swell. In this commotion 2 *girl slaves*, who have long been ill of a flux, died. *Nos 117 and 127.* (PHILLIPS, 1993, p. 116, grifos nossos)]

O fato de numerar os negros ou de considerá-los como coisas é um exemplo flagrante da objetificação ou da outremização que, neste caso, se dá nas três formas descritas por Spivak (1987), quais sejam, (a) a exploração física do território, (b) o ato de denegrir o nativo (denominando-o ‘bestial’, preguiçoso etc.) e (c) a construção do hiato entre o europeu (eu) e o outro (ele). Assim, o colonizado acaba por ser “uma criação do império e, ao mesmo tempo, o sujeito degradado do discurso imperial (BONNICI, 2005, p. 45).

O capitão é aquele que *observa* os escravos, é quem *olha* e escreve sua história e é

através do olhar, da vigilância (...) sinônimos do poder, que o colonizador define a identidade do sujeito colonial, objetifica o sujeito no sistema identificador das relações do poder e salienta a subalternidade dele. Através do olhar, o sujeito colonial é

interpelado pela exclusão e desaprovação. Conseqüentemente, este começa a aceitar os valores e a ideologia do colonizador e comportar-se de acordo com seus pressupostos (BONNICI, 2005, p. 41).

Da mesma forma, o patriarcalismo (termo que designa que “toda instituição social concentra-se na figura de um chefe, o patriarca, cuja autoridade era preponderante e incontestável” (ZOLIN, 2005, p. 183)) também coopera para tal fim. Aquele exercido do homem contra a mulher não é o que se trata aqui, mas aquele que metaforiza esta relação, ou seja, da dominação do que *se diz* mais forte (neste caso, a hegemonia européia) sobre aquele que *foi definido* como mais fraco.

Todos estes conceitos – outremização, objetificação, o uso da observação e o patriarcalismo – estão interligados constituindo a base para a construção e exploração do outro.

Claro que, como em toda a obra, o capitão Hamilton representa uma face da (H)história. O enredo é sobre sua vida e seu trabalho, mas a personagem nos remete a algo muito maior. Hamilton retrata o colonizador, o homem branco, europeu, o Outro, o sujeito sempre correto cujas ações não podem ser questionadas. Tem-se, assim, a demonização de Hamilton que se apresenta como um sujeito totalmente mau e que vê o mundo e as pessoas como oportunidades de negócios.

A demonização é o processo pelo qual indivíduos, grupos, organizações etc. são vistos como corruptos, amedrotadores, imorais e nefastos. Assim como os negros foram vítimas da demonização, quando da associação da sua imagem ao que era inapropriado, não-civilizado e selvagem, os brancos também o sofreram por parte dos abolicionistas. Desta forma, a demonização pode ocorrer com o intuito de modificar ou ‘reconstruir’ um ‘outro’ e, às vezes, pelo desejo de vingança.

Da mesma forma que os negros foram demonizados para justificar a escravidão, os brancos assim o foram para mobilizar pessoas favoráveis ao movimento em prol da abolição. Contudo, uma vez demonizado, o grupo ou indivíduo tem grandes dificuldades para apagar tal imagem e desvalorizar os conceitos já propagados.

O que ocorre, então, é que ao invés de promover o equilíbrio (uma sociedade de iguais), a revolta contra a escravidão gerou o movimento contrário: o preconceito contra o branco, como representante absoluto do mal. Tem-se, assim, a predominância do dualismo / binarismo que simplesmente opõe grupos de pessoas como completamente antagônicos.

Outro ponto significativo é que o diário de bordo escrito pelo capitão Hamilton, que data de 24 de agosto de 1752 (data da partida de Liverpool, na Inglaterra com destino à África) a 21 de maio de 1753 (quando já está em direção ao Caribe ou aos Estados Unidos e perde de vista o continente africano) são compostos de elipses, deixando, como na realidade aconteceu, a história da escravidão fragmentada e incompleta. Apesar de se tratar da história dos negros, ela foi escrita pelos brancos e por isso omitida e/ou desvirtuada. Documentos foram destruídos, os culpados são pouco ou nada mencionados, o usufruto extensivo da escravidão também não (nem tampouco questionada ou condenada) e as manifestações por parte dos escravos só são reveladas nas entrelinhas.

Logo na lista de tripulantes do navio apresentada inicialmente no capítulo, por exemplo, muitos nomes são omitidos, principalmente dos funcionários pobres de mais baixo escalão, mesmo sendo brancos. Obviamente, também não há nomes de negros – são denominados com números – tampouco sua voz, seu olhar sobre os acontecimentos: “George Robinson seduziu uma escrava (...) eu o coloquei em ferros. (...) Seu número é 72...” [George Robinson seduced a woman slave (...) I put him in irons. (...) Her number is 72... (PHILLIPS, 1993, p. 115)]. A designação por meio de números apenas estampava o quão inconsciente o capitão era de que estava tratando com pessoas. Ele analisava suas compras como um produto, se objeto adquirido viria ou não a dar lucro. “Eles trouxeram uma mulher escrava, a qual recusei por ter os seios caídos” [They brought a woman slave, whom I refused being long-breasted (PHILLIPS, 1993, p. 104)]. Esta passagem mostra como ele verificava o ‘artigo’ que comprava: por ser velha (seios caídos), a escrava não oferecia grande possibilidade de lucro, então foi descartada.

Por outro lado, aspectos do próprio Hamilton e de outros brancos são omitidos. Sua partida de volta ao Novo Mundo, por exemplo, é registrada, mas não se sabe sobre a viagem ou se houve uma chegada, já que um dia antes de deixar a África o capitão se encontra doente. “Ao meio dia, me vi indisposto com um pouco de febre e com meus olhos ficando cansados. O sr. Allen me garantiu que (com a bênção de Deus) devo melhorar” [At noon discovered myself indisposed of a small fever, and my eyes grown very weak. Mr Allen assures me that I am (by God’s blessing) sure to recover (PHILLIPS, p. 124, 1993)]. Assim, as elipses mencionadas não dizem respeito apenas à história dos negros, mas a de todos que cruzaram o Atlântico.

Deste modo, vê-se que não só as cartas à esposa, mas também os diários são fontes subliminares da fragmentação de Hamilton, que mostram que em meio à trama estampada de mal, há fios humanizados que ficam bem expostos em suas cartas de amor.

Opondo-se à objetificação, observa-se a resistência. É importante ressaltar a subversão, já que este é o caminho para a subjetividade e para a identidade. Meios violentos, como motins, eram empreendidos contra o subjugo da escravidão. No dia 20 de maio, por exemplo, já prestes a partir, o capitão “descobriu uma conspiração organizada pelos homens escravos contra nós. (...) e puniu os líderes” [discovered a conspiracy among the men slaves to rise upon us. (...) and punished the *ringleaders* (PHILLIPS, 1993, p. 124, grifo nosso)]. O fato de haver líderes mostra a *organização* de suas rebeliões, bem como a união entre os escravos contra Hamilton (ou o que ele representava), *resistindo* à opressão.

Os negros também tentavam escapar, como mostra, entre outras no texto, a seguinte passagem: “quatro tentaram se livrar dos ferros e depois de uma busca em seus cômodos, algumas facas e pedras etc. foram encontradas” [4 attempting to get off their Irons, and upon further search in their rooms found some knives, stones etc. (PHILLIPS, 1993, p. 114)].

Também para obstar o sujeito demonizado de Hamilton, os escravos bebiam e cantavam suas canções, provavelmente em *sua* língua, que remetiam ao seu país e suas recordações: “Eles se juntam e cantam suas melancólicas lamentações” [They huddle together, and sing their melancoly lamentations (PHILLIPS, 1993, p. 124)]. Isso mostra a busca pela sobrevivência de sua cultura e tradição, aspectos que compõe a subjetividade e identidade, respirando quietas em meio à invasão imperial.

3.4.4 Hamilton humanizado – Cartas à Esposa

Em primeiro lugar, é interessante notar a dedicatória em seu livro: “For those who crossed the river” (ou o *Middle Passage*, “a viagem dos doze milhões de escravos a partir dos portos da África aos portos brasileiros, norte-americanos e caribenhos nos navios tumbeiros, entre os séculos 16 e 19” (BONNICI, 2005, p. 38). Como já foi falado anteriormente, cruzar o rio significa ir para o outro lado e, não só os escravos o fizeram, mas também todos aqueles envolvidos neste processo, como a personagem sob estudo.

No capítulo sob tela, Hamilton é apresentado como um homem de 26 anos, casado e sem filhos. Assim, a narrativa se dá sobre um homem rico e branco que, por outro lado, está, em virtude da escravidão, separado de sua mulher. Além disso, a profissão de negociar escravos não foi por ele escolhida, mas herdada do pai, já falecido, de quem ele sempre procura notícias em suas viagens. Desta forma, um primeiro aspecto que se pode notar, abraçando a perspectiva do autor acerca da narrativa não-vitimizada, é que a escravidão também destrói as conexões familiares dos brancos e não apenas dos negros. O fato de o imperialismo destruir famílias é um tanto óbvio. Porém, perceber que o branco envolvido no processo de escravidão também teve seus entes roubados demonstra uma visão imparcial, não engajada e, portanto, equilibrada e confiável do processo de colonização.

De maneira muito inteligente, o autor nos mostra os dois lados e, neste capítulo especificamente, conta a história por meio dos olhos do colonizador. Mas, quem é este colonizador? É um homem branco, europeu, essencialmente mau, dedicando-se à comercialização de carne humana? Ao ler seu diário de bordo, poder-se -ia concluir que sim. Contudo, há as cartas que ele escreve a sua esposa que o espera na Inglaterra e estas mostram um outro lado do capitão.

Vê-se, assim, que mesmo os colonizadores sofreram conseqüências do imperialismo e que, de certa forma, também foram envolvidos neste sistema. Era cobrada de Hamilton uma determinada postura: fria, puramente racional, objetivando lucro e assim por diante. No entanto, as cartas de amor ‘denunciam’ um outro Hamilton, doce e amoroso. Ele sentia saudades de sua amada, aparentemente não gostava do que fazia e ansiava pelo seu retorno:

Estes são, na verdade, pequenas preocupações (os previamente mencionados na carta) quando comparados com *meu amor por você, para quem eu declaro, de fato*, que nem uma hora da minha vida passada me vem à mente com prazer, esperando o precioso e valioso tempo que tenho passado em sua companhia, e por isso penso nas incontáveis dores e tristezas da minha infeliz vida anterior (...) *Minha afeição por você vai além de quaisquer palavras que eu possa encontrar ou usar (...)*.

[These are, indeed, pretty concerns (os previamente mencionados no início da carta) when set against *my love for you, for I can declare, with honour*, that barely an hour of my past life comes to mind with any pleasure, expecting valuable and precious time I have passed in your company, and for that I think the innumerable miseries and pains of my previous

unhappy life (...) *My affection for you goes beyond any words I can find or use* (...) (PHILLIPS, 1993, p. 108, grifos nossos)].

Ao mostrar o comportamento de Hamilton, Caryl Phillips revela que o imperialismo tem dois lados. Crucificá-lo é uma atitude esperada e aceita, mas também é possível ver as novas conexões entre pessoas, e portanto suas culturas, terras, línguas, que não seriam possíveis não fosse a expansão ultramarina. A mistura e a comparação é sempre enriquecedora e, de forma estranha, o processo de colonização proporcionou isso. Assim como a vida de Hamilton mostra faces opostas, o imperialismo, numa metáfora de sua existência, também o tem.

A procura do Capitão pelo pai e sua história também são evidências deste fato, além das elipses (falhas) constatadas em seu diário e já mencionadas no subtítulo anterior. Por outro lado, o que ocorre é que alguns laços só foram possíveis em virtude da expansão européia. “Embora *Crossing the River* seja um texto abundante em laços familiares desfeitos, nós subseqüentemente vemos o surgimento de conexões novas, não-familiares” [Although *Crossing the River* is a text rife with broken familial bonds, we subsequently see an emergence of new, non-familial connections (WARD, 2007, p. 22)].

Estes laços, em sua maioria não-familiares, permeiam todo o romance na história de todas as personagens: Nash (capítulo um) constrói uma nova família na Libéria, Martha (capítulo dois) procura sua filha e está sempre em busca da construção de sua família, Travis (capítulo quatro) tem um filho com uma mulher branca na Inglaterra e, neste caso, Hamilton, mesmo sendo branco, aparece também como vítima do processo de escravização, já que está apartado de sua amada e sem ligações com seu pai que também trabalhava como comprador de escravos.

Desta forma, vê-se que apesar da destruição que se abateu sobre inúmeras famílias subjugadas pelo imperialismo, muitos outros laços foram construídos. Nas palavras de Ward (2007, p. 22): “A ruptura da unidade familiar estável, poder-se-ia arguir, é um dos legados da escravidão embora, como eu explico, neste romance ela seja substituída por famílias *agregadas*” [The disruption of the stable family unit, one could argue, is one of the legacies of slavery although, as I explain, in this novel it is replaced with affiliative *families*].

Ao contrário do que ocorre com os diários de bordo, as cartas que Hamilton escreve à esposa o humanizam. Elas são repletas de expressões de amor, têm emoções

exageradas e mostram um capitão romântico e solitário. As cartas relevam, assim, um outro lado do Hamilton escravagista estereotipado, ou seja, o negociador inescrupuloso.

Percebe-se uma mensagem conflitiva a respeito da identidade da personagem. Ao mesmo tempo em que se comporta cruelmente em relação aos escravos e a seus subordinados, se endereça à mulher com ternura e mansidão.

Abre-se então a possibilidade para a discussão do ‘entre-meio’, para a visão ‘do outro lado (do rio)’ que quebra o entendimento quase unânime do branco como personificação do mal quanto ao evento da escravidão. Está aí, mais uma vez, a exposição que Phillips faz das pessoas como sujeito, independente de sua origem, no que tange sua inerente contradição.

3.4.5 Conclusão

Pode-se ver, portanto, que uma visão unilateral do processo de escravidão e imperialismo europeu é, no mínimo, ingênua que não leva em consideração a complexidade do assunto e Caryl Phillips, de uma forma ao mesmo tempo sutil e eficaz nos mostra isso claramente. São explícitos os traços (embora marcantes) de toda uma História na vida das personagens do romance.

A subjetividade do negro parece tímida – cantos, tentativas de rebeliões e armas escondidas – e percebida apenas subliminarmente nas palavras do capitão. Contudo, esta é a semente da subversão em meio à hegemonia, minando o monolitismo branco.

Tanto a obra como um todo quanto este capítulo em particular mostram a predileção por parte de Phillips pelos textos não convencionais ou racistas. Ele não se rende à narrativa da vítima ou à do branco como uma simples contraposição entre o bem e o mal.

As narrativas das outras personagens são uma prova disso: também não há condenação para elas. Edward (*The Pagan Coast*) explorou Nash e o utilizou para um projeto pessoal, mas sua cegueira diante de seus atos, crendo que praticava o bem, o absolveu. Os Hoffman (*West*) tratavam bem sua escrava Martha, mas quando foi necessário não titubearam quanto à decisão de vendê-la. Do mesmo modo, seu envolvimento no acúmulo de riqueza por meio da escravidão tornava-se imperceptível diluído numa sociedade que tomava este fato como algo natural. Joyce (*Somewhere in England*), apesar de se relacionar de igual para igual com um negro, depois concorda

em entregar seu filho para adoção, mas talvez seu medo de vê-lo sofrer com o preconceito não a condena. Por fim, o próprio pai, negro, referido no prólogo e no epílogo não é censurado por vender seus filhos.

Para evitar o discurso dual de oposição entre o certo e o errado e dar mais lugar a uma sociedade excludente, quer em virtude do esquema dèrmico ou de qualquer outra característica, não há reprovação.

3.5 Joyce e Travis

3.5.1 Introdução

O capítulo intitulado *Somewhere in England* é narrado pela personagem Joyce, e o leitor conhece os fatos por meio de sua percepção, já que esta parte do livro é estruturada sob a forma de um diário escrito por ela. Os registros poderiam ser divididos em parte 1 (antes e durante a guerra) e 2 (depois da guerra) e datam desde o mês de julho de 1936 até o ano de 1945 e há, depois, mais um registro datado de 1963. O diário não é apresentado de forma cronológica e também não há datas específicas, apenas os meses ou eventos (como Natal) ou ainda somente o ano.

Joyce é uma mulher branca, inglesa, que, depois de um primeiro casamento com o inglês Len, conhece o soldado negro estadunidense Travis, com quem se envolve e tem um filho, Greer. Por se tratar do último capítulo do romance, que também se passa numa época mais recente – a da Segunda Guerra Mundial – Travis figura como o filho mais novo vendido na costa da África em 1792, simbolicamente referido tanto no prólogo quanto no epílogo.

Os registros enfocam mais as impressões de Joyce acerca das pessoas e seus comportamentos que fatos, salientando os aspectos racistas e excludentes da sociedade britânica. Entretanto, o diário termina concomitantemente com o final da Guerra – maio de 1945 – , embora haja ainda um registro de 1963, quando Travis já está morto e seu filho, dado para adoção, já é um jovem e vai ao encontro da mãe.

3.5.2 Joyce e a sociedade britânica

Ao ser detalhadamente examinado, percebe-se que o capítulo não trata exclusivamente da vida de Joyce e seu encontro amoroso com Travis, mas do contraste

do seu comportamento com a sociedade britânica que se fecha ao outro diferente. Embora estivesse inserida num ambiente branco que rechaçava o outro – seja ele galês, escocês, irlandês e, de modo especial, o negro oriundo das colônias – há inúmeros indícios no diário de Joyce que mostram sua abertura ao outro.

Assim, o texto pode ser visto na forma de comportamentos paralelamente contrastados, as diferentes ideologias da sociedade britânica e de Joyce. O trecho que mostra seu passeio com Travis é, sem dúvida, a melhor ilustração deste paradoxo. Conforme o negro (Travis) e a branca (Joyce) caminham, ela observa: “Eu tentava não me importar porque as pessoas estavam olhando. (...) Mas eles não me diriam nada. Sei o que eles estavam pensando” [(...) I tried to avoid the way people were looking. (...) But nobody would say anything to me. I knew what they were thinking (PHILLIPS, 1993, p. 202)]. Mais tarde, ainda andando pela cidade, ela diz que “podia sentir que estava ficando incômodo para ele” [(...) could sense that it was getting difficult for him (PHILLIPS, 1993, p. 203)].

O ostracismo que Joyce e Travis encontram como um casal de cor diferente na Grã-Bretanha durante a Segunda Guerra é de fato uma herança de um sistema que via a união de brancos e negros como ‘uma ligação não-natural’ porque isto era uma ameaça a sua lógica dicotômica.

[The ostracism Joyce and Travis encounter as a mixed couple in Britain during WWII is very much a bequest of a system which regarded the union of black and white as ‘an unnatural connection’ because it was a threat to its dichotomous logic (LEDENT, 2002, p. 132)].

Como se vê, a hegemonia branca britânica a cercava. Não havia nada expreso, mas o acordo, embora tácito, de preservar a raça e rejeitar o outro era muito claro. “A dominação é desta forma exercida não pela força, nem mesmo necessariamente pela persuasão ativa, mas por um poder mais sutil sobre a economia e sobre os aparatos dos estados, tais como a educação e a mídia” [Domination is thus exerted not by force, nor even necessarily by active persuasion, but by a more subtle and inclusive power over the economy, and over state apparatuses such as education and media (...) (ASHCROFT, 1998, p. 116)]. No caso de Joyce e Travis, eles conseguiram, de certa forma, escapar desta dominação (resistência) já que, ao assumirem o namoro, romperam com a tradição comportamental vigente.

O imperialismo, no sentido de conquistar o planeta política e economicamente, fundamentava-se e utilizava a hegemonia branca: “foi o controle dos meios de

representação mais do que dos meios de produção que confirmaram a hegemonia dos poderes europeus em seus respectivos impérios” [it was the control of the means of *representation* rather than the means of production that confirmed the hegemony of the European powers in their respective empires (ASHCROFT, 1998, p. 127, grifos nossos)]. A atitude das pessoas, o modo como olhavam com estranhamento para um casal composto de um homem negro e mulher branca (no caso de um homem branco com uma mulher negra talvez o entendimento da sociedade fosse diferente, mais ameno, como se ele tivesse o direito de usá-la), mostra claramente o sucesso da disseminação da ideologia eurocêntrica que chega ao absurdo de estender a discriminação contra o negro àqueles que com ele se relacionassem.

O fato de o preconceito ser ampliado ao adepto incluído da sociedade excluído é, muito provavelmente, a causa pela qual poucas pessoas aceitam o Negro e se solidarizam com ele. Apenas uma minoria está consciente e disposta a assumir os riscos de se relacionar com este tipo de ‘outro’. Desta forma, a maioria conivente com os ideais apregoados pelo imperialismo é, na verdade, também vitimizada pela hegemonia branca que ameaça sutilmente com o ostracismo a *quem quer* que se oponha a eles. Pois a hegemonia é, afinal, “o poder da classe dominante de convencer as outras classes que seus interesses são os interesses de todos” [the power of the ruling class to convince other classes that their interests are the interests of all (ASHCROFT, 1998, p. 116)] para que, neste caso, a expansão e exploração das colônias sejam avalizadas por todos e efetivamente executadas.

Joyce pertencia a esta minoria e suas atitudes estampam o quanto ela se diferenciava. Quando da situação do passeio, ela primeiramente expressa seu pensamento: “eu não me importo com o que os outros falam” [I don’t care what anybody says (PHILLIPS, 1993, p. 202)], e depois age de forma a *confirmar sua livre escolha*: “Agarrei seu braço e perguntei se ele gostaria de ir ao cinema” [I slipped my arm inside his and asked him if he fancied going to the pictures (PHILLIPS, 1993, p. 203)]. Está aí, muito evidente, a agência de Joyce. Sua personagem demonstra traços de um sujeito que age segundo seu próprio arbítrio.

Cada vez que o encontro com a identidade ocorre no ponto em que algo extrapola o enquadramento da imagem, ele escapa à vista (...) deixa *um rastro resistente, uma mancha do sujeito, um signo de resistência*. (...) estamos diante (...) de uma estratégia (...) do momento da interrogação, um momento em que a demanda pela identificação torna-se, primariamente, uma

reação a outras questões de significação e desejo, cultura e política (BHABHA, 2003, p. 83, grifos nossos).

Vê-se, assim, que, por meio de sua atitude, ela questionava o sistema, e, opondo-se a ele, buscava sua identificação e desejos. Um bom exemplo disso é o fato de, além de aceitar o convite de Travis para sair, chegando lá, ela toma a iniciativa de convidá-lo para dançar: “Fiquei em pé e depois me dirigi aos dois soldados que tinham me convidado, o alto e o baixo. Perguntei ao alto se ele queria dançar” [I found myself on my feet and walking towards the two who had asked me, the tall one and the shorter one. I asked the tall one if he'd like to dance (PHILLIPS, 1993, p. 162)].

Ao ir à festa e ao chamar o soldado negro para dançar, Joyce questiona valores e crenças aceitas na Inglaterra, o centro imperial, como as mais naturais ou esperadas, ou seja, ela põe em xeque a própria hegemonia que influencia o pensamento e subverte, desta forma, a arma mais potente para sustentar o poder imperial: o mito da hierarquia das raças (ASHCROFT, 1998, p. 116-7). Nas palavras de Bhabha (2003, p. 228), “a própria forma de mudar a base dos conhecimentos, ou de engajar-se na ‘guerra de posição’, demarca o estabelecimento de novas formas de sentido e estratégias de identificação”.

A tolerância, abertura e percepção de Joyce não são apenas vistas em seu relacionamento com Travis. Ela sempre faz valer sua vontade: casa-se com Len, contrariando sua mãe e, quando da chegada dos soldados, ao contrário das outras pessoas, ela não se intimida e os recebe naturalmente e conversa com eles na loja, mas “quando os homens iam embora, os olhos se voltaram para mim. Eu era agora o objeto de curiosidade. O *estranho não convidado*. (...) Eu *olhei de volta* aos olhos acusadores e entrei novamente na loja” [once the men had vanished, eyes turned upon me. I was now the object of curiosity. The *uninvited outsider*. (...) *I stared back* at their accusing eyes and then stepped back into the shop (PHILLIPS, 1993, p. 129, grifos nossos)].

Como no episódio do baile, ela também vai ao bar e choca a população local: “Eu acho que eles não esperavam que eu me rebaixasse e viesse ao bar. (...) Bem, *eles podem pensar o que quiserem*. (...) Estou só bebendo um drink” [I don't think they ever expected to see me lower myself and come into the pub. (...) Well, *they can think what they like*. (...) I'm just having a drink (PHILLIPS, 1993, p. 136, grifos nossos)]. Também, sobre a questão da guerra, Joyce mostra que consegue captar mensagens que ficam propositadamente escusas: “Eu estava ficando boa em perceber a diferença entre

as histórias oficiais e as evidências diante dos meus olhos. E até quando não havia evidência, eu estava aprendendo a desconfiar” [I was getting good at learning the difference between the official stories and the evidence before my eyes. And even when there was no evidence, I was learning what to disbelieve (PHILLIPS, 1993, p. 165)]. Isso mostra a destreza de Joyce para perceber a diferença entre o discurso e a prática. No caso dos negros, havia a libertação de direito, mas não de fato: o preconceito e racismo estavam vigentes, o que era muito claro para ela.

Da mesma forma que a personagem Dorothy de *Uma Margem Distante*, outra obra de Caryl Phillips, trata o negro imigrante Solomon (e, portanto, excluído) como sujeito, o comportamento de Joyce também se destacava. Joyce não se pautava pelos caminhos prontos, mas buscava os seus próprios e se orgulhava disso. Uma passagem no episódio do baile confirma isso: “Você é de algum lugar por aqui? Por que? Eu perguntei. Bem, eu estava só querendo saber. (...) *Eu acho que você não age como os outros.* (...) Por dentro eu estava sorrindo. *Isto era exatamente o que eu queria ouvir*” [You from round here? Why? I asked. Well, I was just wondering. (...) *I guess you don't act like them in some ways.* (...) Inside I was smiling. *That was just what I wanted to hear* (PHILLIPS, 1993, p. 163, grifos nossos)].

Mas sua abertura ao outro fica mais evidente quando o leitor descobre que Travis se trata de um negro, somente depois de alguns encontros que ela tem com ele e após descrevê-lo e falar sobre ele em diversas situações. Contrário aos outros ingleses, o esquema dérmico não impressionou Joyce nem tampouco contribuía para outremizar o outro. Por isso que somente após um longo lapso de tempo o leitor sabe da negritude de Travis.

Sua primeira alusão a Travis não menciona sua cor, apesar de haver uma descrição física, o que mostra como Joyce estava livre do racismo: “Dois deles entraram na loja esta manhã. Um alto. Um não tão alto, mas também não era baixo. Ambos eram assaz fortes e educados” [Two of them came into the shop this morning. One tall one. One not so tall one, but he wans't short either. (...) They were both quite stocky, and both of them were polite (PHILLIPS, 1993, p. 149)].

Joyce só fala sobre a cor de Travis quando diz respeito ao fato de ela não conhecer os americanos. Sua menção não se dá como um comentário racista, pelo contrário, ela se coloca na posição de aprender com ele, ouvi-lo falar sobre seu país e seu povo: “A maior parte do tempo eu só ouvi, (...). Ele me contou um pouco de si e porque entrou para o exército. Eu, eu não quis perguntar muito porque não sei muito

sobre americanos. Ou sobre os negros. Eu tinha certeza de que cometeria um erro” [Most of the time I just listened, (...). He told me a bit about himself, and why he joined the army. Me, I didn’t like to ask too much because I don’t know much about Americans. Or Coloureds. I was sure that I was going to make a mistake (PHILLIPS, 1993, p. 202)].

Depois que conhece Travis, ela mantém sua postura de agente e tem encontros pessoais com ele que acabam por se revelar como verdadeiro um relacionamento entre *iguais*. Por sua vontade, ela abandona seu marido Len e escolhe ficar com Travis, apesar dos olhares de reprovação.

Desta união nasce Greer, filho híbrido de Travis e Joyce. Greer simboliza a máxima resistência (principalmente de Joyce, mas também de Travis), porque é fruto de uma escolha *livre* da união entre o Negro e o Branco. Ele é a metonímia do multicultural e, conseqüentemente, da aceitação e da abertura ao outro que se deseja na sociedade.

Da mesma forma, ele figura como uma das principais vítimas do imperialismo e da hegemonia branca: apesar de ser um cidadão inglês, ele é retirado da mãe e entregue para adoção, por ser filho de um negro. A vida de Greer testifica a crueldade e o absurdo do racismo: num país dito livre, há a manutenção da hierarquia racial e a re-visão do outro não acontece. Assim, sua história representa o hibridismo não só porque é a junção do Negro e do Branco, mas também porque figura, ao mesmo tempo, como a escolha livre e a incoerência da exclusão.

Greer também vem a ser um ponto chave na vida de Joyce. Ela havia escolhido Travis como marido e tem um filho com ele. Entretanto, mais tarde, concorda em dar seu filho para adoção: “meu bonito filho. (...) Ele tem cor de café, não é? (...) a senhora de guarda-pó azul veio fazer uma visita. Eu pude vê-la olhando para mim e pensando, pobre e miserável cadela desiludida (...). E então nós fomos racionais, meu filho e eu” [my beautiful son. (...) He’s like coffee, isn’t he? (...) the lady with the blue coat came to visit. I could see her looking at me and thinking, poor disillusioned cow (...). And so we were sensible, my son and I (PHILLIPS, 1993, p. 228)]. Vê-se, assim, que, diferente das outras decisões que tomou em sua vida, Joyce se deixa levar pelo conselho da assistente social que sugere que seria difícil para ela levar uma vida normal com um filho negro numa sociedade como a da Inglaterra, tão racista e preconceituosa que a exclusão não atingia só ao seu filho, mas também a ela, como quando se uniu a Travis.

Desta forma, assim como na história das outras personagens de *Crossing the River*, o sujeito é fragmentado e contraditório – como o indivíduo o é na realidade. Reflexões pós- estruturais refutam a unicidade do ser humano e seu monolitismo. A representação das personagens híbridas ou negras nos romances pós-coloniais

rompem esta visão de mundo centrada no homem, defendendo que o sujeito, e o senso de subjetividade única em si, é construído na língua e no discurso; e ao invés de ser fixo e unificado, o sujeito é dividido, instável ou fragmentado.

[disrupt this man-centred view of the world, arguing that the subject, and that sense of unique subjectivity itself, is constructed in language and discourse; and rather than being fixed and unified, the subject is split, unstable or fragmented (IN RICE e WAUGH, 1996, p. 123)].

Joyce é humana em suas primeiras ações, liberta de preconceitos e ainda é marginalizada por ter acolhido soldados negros e ter tido um filho com um deles, ou seja, até a exclusão é compartilhada por ela. Por outro lado, sua postura anti-racista é deixada de lado quando entrega Greer, esquece Travis e se casa novamente com um branco (típica destruição de laços familiares causada pela escravidão), o que a demoniza. Joyce se rende à ideologia racista da maioria branca e, de repente, do mesmo modo que passa de humana para desumana, Joyce transita, respectivamente entre o ser sujeito e o subalterno. Nas palavras de Ashcroft (2001, p. 46), “a voz do subalterno não existe em um espaço puro fora do discurso dominante. O subalterno nunca consegue falar fora do discurso de poder” [(...) the voice of the subaltern does not exist in some pure space outside the dominant discourse. The subaltern can never speak out of the discourse of power].

Contudo, não há condenação ou acusação de Joyce para isso nesta narrativa. A visão proposta pelo autor é não-maniqueísta e não-convencional. Primeiramente porque o sujeito comum é naturalmente composto de traços bons e maus, mas principalmente, para que haja a formação de uma sociedade onde o esquema dérmico ou qualquer outra exclusão desapareça e surja uma comunidade sujeito – sujeito.

O preconceito em virtude da cor da pele é apenas um dos muitos que podem ocorrer. Quando o sujeito não é tratado como fragmentado, mas colocado num pólo, positivo ou negativo, brechas se abrem para que outros aspectos sejam motivo de exclusão e para que, novamente haja o fomento da relação sujeito – objeto.

3.5.3 Travis e Greer – objetificação e resistência

Embora Joyce seja quem dá sua percepção sobre Travis e Greer, podemos observar as atitudes de ambos sob os aspectos da objetificação e da subjetificação. Travis é um soldado estadunidense que está *lutando* em defesa de seu países aliados à Inglaterra. Como ele, há inúmeros outros, mas Travis é distinguido em virtude de sua cor.

Ele não vai à Inglaterra de forma ilegal ou escusa, pelo contrário: sua causa é patriótica. Contudo, não é recebido como igual (nem perante os ingleses, nem perante seus companheiros brancos do exército). A sociedade britânica, como já discutido no ponto anterior, não recebia o Negro como sujeito. No entanto, o que é mais espantoso é que seus próprios companheiros também não o aceitavam: “o exército somente gostava de *usá-los* para fazer limpeza e coisas deste tipo” [the army only liked to *use* them for cleaning and the like (PHILLIPS, 1993, p. 208, grifos nossos)].

Porém, um exemplo ainda mais incisivo mostra o quão diferente era o tratamento que Travis recebia por ser negro. Quando saiu com Joyce para visitar o túmulo da mãe dela, eles acabaram por perder o ônibus, o que fez com que Travis se atrasasse na volta ao quartel (PHILLIPS, 1993, p. 202). Ao chegar ao acampamento, “eles fizeram um relatório que dizia que ele tinha estado bêbado e difícil de controlar” [they made a report that said that he’d been drunk and difficult (PHILLIPS, 1993, p. 207)] o que, evidentemente, não era verdade. Então, “eles bateram tanto nele que ele pensou que seus rins iriam explodir” [they beat him so hard that he thought his kidneys were going to burst (PHILLIPS, 1993, p. 207)] e o comandante decidiu que ele tinha de ser “preso no acampamento até segunda ordem” [confined to the camp until further notice (PHILLIPS, 1993, p. 207)]. Por ser negro, Travis foi acusado e castigado injustamente. Além disso, a punição foi desproporcional ao erro, além de lhe negarem direito de defesa.

Depois disso, Joyce não viu Travis por mais de três semanas e, ao perguntar a outro soldado sobre ele, ouviu: “ele está sendo punido por algo que não foi sua culpa” [he’s being punished for something that is not his fault (PHILLIPS, 1993, p. 207)], o que comprova que *todos* sabiam que ele apenas tinha perdido o ônibus e que não havia táxis, mas ninguém o defendia por se tratar de um negro.

Por outro lado, Travis buscava sua subjetividade e, conseqüentemente, sua identidade e capacidade de resistir às condições de dominação (ASHCROFT, 1998, p.

219). Há atitudes que mostram isso claramente. Quando vê Joyce pela primeira vez na loja e se interessa por ela, não se intimida e a convida para sair. Ela relata: “eles me convidaram para um baile que haveria no sábado. Pediram educadamente” [they asked me to a dance they’re having on Saturday. Asked me politely (PHILLIPS, 1993, p. 149)]. Além disso, contou: “temos nossa própria banda, senhorita (...). Se você nos ouvir tocar, não conseguirá ficar parada” [we’ve got our own band, ma’am (...). You hear us play, you can’t help but dance (PHILLIPS, 1993, p. 149)]. Seu trato educado com ela nega o estereótipo do negro selvagem. Joyce sempre se refere a suas atitudes como sendo respeitosas e gentis, não só com ela, mas em sua vida social.

A confissão e a busca pelo desejo é a expressão da existência, é a agência, a subjetificação, o próprio lugar da identificação, pois é uma demanda que se estende a um objeto externo aspirado (BHABHA, 2003, p. 74-6). Esta busca pelo desejo confirma-se depois do baile, já que Travis continua flertando com Joyce, sem pensar se ela é branca e ele não. Ela conta em seu diário: “ele entrou na loja com um grande sorriso no rosto e um ramalhete de narcisos” [he came into the shop with a big smile upon his face and a bunch of daffodils (PHILLIPS, 1993, p. 166)].

Quando sabe que é correspondido, que Joyce também o ama, Travis briga por ela e a defende. Percebe-se nestas situações uma disputa entre dois homens por uma mulher e não uma briga entre um negro e um branco. Está aí, clara, sua resistência, seu posicionamento como sujeito, que não se rebaixa diante do Outro homem idealizado, branco e europeu. Além disso, mais uma vez o estereótipo negativo do negro é rechaçado: seu comportamento é de um cavalheiro forte e corajoso defendendo a dama, ao contrário do estilo relaxado e preguiçoso ao qual é vinculado no discurso dominador.

No bar, quando soube que Len havia batido em Joyce ele a defende: “Travis estava segurando Len pela garganta. Len tinha medo nos olhos. Travis disse a ele que se ele levantasse um dedo para mim (Joyce) novamente, então ele iria ser encontrado em alguma vala com uma bala americana no corpo” [Travis was holding Len by the throat. Len had fear in his eyes. Travis told him that if he ever laid a finger on me (Joyce) again, then he would be found somewhere in a ditch with an American bullet in him (PHILLIPS, 1993, p. 216)].

Onde os discursos racista, nacionalista ou etnicamente absolutista orquestram relações de modo que essas identidades pareçam ser mutuamente exclusivas, ocupar o espaço entre elas

ou tentar demonstrar sua continuidade tem sido encarado como um ato provocador e mesmo opositor (GILROY, 2001, p. 33).

Tal briga mostra uma relação sujeito-sujeito. Não há discussão acerca da superioridade de um homem sobre o outro, mas trata-se de duas *peessoas* em situação de igualdade brigando por uma causa.

Quanto a Greer, sua objetificação máxima é quando é dado para adoção, simplesmente pelo fato de ser híbrido. Como o próprio termo alude, ele é tratado como um objeto que, por estar *defeituoso*, deve ser descartado. (“Ele tem cor de café, não é? (...) Meu filho que não tinha me pedido para entregá-lo à senhora com guarda-pó azul e lenço marrom” [He’s like coffee, isn’t he? (...) My son who hadn’t asked me to turn him over to the lady with the blue coat and maroon scarf (PHILLIPS, 1993, p. 228)]).

Isso ocorre porque o esquema dérmico viola a homogeneidade branca, a qual se tem o interesse de preservar para manter a supremacia: “a classificação racial deriva de – e também celebra – concepções racialmente exclusivas de identidade nacional, da qual os negros foram excluídos, ora como não-humanos, ora como não-cidadãos” (GILROY, 2001, p. 41). Na verdade, o negro tornou-se uma metonímia de tudo o que não é ‘normal’, em prol do essencialismo, da homogeneidade. A senhora de guarda-pó azul, uma assistente social, representante do governo britânico e executora das políticas raciais, já imbuída desta ideologia, leva o menino para adoção, crendo que esta é a melhor decisão para não *atrapalhar* aquela jovem mulher e ‘mancha’ a homogeneidade racial britânica.

Já o oposto disso, ou seja, o ápice de sua resistência é, quando, aos dezoito anos, vai em busca da mãe Joyce, para ter um relacionamento como iguais. Joyce se alegra com sua vinda: “Eu sabia que um dia *ele viria procurar*. Que ele iria me encontrar. (...) Em pé olhamos um para o outro” [I knew that one day *he would come looking*. That he would find me. (...) We stood and looked at each other (...)] (PHILLIPS, 1993, p. 231, grifos nossos)]. No entanto, nem a casa de sua mãe é realmente sua – “eu quase disse, sintá-se em casa” [I almost said make yourself at home (...)] (PHILLIPS, 1993, p. 232)] – onde ‘casa’ é uma metáfora da Inglaterra, fazendo alusão a sua falta de raízes.

Por fim, Greer caminha na direção contrária do início de sua vida. Quando nasceu foi colocado à margem e então caminha em direção ao centro para poder encontrar suas origens. Somente agora, depois de adulto, de ter se tornado sujeito pôde,

por si, procurá-las. Ninguém achou que isso fosse relevante para ele. Ele não se importa se terá de atravessar uma barreira de preconceito, apenas segue em busca de seu objetivo. Ele é um homem negro, britânico, que, como sujeito, procura *sua* história.

Joyce, por sua vez, não o procurou. Ela estava cercada pela ideologia imperial e seu status na sociedade dentro de uma família branca não podia ser abalado pela presença de um filho negro. Pode ser que ela ainda não concordasse, mas respeitou o discurso dominante, em nome da preservação da sua imagem, a de seus filhos e de seu marido.

3.5.4 Conclusão

Embora Joyce seja quem escreva o diário (uma *mulher branca* falando sobre um negro, para que a idéia da observação e do olhar maniqueísta do Outro seja questionada, já que apesar de não se ouvir a voz do excluído, sua subjetividade não é apagada (BONNICI, 2007, p. 210)), o protagonista é Travis, já que ele é a personagem que fecha o tríptico (comum das obras de Phillips) Nash – Martha – Travis. Ele aparece apenas quase no fim do capítulo, e, portanto, a descrição da sociedade britânica por meio do comportamento das personagens serve como cenário para a entrada de Travis. Desta forma, o capítulo trata, de fato, da exclusão do negro e da imposição da hegemonia branca e de como o Negro se volta contra ela.

Contra a objetificação, está a resistência de Travis (e também de Joyce) ao assumir uma relação de afeto inter-racial numa sociedade excludente e ao ter um filho híbrido, provindo do amor entre um negro e uma mulher branca. Greer é, desta forma, a prova viva da resistência contra o eurocentrismo e a exclusão decorrente desta ideologia.

Deste modo, Joyce provoca a ideologia racista ao assumir a dificuldade de manter uma mentalidade aberta ao outro. Travis, por sua vez, desafia os soldados estadunidenses brancos e os britânicos racistas. Greer, o híbrido – o britânico negro num contexto branco – virá a questionar o ambiente racista. Embora seja britânico, ele é negro, a exata mistura entre Joyce (britânica) e Travis (negro), que, como dito anteriormente, personifica a resistência.

Outro ponto de destaque do capítulo é discussão acerca do sujeito fragmentado, que foi levantada pela postura antagônica da personagem Joyce em relação ao marido e

depois ao filho. Contudo, a sua não-condenação pelo autor para que o movimento contrário de discriminação não seja fomentado é que se torna relevante.

3.6 Epílogo

O Epílogo de *Crossing the River* não é apenas poético, mas de tal abrangência que se estende aos escravos, aos seus descendentes, aos mestiços, aos negros diaspóricos e a todos os que, de uma maneira ou de outra, encontram-se excluídos num ambiente monolítico e hegemonicamente branco. Os pensamentos, as expectativas e os desejos do pai africano que vende os filhos na costa da África, apresentado no prólogo, são assumidas pela técnica literária do fluxo de consciência e da prolepse para uma espécie de ‘abraço final’.

Embora o texto tenha apenas três páginas, é denso e emocional porque retoma as três histórias de Nash, Martha e Travis. O lapso temporal é de 250 anos, mas o olhar do pai (“Um pai culpado” [A guilty father (PHILLIPS, 1993, p. 237)]) abrange milhões de pessoas negras diaspóricas que atravessaram o ‘rio’ lembrando e se arrependendo de ter entregue seus filhos para tornarem-se escravos. Juntamente com a recordação de seus filhos negros, Joyce é incluída. Phillips faz com que o pai a inclua por ela ter rechaçado a pretensão da hegemonia (britânica) branca e ter promovido a inclusão do negro. “Há duzentos e cinquenta anos eu ouço. Meu Nash. Minha Martha. Meu Travis. *Joyce*” [For two hundred and fifty years I have listened. To my Nash. My Martha. My Travis. *Joyce* (PHILLIPS, 1993, p. 236)]. Não é à toa que o nome Joyce esteja em itálico: como acontece no caso de Dorothy em *Uma Margem Distante* e de Dr. Johnson em *Foreigners*, do mesmo Phillips, dá-se evidência àquele ou àquela que supera o preconceito e vai contra a correnteza.

Enfatiza-se, mais uma vez, a metonímia dos três irmãos que representam os filhos negros espalhados pelo mundo inteiro. Devido à escravidão e à diáspora transnacional, os negros atualmente falam diversas línguas estrangeiras, ou seja, as línguas dos países que os acolheram como refugiados, como perseguidos, como pessoas que necessitam de estudo e de emprego. Por isso o pai africano “ouve o conjunto de muitas línguas de uma memória em comum” [(...) listens [to] the many-tongued chorus of the common memory (PHILLIPS, 1993, p. 235)]. As mais variadas línguas hoje faladas pelos negros diaspóricos têm um denominador comum, ou seja, a lembrança da África, as atrocidades dos europeus, a humilhação e o deslocamento forçado, a perda da

cultura, da língua e da religião. Esta memória comum é que os une como o sinal da barbárie que o branco lhes fez durante séculos e continua fazendo na contemporaneidade.

Muitas vezes no texto do Epílogo há o registro da palavra: “Sobreviventes” [Survivors (PHILLIPS, 1993, p. 235-7)], repetidamente usada pelo pai africano. Este termo não apenas remete ao tempo da escravidão e da abolição (quando os negros podiam se julgar afortunados porque sobreviveram à subalternância, à brutalidade e à objetificação), mas especialmente à contemporaneidade. Na sua larga visão, o pai africano contempla algumas metrópoles atuais onde, devido à exclusão, os negros *sobrevivem*, mas não *vivem*. A escravidão tem seus reflexos bem claros ainda hoje. Através da re-visão do pai, Phillips revela a sobrevivência e a insegurança do negro em meio à pobreza em São Paulo, em meio à prostituição infantil em Santo Domingo e ao vício em drogas no Brooklyn (PHILLIPS, 1993, p. 235-6). O pai africano ainda vê milhões na precariedade da vida, relegados à ‘morte’ porque a objetificação do negro ainda vigora em muitos países.

Novamente, tais exemplos são apenas reproduções metonímicas de lugares e de males de que padecem os negros espalhados por todo o mundo como resultado da exclusão proporcionado pelo discurso e pela ação do preconceito branco. Note-se, todavia, que a resistência não-armada, seguindo o pensamento de Arendt, os faz sair do estado da sobrevivência para enveredar à condição de comunidade onde o esquema igualitário sujeito-sujeito será normal. Se o sujeito negro recorrer à violência armada (“panic”), o homem branco, representado por Capitão Hamilton, ainda pode exibir suas ameaças e seus instrumentos assassinos. “Se eles não mantiverem a calma, os *instrumentos* do Capitão Hamilton quebrarão seus pulsos e seus tornozelos” [Only if they panic will they break their wrists and ankles against Captain Hamilton’s *instruments* (PHILLIPS, 1993, p. 235, grifos nossos)].

Segue-se que a repressão contra o negro ainda vigora no limiar do século XXI. Somente a intervenção do negro pela mímica, pela paródia, pela cortesia dissimulada e pela prática da negociação e da democracia, e não pela violência física, trará a igualdade e o respeito no convívio da humanidade.

Todavia, a experiência de revolta contra a ditadura uniu negros e brancos. A história descreve a façanha de Toussaint l’Ouverture, a coragem de negros estadunidenses lutando na Guerra Civil dos Estados Unidos, a dedicação dos soldados negros no Vietnã e a luta pela democracia no Haiti contra Papa Doc e Baby Doc. De

fato, sua luta pela democracia é testemunhada: “Eu não vou lutar com os Vietcongs. Declarando: Irmãos e Amigos. (...) Ouvia vozes esperando por Liberdade. Democracia” [(...) I ain't got no quarrel with them Vietcong. Declaring: Brothers and Friends. (...) Listened to voices hoping for: Freedom. Democracy (PHILLIPS, 1993, p. 236)].

Esta experiência em conjunto é a base da derrota da exclusão e o reconhecimento do não-branco na construção das nações modernas nas Américas e na Europa, especialmente no Reino Unido e na França. Phillips coloca esta ‘convivialidade’ nas palavras de Gilroy (2007), nos pubs de Londres. É essa convivência diária entre brancos e negros que afasta o preconceito que Phillips, citando Defoe em *The True-born Englishman*, não deseja ver novamente na Inglaterra. Já foi o tempo em que os ingleses, considerando-se de raça pura, afastavam de seu convívio os não-britânicos (escoceses, irlandeses, galeses e, *a fortiori*, os negros) por que não queriam ser “uma raça de vira-latas” [a race of mongrels (PHILLIPS, 1993, 235)].

Salientando a resistência positiva dos negros, Phillips mostra a recuperação da subjetividade do negro revelada e representada por seus cantos e músicas. “Eu ouço. Ritmos de reggae de *rebelião e revolução* (...). O saxofonista. (...) Samba. Calypso. Jazz” [I have listened. To reggae rhythms of *rebellion* and *revolution* (...). To the saxophone player. (...) Samba. Calypso. Jazz. (PHILLIPS, 1993, p. 236, grifos nossos)]. É a contribuição que o negro, entre outras coisas, presenteou à humanidade. Conhecida por todos, a música negra, seja britânica, caribenha, africana ou estadunidense, introduziu um elemento original e inovador à cultura humana.

Portanto, a sobrevivência do passado e do presente faz com que o negro saia vencedor, “machucados, mas determinados (...) Eles chegaram na longínqua outra margem do rio” [hurt, but determined (...). They arrived on the far bank of the river” (PHILLIPS, 1993, p. 237)]. Como no passado sobreviveram ao ‘Middle Passage’ e ao labor das fazendas americanas, a luta contemporânea pela igualdade e pela aceitação da diferença será também bem-sucedida.

Emerge, portanto, um toque de esperança, raro nos romances e nos ensaios de Phillips. De fato, sua resistência baseia-se na esperança. Eles não querem mais só sobreviver; ao contrário, têm um sonho de “que um dia (...) os filhos de ex-escravos e os filhos dos ex-donos de escravos possam sentar juntos à mesa da fraternidade” [that one day (...) the sons of former slaves and the sons of former slave-owners will be able to sit down together at the table of brotherhood (PHILLIPS, 1993, p. 237)]. O pai africano profetiza: “eles conseguirão sobreviver às durezas da outra margem” [they will survive

the hardships of the far bank (PHILLIPS, 1993, p. 235)]. Como o sonho de Martin Luther King, esta outra margem é a nova terra, não mais um continente físico, mas um ambiente fraterno onde inexistente sujeito-objeto e a hierarquização das 'raças'.

Pelo contrário, cada cidadão, seja de que cor for, será *sujeito* e *autônomo*, e terá o reconhecimento da História pelo seu valor e pelo seu merecimento, e não pelo critério ilógico da cor. A convivência de todos, sem racismo, sem discriminação de gênero, etnia ou religião, será o futuro da humanidade. “Não há caminhos na água. Não há placas. Não há *retorno*” [There are no paths in water. No signposts. There is *no return*. (PHILLIPS, 1993, p. 237, grifos nossos)]. De fato, não há retorno: os negros uma vez espalhados estão hoje em *suas* terras, e merecem o reconhecimento da História como sujeitos. Por isso, não há outra alternativa de convivência. Não há também um caminho sem dificuldades e bem traçado. A convivência entre negro e branco é um processo para ser construído. Abole-se a hierarquização e constrói-se a comunidade da humanidade, sem exclusão ou discriminação.

4. Conclusões

Este trabalho teve como linha diretora a verificação da resistência e conseqüente subjetividade e identidade das personagens negras do romance *Crossing the River*, de Caryl Phillips. Primeiramente, o estatuto da literatura negra britânica foi pesquisado e verificou-se que ela trata as relações humanas por uma perspectiva diferente daquela pregada como verdadeira pela Europa. A narrativa universal de que os países colonizadores têm uma cultura mais ‘evoluída’ é posta em discussão e à prova.

Além disso, os romances de autores negros mostram o lugar tomado como centro pelos olhos do colonizado que denuncia as reminiscências do passado imperial e também influencia a cultura metropolitana. Isso leva o leitor a perceber a hipocrisia da sociedade que se diz democrática e multicultural, mostrando as conseqüências contemporâneas da escravidão pelo preconceito.

No caso da obra de Phillips, ele usa diversas personagens – normalmente um tríptico – como ocorre em *Crossing the River*, para metaforizar as várias vozes do ‘outro’ em diferentes tempos e espaços. Isto também mostra as formas complexas de subjetividade, ou o sujeito fragmentado, e o uso de analepses e prolepses vem a ser metonímia das lacunas e deslocamentos na história dos negros, sempre escritas por brancos.

Antes de analisar o romance em si, uma pesquisa sobre a resistência violenta e discursiva, bem como sobre a subjetividade e a identidade no que tangem a raça, a classe e o gênero foi realizada.

Quanto aos tipos de resistência discursiva, há a mímica e a paródia, a cortesia dissimulada e, no campo literário, a releitura e a reescrita de obras. A mímica trata da imitação do ‘Outro’ que nunca é perfeita e acaba por se tornar uma paródia na medida em que as brechas do comportamento exemplar são exploradas. A cortesia dissimulada é uma defesa consciente por parte do colonizado que finge estar submisso para sutilmente minar a dominação. Já no âmbito literário, o pós-colonialismo retoma obras canônicas e explora seus silêncios e lacunas.

Quanto ao sujeito, este é produto da construção por meio do discurso que pode, desta forma, ser desconstruído. Assim, julgamentos de superioridade e inferioridade entre diferentes povos são discutíveis e conceitos considerados inquestionáveis são rechaçados. A identidade, por sua vez, especialmente no caso do negro, foco deste

estudo, é rendida e negativa, hierarquicamente inferior à da metrópole, ponto também questionado e discutido por Phillips em *Crossing the River*.

Crossing the River

Quando da análise da obra, os conceitos previamente estudados foram verificados na fortuna das personagens negras Nash, Martha e Travis. Nash é exemplo claro da mímica – não a que ridiculariza o outro, mas aquela que desvirtua a identidade – pois imitava seu amo Edward na esperança de ser visto e respeitado como ele. Sua educação o formatou para um comportamento esperado. Contudo, após ser enviado à Libéria, se apercebe da exploração que sofrera e começa a questionar verdades apregoadas pelos Estados Unidos.

Ele se submete, assim, ao processo de tornar-se nativo e isso faz com que recupere sua subjetividade e identidade. No entanto, apreende-se que ele só finca raízes na África, o que poderia ter ocorrido na América, já que este foi o lugar onde nasceu e cresceu e este poderia ser, portanto, *seu* país. Contudo, a sociedade hipócrita não o recebia como cidadão estadunidense por causa da cor de sua pele e Nash teve de voltar às origens de seus antepassados para encontrar lugar onde tivesse um nome.

Martha, por sua vez, resiste de forma não-violenta, sempre silenciosa e sem desejo de vingança. Ela observa, pensa, recusa a cultura branca, foge, trabalha e constrói comunidades por onde passa. Esta última é característica marcante da mulher escrava, duplamente colonizada pelo imperialismo e pelo patriarcalismo.

Mesmo depois de ter sua família separada (traço flagrante do colonialismo), ela tenta agregar comunidades, primeiramente com a amiga Lucy, depois com Chester e depois com o grupo de negros que se dirige ao oeste. Após ter lutado contra a escravidão durante toda sua vida, Martha morre livre, mas sem usufruir desta liberdade, o que mostra as marcas indeléveis que o colonialismo deixa.

Crossing the River, capítulo que leva o mesmo título da obra, conta a história do capitão Hamilton, o homem branco e inglês que, metaforicamente, compra os três irmãos na costa da África. Desta forma, esta é uma narrativa do amo, que mostra o outro lado da escravidão. Hamilton é um sujeito fragmentado: frio acerca dos negócios, mas também romântico e delicado que sofre, em virtude do comércio de escravos, com a ausência de sua esposa que o aguarda na Inglaterra.

Com isso, Phillips, de certa forma, também o coloca como vítima do imperialismo e não o condena, mostrando que um julgamento unilateral do processo de escravidão é raso e não supre estudos históricos tampouco literários. Além disso, a condenação abriria um outro caminho para a exclusão, o que não contribuiria com a fomentação de uma sociedade incluyente. Da mesma forma, a narrativa não excluyente de Phillips proporciona a percepção da unicidade da condição humana e um conseqüente estímulo à convivência das diferentes identidades de forma igualitária. Pela mesma razão, não há condenação para outras personagens desde o pai negro que vende as crianças, até para Edward, amo de Nash, a família Hoffman, patrões de Martha, ou para Joyce, mãe de Greer.

A última personagem, Travis, aparece propositadamente no fim do último capítulo – *Somewhere in England* – para que, de forma não-convencional, uma branca – Joyce – conte a história de um negro sem que lhe tire sua subjetividade. Além disso, neste capítulo aparece a personagem Greer, filho híbrido de uma branca inglesa com um negro, que figura como símbolo da resistência máxima ao imperialismo – união das raças em um único ser – e prega a não miscigenação para que não haja a contaminação de uma suposta raça pura.

Contudo, apesar da humanidade de Joyce que se apaixona por um negro e tem um filho com ele, ela é desumanizada ao dar Greer para adoção. Do mesmo modo que ocorre com o capitão Hamilton, Joyce se mostra como sujeito fragmentado, capaz de atitudes boas e más e, como ele, e pelos mesmos motivos, não é condenada pelo autor, tendo sua história apenas registrada sem quaisquer juízos de valor.

Todas as histórias das personagens convergem para um mesmo ponto. Apesar de a escravidão ter acabado e muitos direitos de igualdade terem sido conquistados, os negros não têm uma equiparação genuína com o brancos. A sociedade, ainda que se considere não preconceituosa, não age desta forma e atualmente ainda exclui os negros. No epílogo de *Crossing the River* Phillips faz alusão a esta exclusão ao mencionar o Brooklyn, bem como favelas em São Paulo e no Rio de Janeiro e crianças morrendo em Santo Domingo. Estes são os resultados da escravidão, da diáspora, com os quais a contemporaneidade convive diariamente. Nash, Martha e Travis são, portanto, metáforas das conseqüências e da ampla abrangência da escravidão. Por outro lado, o pai abraça *todos* os filhos para apontar para o homem como pertencente à humanidade e não a um grupo distinto pela etnia ou qualquer outra característica.

Rumo de futuras pesquisas

Pesquisas ulteriores poderiam ser realizadas tomando por base a mesma obra de Phillips. No caso da personagem Nash, a busca por preencher a lacuna de suas origens e a viabilidade de voltar a elas poderiam ser mais discutidas. Em um dado momento, por exemplo, ele pede a Edward que lhe revele seu verdadeiro nome, já que carrega o de seu amo. Ao voltar à África, Nash retoma suas memórias e tenta recuperar o elo que tinha com aquela terra. O movimento de volta à África, metaforicamente falando, significa a recuperação da memória, da história e dos laços familiares perdidos. Outros pesquisadores poderiam tomar este ponto para aprofundar os estudos acerca das raízes africanas (desconhecidas) dos descendentes de escravos.

Ainda a respeito de Nash, o fato de ele não sentir-se cidadão americano, apesar de o ser, poderia ser fonte de pesquisa. O sentimento de não pertencer de que padece o negro é prova irrefutável da exclusão que ele sofre ainda hoje.

Martha, por sua vez, ao recusar converter-se ao cristianismo de seus patrões, traz à baila a questão da religião ligada ao colonialismo, de forma que nunca houve condenação da religião para a expansão imperial. Assim, a responsabilidade e tácita aprovação da Igreja quanto à questão da exploração de uns sobre os outros também poderia ser objeto de estudo.

Já Hamilton, mesmo colocado como uma ‘peça’ do imperialismo, pode ser visto como herdeiro das riquezas proporcionadas pelo tráfico de carne humana e sua culpabilidade, metáfora da de inúmeras famílias européias, poderia ser discutida. Incontáveis pessoas foram beneficiadas pela escravidão e a repercussão histórica destas fortunas esclarecerá as vicissitudes destes homens que enriqueceram com o tráfico negreiro.

Ainda sobre o branco escavagista, a busca pelo seu pai remete aos laços familiares de brancos, que também foram destruídos em virtude da escravidão e que poderiam ser estudados.

Por outro lado, laços inter-raciais como o de Travis e Joyce e seus frutos dão abertura para estudos ulteriores acerca dos cidadãos de comunidades segregadas, que não pertencem ao país onde nasceram, nem àquele de seus pais e que vivem hoje nas grandes metrópoles. O multiculturalismo seria outro estudo pertinente para mostrar a convivência entre as minorias e suas culturas com a hegemonia branca dominadora.

Bibliografia

ACHEBE, Chinua. *Things Fall Apart*. Oxford: Heinemann, 1958.

ARENDT, Hanna. *A special Supplement: Reflections on Violence*. The New York Review of Books. Vol. 12, n. 4 (Feb. 27, 1969).

ASHCROFT et. al (org.). *The Post-Colonial Studies Reader*. London: Routledge, 1995.

ASHCROFT et. al (org.). *The Empire Writes Back*. London: Routledge, 1989.

ASHCROFT et. al (org.). *Post-Colonial Transformation*. London: Routledge, 2001.

ASHCROFT et. al (org.). *Key Concepts in Post-Colonial Studies*. London: Routledge, 1998.

BERTENS, H. *Literary Theory*. London: Routledge, 2001.

BHABHA, H. K. *The Location of Culture*. London: Routledge, 1998.

BHABHA, H. K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

BHABHA, H. K. *A Questão do 'Outro': diferença, discriminação e discurso do colonialismo*. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Pós-modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p. 177 - 204.

BONNICI, T. *A teoria do pós-modernismo e a sociedade*. Revista Mimesis. Bauru. Vol. 20 n. 2, 1999, p. 25 - 37.

BONNICI, T. *Introdução ao Estudo das Literaturas Pós-coloniais*. Revista Mimesis. Bauru. Vol. 19 n. 1, 1998, p. 7 - 24.

BONNICI, T. *Caryl Phillips's Post-Colonial Negro Subject in Process*. Revista Anpoll. n. 22, 2007, p. 205 - 219.

BONNICI, T. *Conceitos-chave da Teoria Pós-Colonial* Ed. Universidade Estadual de Maringá. Fundamentum n. 12. Maringá: Eduem, 2005.

BONNICI, Thomas e ZOLIN, Lucia Ozana (org.) *Teoria Literária. Abordagens Históricas e Tendências Contemporâneas*. 2ª ed. Maringá: Eduem, 2005.

ENLOE, Cynthia. *Bananas, Beaches and Bases*. Berkeley: University of California Press, 1989.

FANON, F. *The Wretched of the Earth*. Harmondsworth: Penguin, 1990.

FIGUEREDO, E. *Construções de Identidades Pós-coloniais na Literatura Antilhana*. Niterói: EDUFF, 1998.

GILROY, P. *O Atlântico Negro*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

GILROY, P. *After Empire: Melancholia or convivial culture*. London: Routledge, 2006.

RICE, P.; WAUGH, P. *Modern Literary Theory: a Reader*. London: Arnold, 1996.

KHANNA, S. Reviews of *London Calling: How Black and Asian Writers Imagined a City & Postcolonial London*. In *Interventions* vol. 9, n. 3, 2007, p. 475 - 478.

LEDENT, B. *Caryl Phillips. Contemporary World Writers*. New York: Manchester University Press, 2002.

LOOMBA, Ania. *Colonialism / Postcolonialism*. London: Routledge, 1998.

McINNIS, G. *The Struggle of Postmodernism and Postcolonialism in Caryl Phillips's Crossing the River*. Laval University. Canada.
<http://www.postcolonialweb.org/caribbean/philipps/mcinnis2.html>

McLEOD, John. *The Post-Colonial London: Rewriting the Metropolis*. London: Routledge, 2004.

MEMMI, A. *The Colonizer and the Colonized*. Boston: Beacon, 1967.

NICHOLSON, L. *The Second Wave: A Reader in Feminist Theory*. London: Routledge, 1997.

PHILLIPS, Caryl. *Crossing the River*. New York: Vintage, 1993.

REWT, Polly. *Black British Literature*. In BENSON, E., CONALLY, L & W. *Encyclopedia of Post-Colonial Literatures in English*. Benson & Conally. Routledge. Vol. 1. 1994, p. 128 - 130.

SCHWARCZ, L. M. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SLEPOY, G. Moreira. *The tension Between History and His/Her-stories in Caryl Phillips's Crossing the River*. Laval University. Canada.
<http://www.usp.nus.edu.sg/post/caribbean/philipps/gms3.html>

SOUZA, L. M. T. M. *O Fragmento Quântico: identidade e alteridade no sujeito pós-colonial*. In *Letras "Alteridade e heterogeneidade"*. Santa Maria: UFMS. Jan-jun, 1997. p. 65-81.

SPIVAK, G. C. *Subaltern Studies: Deconstructing Historiography*. In: *In Other Worlds*. New York: Methuen, 1987, p. 215 – 219.

SPIVAK, G. C. *Can the Subaltern Speak?* In: ASHCROFT et al. *The Post-Colonial Studies Reader*. London: Routledge, 1995, p. 24 - 28.

STEIN, Mark. *Black British Novels of Transformation*. Columbus: Ohio State University Press, 2004.

TELLES, E. *Racismo à Brasileira*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, p. 301 – 327.

ZOLIN, Lucia Ozana. *Desconstruindo a Opressão*. Maringá: Eduem, 2003.

WARD, Abigail. *An Outstretched Hand: Connection and Affiliation in 'Crossing the River'*. In: *Moving Worlds* vol. 07. n. 1, 2007. Leeds, UK, p. 20 - 32.

WARNES, Andrew. *Enemies Within: Diaspora and Democracy in 'Crossing the River' and 'A Distant Shore'*. In: *Moving Worlds* vol. 07. n. 1, 2007. Leeds, UK, p. 33 - 45.

<http://www.brychcarey.com/equiano/biog.htm>, acesso em 07.04.2008.

<http://www.brychcarey.com/cugoano/index.htm>, acesso em 07.04.2008.

<http://www.carylphillips.com>, acesso em 20.02.2008.

<http://www.ulg.ac.be/facphl/uer/d-german/L3/cpsecond.html>, acesso em 20.02.2008.

<http://vejaonline.abril.com.br>, acesso em 15.03.2008

<http://www.folha.uol.com.br>, acesso em 15.03.2008

<http://www.estadao.com.br>, acesso em 15.03.2008

<http://www.time.com/time>, acesso em 15.03.2008

<http://www.cwrl.utexas.edu/~bump/E388M2/students/meraz/bbpage.html>, acesso em 15.05.2008